

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020

ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE COVID-19: atualizada em 31/03/2023

Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde
Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde
Terceira Diretoria
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Publicada em 30 de janeiro de 2020

Atualização 1: 17 de fevereiro de 2020

Atualização 2: 21 de março de 2020

Atualização 3: 31 de março de 2020

Atualização 4: 08 de maio de 2020

Atualização 5: 27 de outubro de 2020

Atualização 6: 25 de fevereiro de 2021

Atualização 7: 09 de setembro de 2021

Atualização 8: 09 de março de 2022

Atualização 9: 08 de setembro de 2022

Atualização 10: 31 de março de 2023

Brasília, 31 de marco de 2023



Diretor-Presidente

Antônio Barra Torres

Chefe de Gabinete

Karin Schuck Hemesath Mendes

Diretores

Alex Machado Campos Antônio Barra Torres Meiruze Sousa Freitas Romison Rodrigues Mota

Terceira Diretoria

Alex Machado Campos

Gerente Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES

Giselle Silva Pereira Calais

Gerente de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde -**GVIMS/GGTES**

Magda Machado de Miranda Costa

Revisores externos da versão: 31/03/2023

Associação Brasileira dos Profissionais emControle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar (ABIH)

Dra. Viviane Maria de Carvalho Hessel Dias(Presidente)

Dra. Débora Otero Britto Passos Pinheiro

Dra. Cláudia Fernanda de Lacerda Vidal

Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI)

Dra. Priscila Rosalba Domingos de Oliveira

Dr. Eduardo Alexandrino Servolo de Medeiros

Dr. Luis Fernando Waib

Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Centro de Material e Esterilização e Recuperação Anestésica (SOBECC)

Dra. Vanessa de Brito Poveda (Diretora da Comissão de Publicações)

Ministério da Saúde: Coordenação-Geral de Vigilância das Doenças Imunopreveníveis (CGVDI) / Departamento de Imunização e Doenças Imunopreveníveis (DIMU) / Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA)

Dra. Marcela Santos Correa da Costa (CGVDI/DIMU/SVSA/MS)

Dra. Jaqueline de Araujo Schwartz (CGVDI/DIMU/SVSA/MS)

Dra. Greice Madeleine Ikeda do Carmo (CGVDI/DIMU/SVSA/MS)

Dra. Elena de Carvalho Cremm Prendergast (CGVID/DIMU/SVSA/MS)

Dr. Eder Gatti (DIMU/SVSA/MS)

Ministério da Saúde: Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT/DSASTE/MS)

Paulo Henrique Santos Andrade Rodrigo Silvério de Oliveira Santos

Roberta Souza Freitas

Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO)

Dr. Alexandre Ferreira Oliveira

Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO)

Dra. Raquel Silveira Bello Stucchi

Elaboração Equipe Técnica GVIMS/GGTES

Ana Clara Ribeiro Bello dos Santos

André Anderson Carvalho

Andressa Honorato Miranda de Amorim

Cleide Felicia de Mesquita Ribeiro

Daniela Pina Marques Tomazini

Heiko Thereza Santana

Humberto Luiz Couto Amaral de Moura

Lilian de Souza Barros

Luciana Silva da Cruz de Oliveira

Magda Machado de Miranda Costa

Mara Rúbia Santos Gonçalves

Maria Dolores Santos da Purificação Nogueira

Suzie Marie Gomes

Associação Brasileira dos Profissionais em Controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar (ABIH)

Dra. Viviane Maria de Carvalho Hessel Dias (Presidente)

Revisores Anvisa

Marcelo Cavalcante de Oliveira - GRECS/GGTES/ANVISA Letícia Lopes Quirino Pantoja - GRECS/GGTES/ANVISA

Odontologia

Associação de Medicina Intensiva do Distrito Federal (AMIB- DF)

Dra.Celi Novaes Vieira

Associação Brasileira dos Profissionais em Controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar (ABIH)

Dra. Viviane Maria de Carvalho Hessel Dias (Presidente)

Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI)

Dra. Priscila Rosalba Domingos de Oliveira

Ministério da Saúde: Coordenação Geral de Saúde Bucal (CGSB/MS)

Dra. Ana Beatriz de Souza Paes

Dra. Flávia Santos Oliveira de Paula

Dra. Laura Cristina Martins de Souza

Dra. Mariana das Neves Sant'Anna Tunala

Dr. Renato Taqueo Placeres Ishigame

Dra. Sandra Cecília Airs Cartaxo Dra. Sumaia Cristine Coser

Dr. Wellington Mendes Carvalho

Dra. Élem Cristina Cruz Sampaio

Universidade Federal de Goiás-UFG

Dr. Diego Antônio Costa Arantes

Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Dr. Fábio Barbosa de Souza

Revisores Externos de versões anteriores dessa Nota Técnica

Associação Brasileira dos Profissionais em Controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar (ABIH)

Dra. Viviane Maria de Carvalho Hessel Dias(Presidente) Dr. Marcelo Carneiro

Dra, Cláudia Fernanda de Lacerda Vidal

Dra. Mirian de Freitas Dal Ben Corradi

Dra. Lucianna Auxi Teixeira Josino da Costa (Regional ACECIH)

Dra. Denise Brandão (especialista convidada)

Dra. Débora Otero Britto Passos Pinheiro

Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI)

Dr. Alberto Chebabo (Presidente)Dr.

Clóvis Arns da Cunha

Dra. Priscila Rosalba Domingos de Oliveira

Dr. Luis Fernando Waib

Dra. Cláudia Maio Carrilho

Dr. Jaime Luis Lopes Rocha

Dra. Lessandra Michelin

Dra. Maura Salaroli de Oliveira

Dr. Leonardo Weissmann

Dr. Eduardo Alexandrino Servolo de Medeiros

Dr. Rodrigo Schrage Lins

Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Centro de Material e Esterilização e Recuperação Anestésica (SOBECC)

Dra. Giovana Abrahão de Araújo Moriya

(Presidente)

Dra. Vanessa de Brito Poveda (Diretora da

Comissão de Educação)

Sociedade Brasileira de Anestesiologia (SBA)

Dr. Rogean Rodrigues Nunes - Diretor

Presidente

Dr. Luis Antonio dos Santos Diego - Dir. Defesa

Profissional da SBA

Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT)

Dr. Irma de Godov (presidente) Dr.

José Tadeu Colares MonteiroDra. Rosemeri Maurici

Dr. Ricardo Martins

Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB)

Dra. Suzana Margareth Ajeje Lobo (Presidente)Dra.

Mirella Cristine de Oliveira

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

Dra. Luciana Silva (Presidente)Dr. Marco Aurélio P. Sáfadi

Dr. Renato Kfouri

Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC)

Dr. Luiz Carlos Von Bahten (Presidente Nacional)

Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO)

Dr. Alexandre Ferreira Oliveira (Diretor de

Relações Institucionais)

Dr. Héber Salvador (Presidente)

Dr. Reitan Ribeiro (Secretário Geral)

Brasileiro Radiologia Diagnóstico por Imagem (CBR)

Dr. Valdair Muglia (presidente)

Dra. Luciana Costa (diretora científica)Dr.

Alair Sarmet Santos

Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM)

Dr. Vilmar Marques (Presidente)

Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN)

Dr. Osvaldo Merege Vieira Neto (Presidente)Dr. José A Moura Neto

Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (CGSAT/DSAST/SVS/MS)

Dr. Guillierme Chervenski Figueira Dr. Rafael Junqueira Buralli

Dra. Flávia Nogueira e Ferreira de

Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI/DEIDT/SVS/MS)/ Coordenação-Geral de Vigilância das Síndromes Gripais (CGGRIPE)

Dra, Marcela Santos Correa da Costa

Dra. Jaqueline de Araujo Schwartz

Dra. Greice Madeleine Ikeda do Carmo

Dra. Ludmila Macêdo Naud

Dr. Plinio Tadeu Istilli

Dr. Luiz Henrique Arroyo

Coordenação-Geral de Normatização da Subsecretaria de inspeção do Trabalho (CGNOR/SIT)

Carlos Eduardo Ferreira Domingues

Sociedade Brasileira de Geriatria Gerontologia (SBGG)

Dr. Carlos André Uehara (Presidente)

Dr. Renato Gorga Bandeira de Mello (Diretor Científico)

Sociedade Brasileira de Digestiva (SOBED) Endoscopia

Dr. Jairo Silva Alves (Presidente)

Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/ Medicina Laboratorial

Dr. Carlos Eduardo Ferreira (Presidente)

Associação Brasileira de Medicina de Emergência (ABRAMEDE)

Dr. Helio Pena (Presidente)

Dra. Maria Aparecida Braga

Comissão Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (CNCIRAS/Anvisa)

Dra. Anaclara Ferreira Veiga Tipple Dra.

Adriana Cristina Oliveira Iquiapaza

Dr. Carlos Magno Castelo Branco FortalezaDra. Claudia Fernanda de Lacerda Vidal Dra. Denise

Brandão de Assis

Dra. Fabiana de Mattos RodriguesDra.

Fátima Maria Nery FernandesDr. Luis

Fernando Waib

Dra. Maria Clara Padoveze Dra. Mirian Dal Ben Corradi

Dra. Nirley Marques de Castro BorgesDra.

Rosana Maria Rangel dos Santos Dra.

Tatyana Costa Amorim Ramos

Dra, Viviane Maria de Carvalho Hessel DiasDra.

Zilah Cândida Pereira das Neves

Odontologia: Elaboração e revisão

Dra Celi Novaes Vieira - Associação de Medicina Intensiva do Distrito Federal (AMIB-DF)

Dra Carina Veiga Jardim - AMIB-DF

Dra Renata Monteiro de Paula - AMIB-DF

Dra Camila de Freitas - Sociedade de Terapia

Intensiva de Goiás (SOTIEGO)

Dr João Paulo Pinto - Associação Brasileira de Halitose (ABHA)

Dr. Helderjan de Souza Mendes - Sociedade

Paulista de Terapia Intensiva (SOPATI) Dra Luana C. Diniz Souza - Sociedade deTerapia

Intensiva do Maranhão (SOTIMA)

Dra Milena Amalia Tonissi - Superior Tribunalda

Justiça (STJ)

Associação Brasileira de Odontologia (ABO) Dr. Paulo Murilo Oliveira da Fontoura (Presidenteda

ABO Nacional)

Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB)

Dra. Alessandra Figueiredo de Souza - Presidente do Departamento Nacional de Odontologia AMIB

Conselho Federal de Odontologia (CFO)

Dr. Juliano do Vale

Coordenação Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde (CGSB/MS)

Dra, Rogéria Cristina Calastro de Azevêdo

Dra. Ana Beatriz de Souza Paes

Dra. Flávia Santos Oliveira de Paula Dra. Laura Cristina

Martins de Souza

Dra. Mariana das Neves Sant'Anna Tunala

Dr. Renato Taqueo Placeres Ishigame

Dra. Sandra Cecília Airs Cartaxo

Dra. Sumaia Cristine Coser Dr. Wellington Mendes Carvalho

Dra. Élem Cristina Cruz Sampaio

Dra. Rogéria Cristina Calastro de Azevêdo

Universidade Federal de Goiás-UFG

Dra Anaclara Ferreira Veiga TippleDr Diego Antônio Costa Arantes

Dra Enilza Maria Mendonça de Paiva

Universidade Federal de Pernambuco-UFP

Dr Fábio de Souza

Universidade Paulista (UNIP) - CampusGoiânia

Dra Camila Fonseca Alvarenga

Vigilância Sanitária Municipal de Goiânia-GO

Dra Carla Bianca Fagundes Mendonça

Universidade Estadual de Campinas, Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher -CAISM-UNICAMP-SP)

Dr. Jamil Pedro de Sigueira Caldas

Grupo Técnico de Pediatria da Anvisa

Dra.Bellisa Caldas Lopes

Dr. Bruno de Melo Tavares

Dra. Jaqueline Dario Capobiango

Dra. Fabiana Silva Vasques

Dra. Karina Peron Dr. Marcelo Otsuka

Dra. Mariana Volpe Arnoni

Dra. Raquel Bauer Cechinel

Dra. Rosana Maria Rangel dos Santos Dra. Rubiane Gouveia de Souza e Silva

Dra. Suzana Ferraz

Grupo Técnico de Neonatologia da Anvisa

Dra Ana Paula Gomes Alcântara Villa Nova Dra. Camila de Almeida Silva

Dr Guilherme Augusto Armond

Dra Irna Carla do Rosário Souza Carneiro Dra Rosana Maria Rangel dos Santos

Dra Raquel Bauer Cechinel

Dra Suzana Vieira da Cunha Ferraz

Dra Rosana Richtmann Dra Roseli Calil

Elaboração externa da Nota Técnica GVIMS/GGTES/Anvisa 06/2020 (Anexo 7 dessa nova versão da NT 04/2020)

Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC)

- Dr. Luiz Carlos Von Bahten (Presidente Nacional)
- Dr. Pedro Éder Portari Filho (Vice-Presidente Nacional)
- Dr. Leonardo Emílio da Silva (Presidente da Comissão de Cirurgia Bariátrica e Metabólica do Colégio Brasileiro de Cirurgiões CBC)
- Dr. Flávio Daniel Saavedra Tomasich (Presidente da Comissão de Cirurgia Minimamente Invasiva e Robótica do Colégio Brasileiro de Cirurgiões CBC)
- Dr. Rodrigo Felippe Ramos (Diretor de Publicações do Colégio Brasileiro de Cirurgiões CBC)

Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO)

- Dr. Alexandre Ferreira Oliveira (Presidente)
- Dr. Héber Salvador de Castro Ribeiro (Vice-Presidente)
- Dr. Reitan Ribeiro (Diretor científico)

Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT)

- Dr. Glaydson Gomes Godinho (Presidente)
- Dr. Carlos Ernesto Ferreira Starling (Representante da Comissão de Infecção da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia SBOT)

Sociedade Brasileira de Anestesiologia (SBA)

Dr. Rogean Rodrigues Nunes - Diretor Presidente

Dr. Luis Antonio dos Santos Diego - Dir. Defesa Profissional da SBA

Revisores

Associação Brasileira dos Profissionais em Controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar (ABIH)

Dra. Viviane Maria de Carvalho Hessel Dias (Presidente)

Dr. Marcelo Carneiro

Dra. Cláudia Fernanda de Lacerda Vidal

Dra. Mirian de Freitas Dal Ben Corradi

Dra. Lucianna Auxi Teixeira Josino da Costa (Regional ACECIH)

Dra. Denise Brandão (especialista convidada)

Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI)

Dr. Clóvis Arns da Cunha

Dra. Priscila Rosalba Domingos de Oliveira

Dr. Luis Fernando Waib

Dra. Cláudia Maio Carrilho

Dr. Jaime Luis Lopes Rocha

Dra. Lessandra Michelin

Dr. Eduardo Alexandrino Servolo de Medeiros

Dr. Leonardo Weissman

Dra. Maura Salaroli de Oliveira

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

Dra. Luciana Silva (Presidente)

Dr. Marco Aurélio P. Sáfadi

Dr. Renato Kfouri

Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT/DSASTE/SVS/MS)

Rafael Junqueira Buralli

Guillierme Chervenski Figueira

Sociedade Brasileira Atendimento Integrado ao Traumatizado (SBAIT)

Dr. Tercio de Campos (Presidente)

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA

É permitida a reprodução parcial ou total deste documento, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta Nota Técnica é da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

SUMÁRIO

PR.	INCIPAIS ALTERAÇÕES DESTA VERSÃO8
IN	FRODUÇÃO9
NO	OVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2)10
Coı	mo o SARS-CoV-2 é transmitido10
Tip	oos de Transmissão
2.	Transmissão sintomática11
3.	Transmissão assintomática
Per	ríodo de incubação e características clínicas
Vai	riantes do SARS-CoV-2, reinfecção, vacinação, condições pós-covid-19 e medidas de prevenção
Rei	infecção
	cinação17
Coı	ndições pós-covid-19
Me	edidas de prevenção considerando cenário de vacinação e variantes de preocupaçãodo SARS-CoV-
ME	EDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA COVID-19 DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
1.	Atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e transporte interinstitucional decasos suspeitos ou confirmados
2.	Todos os serviços de saúde: na chegada, na triagem, na espera, no atendimento edurante toda a assistência prestada
PR	ECAUÇÕES A SEREM ADOTADAS POR TODOS OS SERVIÇOS DE SAÚDE DURANTE A ASSISTÊNCIA A PACIENTES SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE covid-1930
1.	ISOLAMENTO
Imp	olementação de coortes
Co	vid-19 e Influenza35
Ou	tras orientações para o quarto de isolamento ou área de coorte
Du	ração das precauções e isolamento
Det	finições operacionais para fins de retirada de pacientes de Precauções adicionaise Isolamento no contexto da covid-19: PACIENTES PEDIÁTRICOS E ADULTOS38
Cri	térios que devem ser seguidos para descontinuar precauções adicionais eisolamento em pacientes com covid- 19 confirmada em indivíduos hospitalizados:
Est	ratégias para a suspensão das medidas de precauções adicionais e retirada de isolamento: RECÉM-NASCIDOS (0-28 DIAS DE NASCIMENTO)42
Qua	adro 1: Recomendação de medidas a serem implementadas para a prevenção e o controle da disseminação do novo coronavírus(SARS-CoV-2) em serviços de saúde

2.	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)	58
M	ÁSCARA CIRÚRGICA	58
M	ÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA (RESPIRADOR PARTICULADO – MÁSCA N95/PFF2 OU EQUIVALENTE)	59
LU	UVAS	
ÓC	CULOS DE PROTEÇÃO OU PROTETOR DE FACE (FACE SHIELD)	64
CA	APOTE OU AVENTAL	64
GC	ORRO	65
3.	HIGIENE DAS MÃOS	66
HI	IGIENE DAS MÃOS COM ÁGUA E SABONETE LÍQUIDO	67
HI	IGIENE DAS MÃOS COM PREPARAÇÃO ALCOÓLICA	68
4.	CAPACITAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E HIGIENE DAS MÃOS	70
5.	PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE	69
6.	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES	70
7.	PROCESSAMENTO DE ROUPAS	72
8.	TRATAMENTO DE RESÍDUOS	73
9.	COMUNICAÇÃO	74
RE	EFERÊNCIAS	75
	EXO 1 – ORIENTAÇÕES PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) que atendentes com covid-19	
ANE	EXO 2 – ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE DIÁLISE	85
	EXO 3 - ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE GASTROENTEROLOGIA, EXAMES DI GEM E ANESTESIOLOGIA	
ANE COR	EXO 4 - MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÃO PELO NOVO RONORAVÍRUS (SARS-CoV-2) - COVID-19 NA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	98
ANE	EXO 5 - CUIDADOS COM O CORPO APÓS A MORTE	112
	EXO 6 - ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA TRANSMISSÃO DO	
DAIL	S-CoV-2 DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
1.		
1. 2.	PREPARAÇÃO PARA A CRISE: PLANO DE CONTINGÊNCIA VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS COVID-19 DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	118 DE 119
1. 2. 2.1	PREPARAÇÃO PARA A CRISE: PLANO DE CONTINGÊNCIA VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS COVID-19 DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	118 DE 119 122
1. 2. 2.1 2.2	PREPARAÇÃO PARA A CRISE: PLANO DE CONTINGÊNCIA	118 DE 119 122 125
1. 2. 2.1 2.2 2.3	PREPARAÇÃO PARA A CRISE: PLANO DE CONTINGÊNCIA	118 DE 119 122 125
1. 2. 2.1 2.2 2.3 3. V ASS	PREPARAÇÃO PARA A CRISE: PLANO DE CONTINGÊNCIA	118 DE 119 122 125 132

5 M	ICR	AÇÕES VOLTADAS À PREVENÇÃO DE IRAS E DISSEMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA COBIANA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONTEXTO DA COVID-19	
6		CONTROLE DA EXPOSIÇÃO A FONTES DE INFECÇÃO	51
		Minimização da chance de exposições	
	1.2	Gerenciar o acesso e a circulação dos acompanhantes e visitantes dentro dos serviços de saúd	
	2. a.	Implementação de controles de engenharia e medidas administrativas	
J	b.	Outras medidas de engenharia	6
7		ESTRATÉGIAS PARA OTIMIZAR O FORNECIMENTO E O USO DE EPI	60
	1.	Educação e monitoramento	60
	2.	Utilização racional de EPI1	61
RI	EFE	RÊNCIAS1	63
N	OVC	XO 7 - ORIENTAÇÕES PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DAS INFECÇÕES PELO O CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS (antiga NOTA VICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 06/2020)1	
		ODUÇÃO1	
		OGRAMAÇÃO CIRÚRGICA1	
II.	PR	OFISSIONAIS DE SAÚDE E ORGANIZAÇÃO DAS EQUIPES1	73
III	. E0	QUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E ORIENTAÇÕES GERAIS	75
IV		MEDIDAS A SEREM ADOTADAS NO AMBIENTE CIRÚRGICO1	77
V. Dl		PROCEDIMENTOS LAPAROSCÓPICOS EM PACIENTES SUSPEITOS/CONFIRMADO OVID-191	
V.		CIRURGIAS E VACINAS	82
RI	EFE	RÊNCIAS1	83

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DESTA VERSÃO DA NOTA TÉCNICA

As principais alterações desta versão da Nota técnica 04/2020 (31/03/2023) estão descritas abaixo:

ASSUNTO	ALTERAÇÃO
Introdução	Atualização de dados sobre a pandemia da covid-19.
Todos os serviços de saúde: na chegada, na triagem, na espera, no atendimento e durante toda a assistência prestada.	Alteração da recomendação para uso de máscara por pacientes nos serviços de saúde: 1. Continua a recomendação para uso de máscara por: • Pacientes suspeitos/confirmados de covid-19 e seus acompanhantes. • Pacientes que tiveram contato próximo com caso confirmado de covid-19. 2. Não é obrigatório o uso de máscaras em serviços de saúde por: • Pacientes sem sintomas respiratórios, mas eles podem optar por usar máscara facial, caso seja de sua preferência, considerando os riscos individuais.
 Quadro 1: Recomendação de medidas a serem implementadas para a prevenção e o controle da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) em serviços de saúde. Em todo o texto da Nota técnica 	 Alterações considerando que não há mais a recomendação para uso universal de máscaras dentro de todos os setores/unidades dos serviços de saúde. A recomendação de uso de máscaras foi reservada para pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19 e seus acompanhantes, pacientes que tiveram contato próximo com caso confirmado de covid-19; para profissionais do serviço de saúde, visitantes, acompanhantes, etc, em áreas de internação de pacientes, por profissionais que fazem a triagem de pacientes e por profissionais no contexto das medidas de precaução padrão + específicas a depender da doença do paciente. Padronização do termo etiqueta respiratória em vez de higiene respiratória/etiqueta da tosse, para harmonizar termos com o Guia de Vigilância Epidemiológica da covid-19.
Quanto aos aventais ou capotes	Foi excluída a gramatura mínima recomendada para aventais ou capotes, e referenciada a norma ABNT NBR 16693:2022.
ANEXO 1 – ORIENTAÇÕES PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) que atendem pacientes com covid-19	 Foi dado destaque no nome do anexo para o fato de que se refere a UTIs que atendem pacientes com covid-19. Foram excluídas algumas recomendações que não se aplicam atualmente, como a de que preferencialmente, os pratos, copos e talheres devem ser descartáveis, visto que o SARS-CoV-2 é susceptível à desinfecção química e também pelo calor.
ANEXO 2 – ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE DIÁLISE	Atualizadas recomendações sobre uso de máscara. Nos serviços de diálise de pacientes ambulatoriais, a máscara deve ser usada por profissionais, sempre que houver necessidade, considerando as precauções padrão e as precauções específicas. Pacientes com sintomas respiratórios devem ser orientados a utilizar máscara durante todo o período em que permanecer nas dependências do serviço.
ANEXO 3 - ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE GASTROENTEROLOGIA, EXAMES DE IMAGEM E ANESTESIOLOGIA	Atualizações sobre as recomendações quanto ao uso de máscara facial.
ANEXO 4 - MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONORAVÍRUS (SARS-CoV-2) - covid- 19 NA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA.	 Atualizadas recomendações do EPI: excluída a gramatura mínima recomendada para aventais ou capotes, com referência à norma ABNT NBR 16693:2022. Atualização quanto ao período de quarentena, segundo orientações da Nota Técnica nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS.
ANEXO 6 - ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA TRANSMISSÃO DO SARS-CoV-2 DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	 Alinhamento quanto às recomendações para uso de máscaras nos serviços de saúde em relação ao restante da Nota Técnica. Reforço para que todos os hospitais do país, notifiquem mensalmente todos os casos de IRAS covid-19 (covid-19 adquirida dentro do hospital) no formulário eletrônico da Anvisa, até o 15º dia do mês subsequente ao mês de vigilância. A notificação nacional por esse formulário eletrônico continua obrigatória.
ANEXO 7 - ORIENTAÇÕES PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DAS INFECÇÕES PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS (antiga: NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 06/2020)	 Inclusão da Nota técnica GVIMS/GGTES/Anvisa 06/2020 (procedimentos cirúrgicos) como anexo da Nota técnica 04/2020. Exclusão de recomendações sobre a priorização de cirurgias. Alteração nas recomendações quanto aos EPIs a serem utilizados no centro cirúrgico Alinhamento quanto ao uso de máscaras nos serviços de saúde.

ATENÇÃO: As alterações desta nova versão da Nota Técnica (31/03/2023) estão destacadas pela cor cinza ao longo do texto.

INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 pode ser considerada uma importante emergência de saúde pública global. O

novo coronavírus (SARS-CoV-2) já causou a infecção e óbito de milhões de pessoas no mundo desde

sua primeira identificação em dezembro de 2019 (https://covid19.who.int/). No Brasil, o número de

infecções e óbitos são alarmantes e já causaram muita tristeza e dor às famílias brasileiras. O Ministério

da Saúde (MS) recebeu a primeira notificação de um caso confirmado de covid-19 no Brasil em 26 de

fevereiro de 2020. A taxa de letalidade da doença em nosso país foi de 1,9% e os dados de registros de

casos e óbitos estão disponíveis no site do Ministério da Saúde do Brasil: https://covid.saude.gov.br/.

Até o momento, com o advento da vacinação contra a covid-19, foi notória a redução dos casos de

infecção, das hospitalizações e da letalidade associada à doença.

Considerando a área de abrangência da nossa Gerência, os serviços de saúde, destacamos a importância

de que, mesmo com a vacinação de profissionais e da população em geral, as medidas de prevenção e

controle de infecção precisam continuar sendo intensificadas pelos profissionais para evitar ou reduzir

ao máximo a transmissão desse vírus e a disseminação de outros microrganismos durante a assistência

à saúde em todos os serviços do país. A segurança do paciente e dos profissionais de saúde deve

permanecer como prioridade, junto com a busca pela qualidade no cuidado prestado aos pacientes.

Além disso, a gestão de estoques de produtos, medicamentos, dentre outros, precisa continuar como

uma real necessidade de forma a prever e contornar o possível desabastecimento de insumos em

situações de mudança do perfil epidemiológico da região ou do serviço de saúde, garantindo a

continuidade da assistência para toda a população de forma efetiva e segura.

Nesta Nota Técnica serão abordadas orientações para os serviços de saúde quanto às medidas de

prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados

de covid-19 e para prevenir a disseminação da doença dentro do serviço de saúde, segundo as

evidências disponíveis, até o momento da publicação dessa revisão. Essas orientações podem ser

refinadas e atualizadas à medida que outras informações científicas estiverem disponíveis, ou caso haja

modificação do perfil epidemiológico dos casos de covid-19 no Brasil.

Dessa forma, estas são orientações mínimas, baseadas no que já sabemos sobre a forma de transmissão

da doença e demais riscos atribuídos a covid-19, que devem ser seguidas por todos os serviços de saúde

do país; no entanto, gestores e profissionais de saúde podem determinar ações de prevenção e controle

mais rigorosas que as definidas por este documento, baseando-se em uma avaliação caso a caso, de

acordo com os recursos disponíveis e o cenário epidemiológico local.

CORONAVÍRUS: Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2)

O SARS-CoV-2 é um vírus identificado como a causa de um surto de doença respiratória, detectado

pela primeira vez em Wuhan - China, em dezembro de 2019. Muitos pacientes noinício do surto em

Wuhan tinham algum vínculo com um grande mercado de frutos do mar eanimais, sugerindo a

disseminação de animais para pessoas. No entanto, um número crescente de pacientes supostamente

não teve exposição ao mercado de animais, indicando a ocorrência de disseminação de pessoa para

pessoa. Atualmente, já está bem definido que esse vírus possui uma alta e sustentada transmissibilidade

entre as pessoas.

Como o SARS-CoV-2 é transmitido

As evidências demonstram que o SARS-CoV-2 se dissemina principalmente entre pessoas que estão

em contato próximo umas com as outras, normalmente dentro de 1 metro (curto alcance), por meio de

pequenas partículas líquidas, expelidas durante a fala, tosse, espirro, canto ou respiração. Essas

partículas podem ser de tamanhos diferentes, variando de "gotículas respiratórias" (partículas maiores)

a "aerossóis" (partículas menores). Sendo que, desde 2021, a transmissão por aerossóis já era

reconhecida como de alto risco em situações que podem gerar essas partículas em ambientes

hospitalares, como, por exemplo, durante a manipulação direta das vias aéreas, intubação e extubação

de pacientes, em procedimentos de aspiração, etc. Assim, trabalhadores dos serviços de saúde estão

sob alto risco para contaminação. Além disso, segundo alguns estudos, em ambientes fechados com

ventilação ou tratamento de ar inadequados, quando a pessoa infectada permanece por mais de 15

minutos nesse ambiente, sem máscara, pode ocorrer o acúmulo de pequenas gotículas e partículas

respiratórias em suspensão com quantidade suficiente de vírus para causar infecção em pessoas que

adentrarem nesse ambiente, mesmo estando a pessoa infectada a mais de 1 metro de distância.

Dados de estudos clínicos que coletaram repetidas amostras biológicas de pacientes confirmados

fornecem evidências de que o SARS-CoV-2 se concentra mais no trato respiratório superior (nariz e

garganta) durante o início da doença, ou seja, nos primeiros três dias a partir do início dos sintomas.

Dados preliminares sugerem que as pessoas podem ser mais contagiosas durante o início dos sintomas

comparadas à fase tardia da doença.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

Evidências demostram que, quando os procedimentos de limpeza e desinfecção e outras medidas de

precaução padrão são aplicadas, é improvável que ocorra a contaminação ambiental que leva à

transmissão por contato com superfícies contaminadas (conhecidas como fômites), reforçando a

importância destas práticas em todos os serviços de saúde e por todos os profissionais de saúde.

Quanto à transmissão vertical do SARS-CoV-2, as evidências apontam que é um evento raro, apesar de

possível.

Tipos de Transmissão

1. Transmissão pré-sintomática

Durante o período "pré-sintomático", algumas pessoas infectadas podem transmitir o vírus, o que

ocorre, em geral, a partir de 48 horas antes do início dos sintomas.

Existem evidências de que o SARS-CoV-2 pode ser detectado de 1 a 4 dias antes do início dos sintomas

da covid-19 e que, portanto, pode ser transmitido no período pré-sintomático. Assim, é possível que

pessoas infectadas com o SARS-CoV-2 possam transmitir o vírus antes que sintomas significativos se

desenvolvam.

É importante reconhecer que a transmissão pré-sintomática também exige que o vírus se dissemine por

meio de gotículas infecciosas, aerossóis (em situações especiais) ou pelo contato com superfícies

contaminadas por essas gotículas.

2. Transmissão sintomática

Por definição, um caso sintomático de covid-19 é aquele que desenvolveu sinais e sintomas compatíveis

com a infecção pelo vírus SARS-CoV-2. Dessa forma, a transmissão sintomática refere-se à

transmissão de uma pessoa enquanto ela está apresentando sintomas.

O SARS-CoV-2 é transmitido principalmente por pessoas sintomáticas e sua concentração é mais alta

no trato respiratório superior (nariz e garganta), principalmente nos primeiros dias da doença.

Evidências mostram ainda que há significativa redução da transmissão viral após 10 dias do início dos

sintomas.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

3. Transmissão assintomática

O SARS-CoV-2 também pode ser transmitido por pessoas assintomáticas. Um caso assintomático

caracteriza-se pela confirmação laboratorial do SARS-CoV-2 em um indivíduo que não desenvolveu

sintomas.

Da mesma forma, as crianças infectadas pelo SARS-CoV-2, mesmo que assintomáticas, são capazes

de transmitir o vírus; portanto, os cuidados para a prevenção da transmissão da covid-19 em unidades

pediátricas dentro dos serviços de saúde deve ser uma preocupação constante.

Período de incubação e características clínicas

O período de incubação da covid-19, ou seja, o tempo entre a exposição ao vírus e o início dos sintomas,

é, em média, de 5 a 6 dias, no entanto, as manifestações clínicas podem surgir entre o primeiro e o

décimo quarto dia após a exposição. Estudos recentes sugerem ainda que o período de incubação da

Variante de Preocupação (VOC) Ômicron pode ser mais curto, em média de 3 a 6 dias (Wu et al, 2022).

O reconhecimento precoce e o diagnóstico rápido de infectados e contactantes são essenciais para

impedir a transmissão e prover cuidados de suporte em tempo hábil. O quadro clínico inicial mais

comum da doença é caracterizado como uma síndrome gripal, na qual o paciente pode apresentar febre

e/ou sintomas respiratórios (por exemplo, dor de garganta, coriza, espirros, tosse). Entretanto, outras

manifestações podem ocorrer, principalmente relacionadas a sintomas gastrointestinais e a perda do

paladar e do olfato. O diagnóstico pode ocorrer a partir da avaliação clínica-epidemiológica; ou

laboratorial, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde. A avaliação deve ser

realizada de acordo com o grau de comprometimento respiratório e sistêmico para então classificar e

definir a conduta terapêutica. Essa avaliação deve ser constantemente revisitada e reclassificada

conforme critérios estabelecidos, acompanhando-se as novas descobertas científicas.

No momento atual, os sinais e sintomas mais comuns da covid-19 incluem febre, dor de garganta e

tosse. No entanto, outros sintomas não específicos ou atípicos podem incluir:

• Dor de cabeça (cefaleia);

Calafrios;

• Coriza;

• Diarreia e outros sintomas gastrointestinais;

• Perda parcial ou total do olfato (hiposmia/anosmia);

• Diminuição ou perda total do paladar (hipogeusia/ageusia);

• Mialgia (dores musculares, dores no corpo); e

• Cansaço ou fadiga.

Além disso, os idosos com covid-19 podem apresentar um quadro diferente de sinais e sintomas do

apresentado pelas populações mais jovens, como, por exemplo, não apresentarfebre, evoluir com

hipotermia, confusão mental ou apresentar quedas da própria altura.

Outras manifestações clínicas extrapulmonares podem estar associadas à infecção porSARS-

CoV-2, incluindo:

- tromboembolismo;

- alterações cardíacas (arritmias cardíacas e isquemia miocárdica);

- alterações renais (hematúria, proteinúria e insuficiência renal);

- alterações gastrointestinais (diarreia, náuseas, vômitos, dor abdominal, anorexia);

- alterações neurológicas (cefaleia, tontura, encefalopatia, ageusia, anosmia, acidente vascular

encefálico);

- alterações hepáticas (aumento de transaminases e bilirrubinas);

- alterações endócrinas (hiperglicemia e cetoacidose diabética) ou

- alterações dermatológicas (rash eritematoso, urticária, vesículas, petéquias, livedo reticular).

Essas informações são importantes para alertar para o reconhecimento de casos de infecção pelo SARS-

CoV-2, a partir de sintomas atípicos ou pouco frequentes. Ademais, é importante destacar que os

sintomas podem ser atenuados em pessoas vacinadas e exacerbados em indivíduos

imunocomprometidos.

Dados preliminares evidenciam ainda que a VOC Ômicron, apesar de apresentar maior

transmissibilidade, tem uma replicação mais lenta no pulmão. Este fato, somado à vacinação da

população em geral, pode justificar menor risco de hospitalização e da evolução para formas graves

quando comparado às outras variantes. Estudos recentes também sugerem que a Ômicron está mais

associada com sintomas de via aérea superior, como dor de garganta, e menos à perda do olfato e do

paladar.

Em relação às crianças, apesar da maioria com covid-19 apresentar-se assintomática ou

oligossintomática, algumas podem apresentar formas graves da doença, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e a Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), com necessidade

de hospitalização e cuidados intensivos. Crianças que apresentam alguma comorbidade, como doença

pulmonar crônica, diabetes, doença genética, doença neurológicas, doença metabólica, anemia

falciforme, cardiopatia congênita, imunossupressão e obesidade, têm apresentado maior

morbimortalidade pela covid-19.

A associação de febre, tosse e dor de garganta é menos frequente entre as crianças do que nos adultos;

portanto, a suspeição do diagnóstico deve também levar em consideração outros sintomas como

espirros, coriza, náusea, vômitos, diarreia, dor abdominal, lesões orais e lesões exantemáticas. Outras

manifestações comuns incluem cefaléia, mialgia (com miosite) e inapetência. Hepatite com aumento

de transaminases, mais relacionada a quadrogastrointestinal, também ocorre e pode ser um indício de

má evolução.

Em crianças, quadro gastrointestinal (odinofagia, diarreia, vômitos e dor abdominal) pode ser a única

manifestação em até 15-25% das apresentações e pode simular abdome agudo.

A apresentação clínica da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) pelo SARS-CoV-2 não se

diferencia daquela causada pelos demais vírus respiratórios; porém em crianças abaixo de 1 ano de

idade e acima dos 9 anos tem sido necessário ventilação invasiva e administração de droga vasoativa.

Evolução grave ou crítica ocorre em até 6% dos pacientes pediátricos. Entre as formas graves da covid-

19 já foi reportado em vários países, inclusive no Brasil, os casos de SIM-P, caracterizada pela presença

de febre há mais de 3 dias, além de acometimento de dois ou mais sistemas, incluindo evidência de

coagulopatia, alterações cutâneo mucosas, manifestações hematológicas, cardiovasculares,

gastrointestinais, além de provas inflamatórias elevadas. Entre 80 a 90% do diagnóstico de covid-19

na SIM-P é confirmado por sorologia, visto ser um quadro provavelmente imuno-mediado, que ocorre

em média 2 a 6 semanas após infecção pelo Sars-CoV-2.

Orientações detalhadas sobre a definição de caso, características da doença, bem como sobre o manejo

clínico e tratamento de pacientes com covid-19, estão disponíveis no "Guia de Vigilância

Epidemiológica covid-19: Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença

pelo Coronavírus 2019" (disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-

conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/coronavirus/guia-de-vigilancia-epidemiologica-covid-

19 2021.pdf/view), na Nota Técnica Nº 14/2022 - CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS de 27/10/2022

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

(disponível https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notasem: tecnicas/2022/sei ms-0030035449-nt-14-cggripe-atualizacoes-ve-covid-19.pdf), na Nota Técnica Nº6/2023 CGVDI/DIMU/SVS/MS (disponível http://www.gov.br/saude/ptem: br/coronavirus/notas-tecnicas/2023/nota-tecnica-no-6-2023-cgvdi-dimu-svsa-ms/view) e nos outros Ministério documentos técnicos publicados pelo da Saúde, disponíveis https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/capacitacao e suas atualizações.

Variantes do SARS-CoV-2, reinfecção, vacinação, condições pós-covid-19 e medidas de prevenção

Variantes do SARS-CoV-2

O SARS-CoV-2, assim como outros vírus, possuem a tendência de se transformar constantemente por meio de mutações, que são eventos naturais e esperados dentro da evolução de um vírus. Desta forma, novas variantes tendem a surgir com o passar do tempo ealgumas mutações ou combinações de mutações podem conferir vantagem seletiva ao vírus, relacionadas à transmissibilidade, gravidade da doença ou ao desempenho de vacinas, medicamentos, produtos para diagnóstico ou outras medidas de saúde pública e sociais.

A OMS tem monitorado e avaliado a evolução do SARS-CoV-2 e, no final de 2020, foi descrito o surgimento de variantes que representavam um risco maior para a saúde pública global, o que deflagrou a caracterização de Variantes de Interesse (VOI) e Variantes de Preocupação(VOC) específicas, a fim de priorizar o monitoramento e a pesquisa global e, em última análise, informar a resposta em andamento à pandemia da covid-19.

Uma variante de preocupação é uma variante de interesse que demonstrou estar associadaa uma ou mais das seguintes alterações, em um grau de significância para a saúde pública: alteração na epidemiologia da covid-19, causando impacto substancial na capacidade dos sistemas de saúde em fornecer atendimento a pacientes com covid-19 ou outras doenças; alteração prejudicial na gravidade clínica da doença; redução significativa da eficáciadas vacinas disponíveis em proteger contra doença grave.

Em setembro de 2022, a variante de preocupação dominante em circulação global foi a Ômicron, que apresenta um alto número de mutações, algumas das quais provavelmente estariam associadas ao potencial de escapar do sistema imune e maior transmissibilidade.

É composta por várias linhagens, sendo que, entre maio e junho de 2022, as linhagens BA.2 e

BA.2.12.1 declinaram globalmente de 30% para 20%, e de 18% para 11%, respectivamente, enquanto BA.4 e BA.5 aumentaram sua ocorrência de 9% para 12% e 28% para 43%, respectivamente (WHO, Edition 98, published 29 June 2022). Naquela ocasião, dados do *European Centre for Disease for Prevention and Control* (ECDC) relataram que BA.4 e BA.5 tornaram-se as linhagens dominantes em 7 dentre 10 países. Quando comparadas com BA.1 e BA.2, os casos BA.4 e BA.5 mostraram taxas de hospitalização similares, bem como gravidade da doença. No entanto, quando comparada a variante Delta com as linhagens Omicron, estas últimas apresentavam menor índice de hospitalização e gravidade. Ainda, análise restrita ao período de prevalência das linhagens BA.4 e BA.5 demonstraram que infecção prévia e administração de três doses de vacina contra covid-19 representaram fatores protetores relacionados ao curso grave da infecção e hospitalização (Public Health Ontario, 2022). No Brasil, desde junho de 2022, temos a circulação da BA.4 e BA.5 em diversas regiões do Brasil.

Além disso, novas linhagens da Ômicron continuam sendo identificadas em diversos locais do mundo, como as variantes BQ.1 e XBB. Essas variantes têm apresentado capacidade maior de escapar da proteção das vacinas existentes. Em outros países que registraram ondas associadas à essa subvariante, contudo, a alta do número de infecções não foi acompanhada de um aumento significativo de hospitalizações e mortes, cenário que também é esperado no Brasil. A variante BQ.1.1 já foi identificada nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro e em outros estados do país. A subvariante BE.9, uma evolução da linhagem BA.5. da variante Ômicron, foi isolada em novembro/2022 no Amazonas, mas sem relação com aumento de casos graves da doença na região. Em fevereiro de 2023, as três linhagens da Ômicron de maior proporção são a XBB, a BA.5 e a BQ.1. A vigilância genômica e o estudo do sequenciamento do SARS-CoV-2 é essencial para a análise da evolução do vírus e suas implicações.

Ressaltamos que as medidas de prevenção descritas nessa Nota Técnica continuam sendo efetivas na prevenção e no controle do SARS-CoV-2, incluindo a variante Ômicron.

Outras informações sobre as variantes do SARS-CoV-2 estão disponíveis do site da OMS:

https://www.who.int/activities/tracking-SARS-CoV-2-variants, no "Guia de Vigilância

Epidemiológica covid-19: Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença

pelo Coronavírus 2019", do Ministério da Saúde (disponível em:

https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/coronavirus/guia-de-vigilancia-epidemiologica-covid-19_2021.pdf/view) e suas atualizações, e em outras publicações técnicas.

Demais informações sobre as análises epidemiológicas da covid-19 estão disponíveis nos Boletins

Epidemiológicos Especiais – Doença pelo Novo Coronavírus do Ministério da Saúde (disponíveis em:

<u>Boletins Epidemiológicos COVID-19 — Português (Brasil) (www.gov.br)</u>

https://covid.saude.gov.br/)

Reinfecção

A reinfecção é um tema que vem sendo discutido desde o início da pandemia da covid-19 e pode ser a

consequência de uma imunidade protetora limitada e transitória, induzida pela primeira infecção, ou

pode refletir a capacidade do vírus de reinfectar, ao evitar as respostas imunológicas anteriores. Desta

forma, ainda não está bem descrito o mecanismo específico pelo qual uma infecção por SARS-CoV-2

confere proteção para uma reinfecção subsequente.

Evidências disponíveis sugerem que a maioria dos adultos recuperados teria um grau de imunidade

após o diagnóstico inicial de covid-19 confirmado em laboratório. No entanto, é importante destacar

que casos de reinfecção em tempo menor de 90 dias tem sido descritos com as variantes mais recentes

(Roskosky M, 2022).

Por isso, a vacinação deve ser realizada mesmo nos indivíduos que já tiveram a infecção,

independentemente do tempo (após 30 dias da infecção ou em outro período definido pelo Ministério

da Saúde).

Vacinação

A vacinação protege o indivíduo da ocorrência de infecção ou da ocorrência da forma grave da

infecção. No entanto, esta proteção não é absoluta, o que significa que pessoas vacinadas podem ser

infectadas e estudos mais recentes relatam eficácia reduzida de vacinas covid- 19 na proteção contra a

infecção por novas variantes de preocupação do SARS-CoV-2.

Dados sobre a eficácia das vacinas continuam sendo coletados. Enquanto isso, é preciso continuar

fazendo todo o possível para impedir a disseminação do vírus dentro dos serviços de saúde, a fim de

prevenir mutações que possam reduzir o desempenho das vacinas existentes. Isso significa continuar

adotando as medidas de prevenção descritas nessa Nota Técnica, mesmo após ser vacinado, e a

necessidade urgente de se aumentar a cobertura vacinal da população, garantindo doses de reforço,

especialmente para grupos prioritários, como indivíduos com comorbidades e trabalhadores essenciais

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

mais expostos, como aqueles que atuam diretamente na assistência dentro dos serviços de saúde.

Por fim, destacamos que a vacinação tem se mostrado uma medida altamente eficaz na prevenção da

covid-19, especialmente das formas graves da doença, sendo de grande importância que todo

trabalhador de serviços de saúde tenha seu esquema vacinal completo (incluindo doses de reforço), e

recomende a imunização de toda a população elegível, de acordo com o Plano Nacional de

Operacionalização da Vacinação contra a covid-19 (PNO), disponível em:

https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/vacinas/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacina-

contra-a-covid-19. Importante, fortalecer a vacinação com todas as doses de acordo com as

recomendações para a idade e o intervalo entre elas.

Condições pós-covid-19

De forma geral, essas condições se caracterizam pela presença de sintomas e achados clínicos novos,

recorrentes ou contínuos em pacientes, semanas ou meses após a infecçãopelo SARS-CoV-2, podendo

se manifestar inclusive em pacientes que tiveram infecção leve ou assintomática. O Centers for

Diseases Control and Prevention/EUA (CDC/EUA) está utilizando em sua definição o termo Post-

covid conditions e o período de quatro ou mais semanas após a infecção pelo SARS-CoV-2, que fornece

uma estimativa aproximada dos efeitos que ocorrem além do período agudo da infecção.

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) também publicou uma definição de caso para as condições

pós-covid, que são aquelas que ocorrem em indivíduos com histórico de infecção provável ou

confirmada por SARS-CoV-2, geralmente 3 meses após o início da covid-19, com sintomas que duram

pelo menos 2 meses e não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo. Os sintomas comuns

incluem fadiga, falta de ar, disfunção cognitiva, cefaléia, entre outros, e geralmente têm impacto nas

atividades diárias.

A nomenclatura também varia, sendo utilizados termos como covid longo, covid-19 pós- agudo, efeitos

de longo prazo de covid-19, síndrome covid pós-aguda, covid crônica, entre outros. Para efeitos deste

documento, será utilizado o termo "Condições pós-covid-19", em alinhamento com o Ministério da

Saúde.

Em relação a sintomas, pode ser dificil distinguir entre os causados pela síndrome pós-covid-19 e os

sintomas ocasionados por outros motivos e por isso é importante considerar diagnósticos alternativos,

condições de saúde pré-existentes ou mesmo reinfecção por SARS- CoV-2.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

O Ministério da Saúde publicou em junho de 2021, as Diretrizes para a atenção especializada no

contexto da pandemia de covid-19, que aborda a linha de cuidado para reabilitação de usuário com

condições pós-covid-19 e condutas assistenciais para pacientes com condições pós-covid-19, disponível

em: <a href="https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2021/diretrizes-da-conteudo/publicacoes/cartilhas

atencao-especializada-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19-30_07_2021-1.pdf Em 2022, foi

publicado o Manual pra Avaliação e Manejo de condições pós-covid na atenção primária à saúde.

Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual avaliação manejo condições covid.pdf

Medidas de prevenção considerando cenário de vacinação e variantes de preocupação

do SARS-CoV-2

As taxas crescentes de cobertura vacinal mudaram o cenário epidemiológico no Brasil, com diminuição

gradativa da sobrecarga e procura por atendimento nos serviços de saúde, bem como redução da

letalidade da doença.

No entanto, é importante destacar que ainda continuamos registrando casos diários de covid-19 no

Brasil e alguns deles com manifestações graves. Por isso, mesmo as pessoas vacinadas ou aquelas que

já tiveram a infecção devem continuar seguindo as medidas de prevenção dentro dos serviços de saúde

(levando em consideração a forma de transmissão desse vírus), principalmente em situações de

disseminação de novas variantes de preocupação do SARS-CoV-2 e o risco de reinfecção.

Considerando todo o exposto e baseado nas evidências que estão disponíveis, é consenso entre a

Anvisa, Ministério da Saúde e todas as Sociedades Científicas e profissionais de notório saber,

representadas nesta Nota Técnica, que as recomendações descritas neste documento, quando aplicadas

corretamente, são efetivas para a prevenção e o controle de infecções pelo SARS-CoV-2 dentro dos

serviços de saúde, mesmo com a emergência de novas variantes do vírus e a possibilidade de

reinfecção.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

É importante destacar que para essa revisão da Nota Técnica foi realizada uma intensa discussão sobre a continuidade da recomendação de uso de máscaras faciais por todos dentro dos serviços de saúde. Considerando as discussões, o momento epidemiológico atual da covid-19 no país e a disponibilidade vacinas que oferecem proteção contra a variante Ômicron para grupos de risco, a Anvisa define que não é mais necessária a recomendação do uso universal de máscaras faciais dentro dos serviços de saúde, ficando a recomendação nacional reservada às seguintes situações e perfis de pessoas dentro do serviço de saúde:

- Pacientes com sintomas respiratórios ou positivos para covid-19 e seus acompanhantes;
- Pacientes que tiveram contato próximo* com caso confirmado de covid-19, durante o seu período de transmissibilidade, nos últimos 10 dias;
- Profissionais que estão na triagem de pacientes, pois entrarão em contato com pacientes que ainda não possuem uma definição de suspeita diagnóstica;
- Profissionais do serviço de saúde, visitantes, acompanhantes, etc, em áreas de internação de pacientes (incluindo enfermarias, quartos, corredores, etc, dessas áreas de internação)
- Quando houver indicação de uso de máscara facial como EPI na implementação de medidas de precaução (padrão, gotícula ou aerossol), que pode ocorrer em atendimentos realizados em qualquer área dentro do serviço de saúde.
- * A definição de contato próximo consta na Nota Técnica nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS como sendo:
 - 1. Pessoa que esteve a menos de um metro de distância, por um período mínimo de 15 minutos, com um caso confirmado sem ambos utilizarem máscara facial ou utilizarem de forma incorreta;
 - 2. Pessoa que teve um contato físico direto com um caso confirmado com posterior toque nos olhos, boca ou nariz com as mãos não higienizadas;
 - 3. Profissional de saúde que prestou assistência em saúde ao caso de covid-19 sem utilizar equipamentos de proteção individual (EPI), conforme preconizado, ou com EPI danificado;
 - 4. Contato domiciliar ou residente na mesma casa/ambiente (dormitórios, creche, alojamento, entre outros) de um caso confirmado.

Importante: Considerar a recomendação de uso de máscaras faciais para pessoas em salas de espera quando a triagem de sintomas não é realizada logo na entrada do serviço. Essa definição deve ser feita pelo SCIH/CCIH do serviço de saúde considerando o perfil de atendimentos (por exemplo, no caso de pronto-socorro geral pode ser mais fácil encontrar pacientes sintomáticos respiratórios ou covid-19 positivos que em um pronto-socorro especializado, como de ortopedia).

O controle de fonte em áreas de internação de pacientes é uma medida que ainda está sendo orientada nacionalmente para evitar a propagação de secreções respiratórias que são expelidas quando as pessoas falam, tossem ou espirram, no intuito de proteger principalmente as pessoas que podem ter um maior risco de gravidade pela doença. Sendo assim, é importante que visitantes e acompanhantes também sejam orientados para a necessidade de manter o uso da máscara durante sua permanência em áreas de internação de pacientes e não retirá-la, para segurança dos pacientes, profissionais e outros acompanhantes.

Com essa revisão da Nota Técnica, o uso universal de máscaras como controle de fonte deixa de ser uma recomendação nacional em áreas/unidades ou serviços de saúde onde não se presta assistência a pacientes em regime de internação (mais de 24 horas).

Destacamos que, o serviço de saúde é responsável pela prevenção e controle de infecções dentro de suas dependências. Sendo assim, precisa continuar monitorando a ocorrência de casos de covid-19 intrahospitalar (IRAS-covid-19 ou covid transmitida dentro do hospital), além de continuar implementando medidas para conter a disseminação do SARS-CoV-2 em todos os serviços de saúde. Informamos que, não é porque as recomendações quanto ao uso de máscaras para dentro do serviço de saúde estão sendo flexibilizadas, que as medidas de prevenção podem ser negligenciadas. Nesse sentido, é importante esclarecer que o serviço tem autonomia para definir, em conjunto com o SCIH/CCIH, medidas mais restritivas quanto ao uso de máscaras do que as definidas nessa Nota Técnica, considerando a situação epidemiológica da sua região, o número de casos suspeitos ou confirmados de covid-19 da sua instituição, o número de internações por SRAG por covid-19 e a ocorrência de surtos no serviço de saúde. Obs.: No Quadro 1 dessa Nota Técnica (Página 49) são descritas situações em que o uso de máscara facial continua sendo recomendado pela Anvisa.

Chamamos a atenção para a importância de todos os profissionais que atuam nos serviços de saúde continuarem seguindo as recomendações de precauções e isolamento, incluindo o uso adequado de EPIs, na assistência de possíveis casos suspeitos e confirmados de covid-19 que chegarão ao seu serviço de saúde.

Cabe ainda destacar que a **NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 05/2021: Orientações** para prevenção e controle da disseminação de microrganismos multirresistentes em serviços de saúde no contexto da pandemia da covid-19 é complementar à NT 04/2020 e, portanto, também deve ser consultada, além do Guia de Vigilância Epidemiológica da covid-19, da Nota Técnica nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS de 27/10/2022: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-

conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/sei_ms-0030035449-nt-14-cggripe-atualizacoes-ve-covid-19.pdf e outras publicações do Ministério da Saúde, disponíveis na página eletrônica desse órgão.

As Notas Técnicas a respeito da covid-19 e outros documentos publicados pela Anvisa estão disponíveis no site da Agência no seguinte link: <u>Covid-19 — Português (Brasil) (www.gov.br)</u>

Para evitar e conter a disseminação do vírus durante a assistência à saúde, é fundamental que os gestores desses serviços forneçam condições para a implementação das medidas de prevenção e controle das infecções, incluindo estratégias de controle de engenharia, controle administrativo e de proteção individual e coletivas para situações de baixa demanda e para possíveis situações de elevação do número de casos na região e dentro do serviço de saúde.

Nesse sentido, é preciso aprimorar a gestão do estoque de produtos para saúde e promover/intensificar ações de sensibilização e capacitação dos profissionais, além de ações educativas com foco nos pacientes, acompanhantes e visitantes, visando a segurança dos pacientes, dos trabalhadores que atuam no serviço de saúde e da população geral.

IMPORTANTE

Decidimos, em conjunto com o GRUPO FORÇA COLABORATIVA COVID-19 BRASIL que o conteúdo da NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 07/2020 - ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DAS INFECÇÕES POR SARS-CoV-2 (COVID-19) DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE e da NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 06/2020 - ORIENTAÇÕES PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DAS INFECÇÕES PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS seria inserido nessa nova versão da Nota Técnica 04/2020, como os Anexos 6 e Anexos 7, respectivamente. Portanto, a partir da publicação dessa nova versão da Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020, a NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 07/2020 e a NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA nº 06/2020 não serão mais atualizadas.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA COVID-19 DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

O serviço de saúde deve garantir que as políticas e as boas práticas internas minimizem a exposição a

patógenos respiratórios, incluindo o SARS-CoV-2.

Tendo em vista a grande possibilidade de transmissão do SARS-CoV-2 dentro dos serviços de saúde,

as medidas de prevenção e controle devem ser implementadas em todas as etapas do atendimento do

paciente nesses serviços, desde a sua chegada, triagem, espera, durante toda a assistência prestada, até

sua a sua alta/transferência ou óbito.

1. Atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e transporte interinstitucional de

casos suspeitos ou confirmados

Para o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e transporte interinstitucional de casossuspeitos

ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2, deve-se:

- Melhorar a ventilação do veículo para aumentar a troca de ar durante o transporte (ar condicionado

com exaustão, que garanta as trocas de ar ou manter as janelas abertas).

- Toda a equipe envolvida no transporte do paciente suspeito ou confirmado de infecção pelo SARS-

CoV-2 deve utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI), seguindo asorientações previstas no

Quadro 1 desta Nota Técnica.

- Toda a equipe deve receber capacitação e demonstrar capacidade para colocação, uso, retirada e

descarte correto e seguro dos EPI.

- Sempre notificar previamente o serviço de saúde para onde o caso suspeito ou confirmadode infecção

pelo SARS-CoV-2 será encaminhado.

- Limpar e desinfetar todas as superfícies internas do veículo após a realização do transporte do

paciente suspeito ou confirmado. A desinfecção pode ser feita com álcool a 70%, hipoclorito de sódio

ou outro desinfetante indicado para este fim e seguindo procedimento operacional padrão definido para

a atividade de limpeza e desinfecção do veículo e seus equipamentos (verificar orientações previstas

no manual da Anvisa, 2012 "Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de

superfícies") e deve-se realizar a higiene das mãos com água e sabonete líquido OU preparação

alcoólica para as mãos, após a realização da limpeza do veículo e retirada do EPI utilizado.

Atenção: Recomenda-se que as portas e janelas da ambulância sejam mantidas abertas durante a

Observação: Deve-se evitar o transporte interinstitucional de casos suspeitos ou confirmados de covid-19. Se a transferência do paciente for realmente necessária, o paciente deve utilizar máscara cirúrgica durante todo o percurso.



2. Todos os serviços de saúde: na chegada, na triagem, na espera, no atendimento e durante toda a assistência prestada.

Nos atendimentos ambulatoriais, todos os pacientes com sintomas respiratórios ou positivos para covid-

19 (mesmo sem sintomas respiratórios), e seus acompanhantes, devem usar máscara facial* (limpas,

secas, bem ajustadas à face e que cubram durante todo o uso nariz, boca e queixo) logo na entrada do

serviço de saúde. Além do uso das máscaras, os pacientes devem ser orientados a manter distanciamento

físico (mínimo de 1 metro) de outras pessoas, a realizar a etiqueta respiratória e a higiene das mãos com

água e sabonete líquido OU preparações alcoólicas (70%). Após o atendimento dos pacientes,

principalmente aqueles que tem sintomas respiratórios, deve ser realizada a higienização do consultório

e da sala de espera.

* caso a máscara facial não possa ser tolerada, devido aos sintomas respiratórios do paciente (presença

de secreção excessiva ou falta de ar intensa), ele deve ser imediatamente colocado em um local isolado

de outros pacientes, para ter o atendimento priorizado. O paciente e o seu acompanhante devem ser

orientados sobre todas as medidas de prevenção da disseminação da covid-19 no serviço.

Observação: Para o paciente sem sintomas respiratórios e seu acompanhante, não é obrigatório o uso

de máscaras em serviços de saúde, mas eles podem optar pelo uso da máscara facial, caso seja de sua

preferência, considerando os riscos individuais, principalmente aqueles com maior risco de desenvolver

doença grave (imunossuprimidos, idosos, gestantes e pessoas com múltiplas comorbidades).

Porém, o uso de máscaras por pacientes sem sintomas respiratórios e seu acompanhante pode passar a

ser obrigatório por um período, caso o serviço de saúde esteja passando por alguma situação de surto

localizado ou por um aumento temporário do número de casos de covid-19 em sua região e a direção

do serviço defina a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais em suas dependências.

É importante que o Serviço/Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH/CCIH) de cada

instituição mantenha o monitoramento das medidas de controle relativas a definição de espaços ou

fluxos de atendimento para sintomáticos respiratórios (salas separadas, fluxo de atendimento

diferenciado, etc), como estratégia de minimizar o risco de transmissão de infecções respiratórias virais,

particularmente em cenários de alta demanda e rotatividade de atendimentos como os observados em

ambulatórios e Prontos Socorros. Garantir estratégias de coorte e/ou separação (isolamento) de

sintomáticos respiratórios é fundamental para evitar risco de transmissão para outros pacientes mais

susceptiveis que estiverem aguardando atendimento.

Além disso, o SCIH/CCIH deve disponibilizar e monitorar a adesão aos Protocolos elaborados para

prestação de assistência para sintomáticos respiratórios em geral: orientações, estrutura física, fluxos,

etc. Essas ações devem estar previstas no Plano de Contingência da covid-19 no serviço de saúde.

Este Plano, com estratégias e políticas necessárias para o enfrentamento dos casos de covid-19,

incluindo o gerenciamento dos recursos humanos e materiais, é melhor descrito no Anexo 6 dessa Nota

Técnica (antiga Nota Técnica GVIMS/GGTES/Anvisa nº 07/2020).

De acordo com o que se sabe até o momento, as seguintes orientações devem ser seguidas pelos serviços

de saúde:

• Implementar **procedimentos de triagem** para detectar pacientes com suspeita de infecção

pelo SARS-CoV-2, antes mesmo do registro do paciente: garantir que todos os pacientes sejam

questionados sobre a presença de sintomas de uma infecção respiratória no momento da triagem e que

os sintomáticos sejam orientados a manter o uso de máscaras faciais enquanto estiverem no serviço de

saúde.

• Garantir o atendimento de paciente com sintomas de infecção pelo SARS-CoV-2 ou outra

infecção respiratória (sintomas: tosse intensa e dificuldade para respirar) no menor tempo possível, de

preferência em local separado, para evitar que este paciente fique esperando atendimento junto com

outros pacientes. Identifique um espaço separado e bem ventilado que permita que os pacientes

sintomáticos em espera fiquem afastados (pelo menos 1 metro de distância entre cada pessoa) e com

fácil acesso a suprimentos de higiene respiratória e higiene das mãos. Estes pacientes devem

permanecer nessa área separada até a consulta, encaminhamento para o hospital (caso seja necessária a

remoção do paciente) ou alta para casa.

• Fazer uso de alertas visuais (cartazes, placas e pôsteres etc.) na entrada dos serviçosde saúde e

em locais estratégicos (áreas de espera, elevadores, lanchonetes, etc.) com informações sobre os

principais sinais e sintomas da covid-19 e as medidas de prevenção aserem seguidas pelos pacientes e

acompanhantes.

Fornecer suprimentos (lenço descartável, etc.) e orientações para etiqueta respiratória, além de

disponibilizar lixeira com acionamento por pedal para o descarte dos lenços de papel usados. Prover

máscara cirúrgica para pacientes com sintomas de infecção respiratória (tosse, espirros, secreção nasal,

etc), caso o paciente não esteja usando máscara cirúrgica ou se estiver usando uma máscara cirúrgica

suja, rasgada ou úmida. Os pacientes sintomáticos e seus acompanhantes devem utilizar a máscara

cirúrgica durante toda a sua permanência na unidade e estas devem ser trocadas sempre que estiverem

sujas, rasgadas ou úmidas.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

- Prover **dispensadores com preparações alcoólicas** para a higiene das mãos nas salas de espera e estimular a higiene das mãos pelos pacientes e acompanhantes.
- Prover condições para higiene simples das mãos: **lavatório/pia** com dispensador de sabonete líquido, suporte para papel toalha, papel toalha, lixeira com tampa e abertura sem contato manual.
- Orientar os pacientes a adotar as medidas de etiqueta respiratória:
 - o Se tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com cotovelo flexionado ou lenço depapel;
 - o Utilizar lenço de papel descartável para higiene nasal (descartar imediatamenteapós o uso e realizar a higiene das mãos);
 - o Evitar tocar mucosas de olhos, nariz e boca;
 - o Realizar a higiene das mãos com água e sabonete OU preparação alcoólica.
- Orientar os pacientes/acompanhantes e profissionais de saúde e de apoio sobre a necessidade da **higiene das mãos** com água e sabonete líquido (40-60 segundos) OU preparação alcoólica a 70% (20-30 segundos).
- Orientar que pacientes/acompanhantes e profissionais de saúde e de apoio evitem tocar olhos, nariz e boca com as mãos não higienizadas.
- Reforçar a necessidade de **intensificação da limpeza e desinfecção de objetos e superfícies**, principalmente as mais tocadas como maçanetas, interruptores de luz, corrimões,botões dos elevadores, etc.
- Orientar os profissionais de saúde a **evitar tocar superfícies próximas ao paciente** (ex. mobiliário e equipamentos para a saúde) e aquelas fora do ambiente próximo ao paciente, com luvas ou outros EPI contaminados ou com as mãos contaminadas/não higienizadas.
- Manter os ambientes ventilados (ar condicionado com exaustão, que garanta as trocas de ar ou manter as janelas abertas).
- Eliminar ou restringir o uso de itens compartilhados por pacientes como canetas, pranchetas e telefones.
- Realizar a limpeza e desinfecção de equipamentos e produtos para saúde que tenham sido utilizados na assistência aos pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19.
- Orientar todos os trabalhadores do serviço de saúde quanto às medidas de precaução e isolamento a serem adotadas.

• Orientar todos os trabalhadores do serviço de saúde a utilizarem **EPI compatível com a atividade**

a ser realizada (avaliação caso a caso), especialmente caso entrem na área de isolamento, prestem

assistência direta ou realizem atividades a menos de 1 metro dos pacientes suspeitos ou confirmados

de covid-19.

• Os serviços de saúde devem implementar políticas, que não sejam punitivas, para permitir que

o trabalhador dos serviços de saúde que apresente sintomas de infecção respiratória seja afastado do

trabalho, permaneça em isolamento domiciliar, seguindo as recomendações publicadas pelo

Ministério da Saúde.

Se houver necessidade de encaminhamento do paciente para outro serviço de saúde, sempre

notificar previamente o serviço referenciado.

• Orientar o uso correto de máscara por pacientes e acompanhantes, não devendo tocar a parte

da frente da máscara após ser colocada na face.

Orientar os trabalhadores do serviço de saúde sobre como usar corretamente a máscara assim

como, tempo de uso, trocas e forma correta de descarte.

Observação 1: Os EPI devem ser imediatamente removidos após a saída do quarto, enfermaria, box

ou área de isolamento. Porém, caso o profissional de saúde saia de um quarto, enfermaria ou área de

isolamento para atendimento de outro paciente com suspeita ou confirmação de infecção pelo SARS-

CoV-2, na mesma área/setor de isolamento, logo em seguida, não há necessidade de trocar gorro

(quando necessário utilizar), óculos ou protetor facial e máscara. Neste caso, ele deve

obrigatoriamente trocar avental e luvas, lembrando sempre de realizar a higiene das mãos

imediatamente após a retirada das luvas. Dessa forma, reforçamos que esses dois EPIs devem ser

imediatamente removidos antes de sair da área de atendimento direto ao paciente, não devendo ser

usados, por exemplo, no posto de enfermagem, salas de preparo de medicamentos ou área para

prescrição de assistência. Esta prática deve ser banida nesses locais com o objetivo de prevenir as

infecções cruzadas e a contaminação dos ambientes, produtos/medicamentos e profissionais.

Observação 2: Não há necessidade de trocar a máscara entre cada atendimento. A máscara deve ser

trocada e descartada sempre que estiver úmida, suja ou danificada.

Observação 3: As luvas devem ser trocadas SEMPRE após a realização do atendimento/procedimento,

independente do tipo de procedimento realizado, do paciente ser covid-19 (suspeito ou confirmado) ou

não, ou do local de realização do atendimento/procedimento (hospital, consultório, atenção primária, etc.). Dessa forma, o profissional de saúde deve remover as luvas imediatamente após o atendimento ao paciente e higienizar as mãos antes de atender um outro paciente. Essa regra também se aplica à triagem de pacientes e à coleta de amostras por meio de swab. Para realização de RT-PCR ou TR-Ag, o profissional deve trocar as luvas após cada coleta/cada paciente e higienizar suas mãos.

IMPORTANTE!! Não há nenhuma indicação para higienização das mãos enluvadas com água e sabonete líquido OU com preparação alcoólica. Essa é uma prática totalmente contraindicada.

Com a redução do número de casos de covid-19, recomendamos que o serviço de saúde adapte os fluxos e orientações de atendimento (segregação de pacientes com sintomas respiratórios, uso de máscaras, etiqueta respiratória, higiene das mãos, etc.) e os controles de engenharia (marcações no chão, nas poltronas, ventilação, etc.) sempre considerando o objetivo de reduzir o risco de disseminação do SARS-CoV-2 e de outros vírus respiratórios dentro do serviço de saúde. Além disso, em situações que haja o aumento do número de casos de outras doenças respiratórias, é importante manter os fluxos bem definidos e reforçar as medidas de prevenção da disseminação dessas doenças, não apenas da covid-19, a fim de evitar, de forma geral, a sua disseminação dentro do serviço de saúde.

PRECAUÇÕES A SEREM ADOTADAS POR TODOS OS SERVIÇOS DE SAÚDE DURANTE A ASSISTÊNCIA A PACIENTES SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE covid-19

Além das **precauções padrão** (que devem ser implementadas por todos os serviços de saúde para todos os pacientes e que estão disponíveis em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/cartazes/cartaz_precaues.pdf/view),

considerando as formas de transmissão da covid-19, deve-se implementar adicionalmente durante a assistência a pacientes com suspeita ou confirmação de covid-19 as:

- Precauções para contato

- Precauções para gotículas*

*as gotículas têm tamanho maior que 5 μm e podem atingir a via respiratória alta, ou seja, mucosa das fossas nasais e mucosa da cavidade bucal.

- Precauções para aerossóis* (em algumas situações específicas)**

*os aerossóis são partículas menores e mais leves que as gotículas, que permanecem suspensas no ar por longos períodos de tempo e, quando inaladas, podem penetrar mais profundamente no trato respiratório.

**Observação: alguns procedimentos realizados em pacientes com infecção pelo Sars- CoV-2 podem gerar aerossóis, como, por exemplo, intubação ou aspiração traqueal, ventilação mecânica não invasiva, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação, coletas de amostras nasotraqueais, broncoscopias, etc. Para esses casos, asprecauções para gotículas sempre devem ser substituídas pelas precauções para aerossóis.

Além disso, estudos têm mostrado que durante a fala e respiração, as pessoas expelem partículas de vários tamanhos, desde maiores que 5 micras até aerossóis, que podem conter vírus de transmissão respiratória e causar infecção quando inalados diretamente do ar. Considerando que durante a assistência, podem ocorrer situações com risco de aerolização, como, por exemplo: pacientes com tosse, crianças pequenas chorando durante o atendimento e também a possibilidade de realizar a assistência em local mal ventilado, com pouca possibilidade de troca de ar, é importante que o profissional de saúde avalie essas situações e, caso necessário, substitua as precauções para gotículas pelas precauções para aerossóis.

Observação: as precauções-padrão assumem que todas as pessoas estão potencialmenteinfectadas ou colonizadas por um patógeno que pode ser transmitido no ambiente de assistência à saúde e, portanto, devem ser implementadas em TODOS os atendimentos, independente do diagnóstico do paciente, mediante o risco de exposição a sangue e outros fluidos ou secreções corporais.

A Anvisa publicou cartazes contendo orientações sobre as medidas de precauções, que podem ser acessados no link: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/cartazes/cartaz precaues.pdf/view

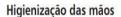


- Indicações: infecção ou colonização por microrganismo multirresistente, varicela, infecções de pele e tecidos moles com secreções não contidas no curativo, impetigo, herpes zoster disseminado ou em imunossuprimido, etc.
- Use luvas e avental durante toda manipulação do paciente, de cateteres e sondas, do circuito e do equipamento ventilatório e de outras superfícies próximas ao leito. Coloque-os imediatamente antes do contato com o paciente ou as superfícies e retire-os logo após o uso, higienizando as mãos em seguida.
- Quando não houver disponibilidade de quarto privativo, a distância mínima entre dois leitos deve ser de um metro.
- Equipamentos como termômetro, esfignomanômetro e estetoscópio devem ser de uso exclusivo do paciente.

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA

Precauções para Gotículas







Máscara Cirúrgica (profissional)



Máscara Cirúrgica (paciente durante o transporte)



Quarto privativo

- Indicações: meningites bacterianas, coqueluche, difteria, caxumba, influenza, rubéola, etc.
- Quando não houver disponibilidade de quarto privativo, o paciente pode ser internado com outros infectados pelo mesmo microrganismo. A distância mínima entre dois leitos deve ser de um metro.

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA

usar máscara cirúrgica durante toda sua permanência fora do quarto.

■ O transporte do paciente deve ser evitado, mas, quando necessário, ele deverá

Precauções para Aerossóis



Higienização das mãos



Máscara PFF2 (N-95) (profissional)



Máscara Cirúrgica (paciente durante o transporte)



Quarto privativo

- Precaução padrão: higienize as mãos antes e após o contato com o paciente, use óculos, máscara cirúrgica e/ou avental quando houver risco de contato de sangue ou secreções, descarte adequadamente os pérfuro-cortantes.
- Mantenha a porta do quarto SEMPRE fechada e coloque a máscara antes de entrar no quarto.
- Quando não houver disponibilidade de quarto privativo, o paciente pode ser internado com outros pacientes com infecção pelo mesmo microrganismo. Pacientes com suspeita de tuberculose resistente ao tratamento não podem dividir o mesmo quarto com outros pacientes com tuberculose.
- O transporte do paciente deve ser evitado, mas quando necessário o paciente deverá usar máscara cirúrgica durante toda sua permanência fora do quarto.

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA

1. ISOLAMENTO

A acomodação dos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2 deve ser realizada,

preferencialmente, em um quarto privativo com porta fechada e bem ventilado (ar condicionado que

garanta a exaustão adequada ou janelas abertas). Deve-se reduzir a circulação de pacientes e

profissionais ao mínimo possível.

Observação: Os procedimentos que podem gerar aerossóis devem ser realizados, preferencialmente,

em uma unidade de isolamento respiratório com pressão negativa e filtroHEPA (High Efficiency

Particulate Arrestance). Na ausência desse tipo de unidade, deve-secolocar o paciente em um quarto

individual bem ventilado (ar condicionado que garanta a exaustão adequada ou janelas abertas), com

portas fechadas e restringir o número de profissionais no local durante estes procedimentos. Além

disso, deve-se orientar a obrigatoriedade do uso da máscara de proteção respiratória (respirador

particulado) com eficácia mínima na filtração de 95% de particulas de até 0,3µ (tipo N95, N99, N100,

PFF2 ou PFF3) pelos profissionais de saúde, além do gorro descartável, óculos de proteção ou protetor

facial (face shield), avental e luvas.

Implementação de coortes

Considerando a possibilidade do aumento do número de casos de pacientes suspeitos ou confirmados

de infecção pelo SARS-CoV-2, se o serviço de saúde não possuir quartos privativos disponíveis em

número suficiente para o atendimento de todos os casos, deve ser estabelecida a acomodação dos

pacientes em coortes, ou seja, separar esses pacientes em uma mesma enfermaria ou área de isolamento.

Essa coorte pode ser realizada em todas as unidades ou setores que forem receber pacientes suspeitos

ou confirmados de covid-19, desde que sejam realizadas coortes de pacientes suspeitos separadas de

coortes de pacientes confirmados.

É fundamental que seja mantida uma distância mínima de 1 metro entre os leitos dos pacientes e deve-

se restringir ao máximo o número de acessos a essa área de coorte, inclusive visitantes, com o objetivo

de se conseguir um maior controle da movimentação depessoas, evitando-se o tráfego indesejado e o

cruzamento desnecessário de pessoas e serviços.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

No decorrer da pandemia, muitos hospitais definiram unidades de internação e UTIs exclusivas para o isolamento e atendimento de pacientes covid-19 suspeita ou confirmada, de forma que toda a estrutura dessas unidades, incluindo seus profissionais, assistissem apenas a esses pacientes. No entanto, com a redução do número de casos de pacientes hospitalizados, a tendência é que essas unidades exclusivas comecem a ficar com leitos ociosos e, por isso, sejam desativadas ou redirecionadas para o atendimento de pacientes com outras morbidades (não covid-19).

Porém, diante do cenário atual em nosso país, no qual unidades que antes eram exclusivas para atendimento de pacientes com covid-19 recebem pacientes não covid-19, reforçamos que as orientações contidas nesta Nota Técnica seguem válidas, e que os pacientes com covid-19 devem ser internados em quartos ou áreas de coorte separados dos pacientes não covid-19.

Essa separação deve ser feita em quarto privativo ou área de coorte (coorte para paciente suspeito e coorte para paciente confirmado) e possuir ventilação adequada, seja por sistema de climatização com exaustão ou janelas abertas. De toda forma, é essencial que o serviço reforce junto aos profissionais as orientações quanto às medidas de prevenção, incluindo as precauções e a higiene das mãos nos 5 momentos adequados, para reduzir os riscos desses profissionais se tornarem disseminadores do vírus de pacientes covid-19 para não covid-19.

Ressaltamos que, nas unidades de internação e UTIs cujos leitos são disponibilizados apenas em áreas coletivas (em um mesmo ambiente, sem isolamento por paredes que vão do chão ao teto), não podem ser internados pacientes covid-19 e não covid-19, pois essas unidades não possuem condições de separação física adequada entre esses leitos. Desta forma, precisa-se definir quartos ou áreas de coorte para atendimento dos pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19.

No caso de paciente assintomático contactante de pacientes positivos para covid-19, a recomendação é que esse paciente seja mantido em quarentena em quarto privativo ou coorte com outros contatos assintomáticos por 10 dias após o contato de risco. Esse paciente pode ser testado a partir do 5º dia de contato conforme quadro 3. Lembrando que a quarentena do paciente não impede sua alta.

Quanto aos trabalhadores, a depender da situação epidemiológica do serviço, disponibilidade de profissionais e número de pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV- 2, o serviço também pode considerar a implementação de coorte de profissionais. Ou seja, pode-se definir que determinados profissionais de saúde atuem na assistência direta a esses pacientes que estarão em quartos de isolamento ou coortes, durante todo o seu turno de trabalho, sendo orientados a não circular por outras áreas de assistência e nem prestar assistência a outros pacientes. Essa conduta tende a

otimizar o atendimento e a utilização de EPIs, bem como, a adequação dos fluxos de trabalho,

reduzindo o risco do profissional de saúde se tornar disseminador do vírus de pacientes com covid-19

para pacientes não covid-19.

Covid-19 e Influenza

Embora a covid-19 e a Influenza sejam doenças para as quais se implementa medidas de precaução

semelhantes, não se deve colocar na mesma coorte, pacientes com covid-19 e pacientes com influenza,

para evitar a disseminação das diferentes doenças entre os pacientes.

Outras orientações para o quarto de isolamento ou área de coorte

O quarto, enfermaria, área de isolamento ou área de coorte deve permanecer com a porta fechada, ter

a entrada sinalizada com alerta referindo medidas de precaução a serem adotadas: padrão, gotículas e

contato ou aerossóis (em condições específicas, já mencionadas), a fim de evitar a entrada/passagem

de pacientes e visitantes de outras áreas ou de profissionais que estejam trabalhando em outros locais

do serviço de saúde.

O acesso deve ser restrito aos profissionais envolvidos na assistência direta ao paciente e outros

trabalhadores estritamente necessários ao atendimento e manutenção dos locais de assistência, como

os trabalhadores da limpeza, desde que assegurados todos os EPIs necessários para garantir a

segurança desses profissionais.

Imediatamente antes da entrada do quarto, enfermaria, área de isolamento ou área de coorte, devem

ser disponibilizadas:

• Condições para higiene das mãos: dispensador de preparação alcoólica a 70% elavatório/pia com

dispensador de sabonete líquido, suporte para papel toalha, papel toalha, lixeira com tampa e abertura

sem contato manual.

• EPI apropriado, conforme será descrito mais à frente nesse documento.

Mobiliário para guarda e recipiente apropriado para descarte de EPIs.

Os serviços de saúde devem elaborar, disponibilizar de forma escrita e manter disponíveis,normas e

rotinas dos procedimentos envolvidos na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de

infecção pelo SARS-CoV-2, tais como: fluxo dos pacientes dentro do serviçode saúde, procedimentos

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

de colocação e retirada de EPIs, procedimentos de remoção e processamento de roupas/artigos e produtos utilizados na assistência, rotinas de limpeza e desinfecção de superfícies, rotinas para

remoção dos resíduos, entre outros.

Os profissionais envolvidos na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecçãopelo SARS-

CoV-2 devem ser capacitados quanto às medidas de prevenção que devem ser adotadas.

Além disso:

• Ressalta-se que, mesmo nas áreas de coorte, os profissionais de saúde devem remover o avental e

luvas após cada atendimento, não sendo indicado o uso de um mesmo avental ou luvas para

atendimento de mais de um paciente.

• Recomenda-se que profissionais da saúde não devem atuar nos serviços de saúde se estiverem com

sintomas de doença respiratória aguda. Eles devem ser avaliados e receber orientações para a

realização de exames, afastamento e condições para o retorno às atividades.

• Pacientes e acompanhantes/visitantes devem ser orientados a minimizar o risco de transmissão da

doença, adotando ações preventivas já descritas neste documento, principalmente o distanciamento

físico, o uso correto de máscaras e a higiene das mãos.

• Os pacientes com sintomas respiratórios devem utilizar máscara cirúrgica durante a circulação

dentro do serviço, por exemplo, durante o transporte dos pacientes de uma área/setor para outro.

• Sempre que possível, equipamentos e produtos para saúde utilizados na assistência aos casos

suspeitos ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2 devem ser de uso exclusivo no paciente,

como no caso de estetoscópios, esfigmomanômetro e termômetros. Caso nãoseja possível, os produtos

para saúde utilizados nestes pacientes devem ser limpos e desinfetados ou esterilizados (de acordo

com o seu uso) antes de serem utilizados em outros pacientes.

• Os pacientes devem ser orientados a não compartilhar pratos, copos, talheres, toalhas, roupas de

cama ou outros itens com outras pessoas.

Duração das precauções e isolamento

1.1 Estratégia baseada em tempo e sintomas

Conforme atualizações do Centers for Diseases Control/EUA (CDC/EUA) e com base em

evidências sobre a variante Ômicron publicadas até o momento, existe suporte à interrupção das

precauções adicionais e isolamento para pessoas com covid-19 em uma estratégia baseada em tempo

e sintomas. Essa recomendação limita o prolongamento desnecessário do isolamento dos pacientes e

da utilização de recursos laboratoriais e outros insumos (https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-

ncov/hcp/duration-isolation.html)

Os dados disponíveis indicam que pessoas com covid-19 leve a moderada provavelmente podem

transmitir o vírus por até 10 dias após o início dos sintomas, com maior chance de transmissão

na primeira semana de infecção. Pessoas com doença mais grave a crítica ou pessoas

imunocomprometidas, provavelmente podem transmitir o vírus por até 20 dias após o início dos

sintomas (salvo algumas situações como infecções em pacientes imunocomprometidos).

As pessoas recuperadas podem continuar apresentando o RNA detectável de SARS-CoV-2 nas

amostras respiratórias superiores por até 12 semanas, após o início da doença, embora em concentrações

consideravelmente mais baixas que durante a doença, em faixas nas quais o vírus competente para

replicação não foi recuperado com segurança e que a possibilidade de infecção é improvável. É

importante destacar, que os dados atualmente disponíveis são derivados de evidências em adultos;

dados equivalentes de crianças e bebês não estão disponíveis no momento.

Além disso, estudos não encontraram evidências de que pessoas clinicamente recuperadas, com

persistência de RNA viral, tenham transmitido SARS-CoV-2 para outras pessoas. Esses achados

reforçam a utilização de uma estratégia baseada em sintomas e tempo, em vez de em testes

laboratoriais para interromper o isolamento desses pacientes, evitando assim que pessoas que não

estejam mais em período de contagiosidade sejam mantidas desnecessariamente isoladas e excluídas

do contato com outras pessoas, do trabalho ou de outras responsabilidades.

Porém, é fundamental avaliar se o paciente possui outro tipo de diagnóstico que possa indicar a

manutenção das medidas de precaução ou o seu isolamento durante a internação, como por exemplo, a

confirmação de infecção por microrganismos multirresistentes, antes de retirá-lo das precações

adicionais ou do isolamento/coorte.

Observação: Ainda é importante destacar que as precauções-padrão devem sempre ser

aplicadas as todos os pacientes independentemente de estarem ou não com precauções adicionais

e isolamento.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELA COVID-19 – 31/03/2023

Definições operacionais para fins de retirada de pacientes de Precauções adicionais e Isolamento no contexto da covid-19: PACIENTES PEDIÁTRICOS E ADULTOS

Classificação da doença

Doença leve	Presença de sintomas não específicos, como tosse, dor de garganta ou coriza, seguido ou não de anosmia, ageusia, diarreia, dor abdominal, febre, calafrios, mialgia, fadiga ou cefaleia.
Doença moderada	Os sintomas mais frequentes podem incluir desde sinais leves da doença, como tosse persistente e febre persistente diária, até sinais de piora progressiva de outro sintoma relacionado à covid-19 (adinamia, prostração, hiporexia, diarreia), além da presença de pneumonia sem sinais ou sintomas de gravidade.
Doença grave	Considera-se a síndrome respiratória aguda grave (síndrome gripal que apresente dispneia/desconforto respiratório ou pressão persistente no tórax ou saturação de O2 menor que 95% em ar ambiente ou coloração azulada de lábios ou rosto).
	Para crianças, os principais sintomas incluem taquipnéia (maior ou igual a 70 irpm para menores de 1 ano e maior ou igual a 50 irpm para crianças maiores de 1 ano), hipoxemia, desconforto respiratório, alteração da consciência, desidratação, dificuldade para se alimentar, lesão miocárdica, elevação de enzimas hepáticas, disfunção da coagulação, rabdomiólise, cianose central ou SpO2 < 90-92% em repouso e ar ambiente, letargia, convulsões, dificuldade de alimentação/recusa alimentar.
Doença crítica	As principais manifestações são sepse, choque séptico, síndrome do desconforto respiratório agudo, insuficiência respiratória grave, disfunção de múltiplos órgãos, pneumonia grave, necessidade de suporte respiratório e internações em unidades de terapia intensiva.
Imunossupressão severa	 Pacientes em quimioterapia para câncer Pacientes com infecção pelo HIV e contagem de linfócitos CD4+ <200 Imunodeficiência primária Uso de corticóides por mais de 14 dias em dose superior a 20mgde prednisona ou equivalente Outras situações clínicas, a critério do SCIH/CCIH do serviço de saúde.

Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023

Critérios que devem ser seguidos para descontinuar precauções adicionais e isolamento em pacientes com covid- 19 confirmada em indivíduos hospitalizados:

Pacientes assintomáticos não imunossuprimidos	10 dias após a data do primeiro teste positivo RT- PCR em tempo real ou TR-Ag
Pacientes assintomáticos e imunossuprimidos	20 dias desde o primeiro teste positivo RT- PCR em tempo real ou TR-Ag
Pacientes com quadro leve a moderado, não imunossuprimidos	10 dias desde o início dos sintomas E pelo menos 24 horas sem febre (sem uso de antitérmicos) E melhora dos sintomas relacionados a covid-19*
Pacientes com quadro grave/crítico	20 dias desde o início dos sintomas E pelo menos 24 horas sem febre (sem uso de antitérmicos) E melhora dos sintomas relacionados a covid-19*
Pacientes imunossuprimidos**	Pelo menos 20 dias desde o início dos sintomas E pelo menos 24 horas sem febre (sem uso de antitérmicos) E melhora dos sintomas relacionados a covid-19*

Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023

*Observação: A melhora dos sintomas descrita no critério se refere aos sintomas relacionados a covid-19, pois outras infecções podem causar febre, sinais e sintomas. Na dúvida sobre a retirada do isolamento, discutir com especialistas e SCIH/CCIH do serviço.

**Observação: Para retirada do isolamento de pacientes imunocomprometidos, que após 20 dias do início dos sintomas ainda persistem com febre ou outros sinais e sintomas, recomendamos avaliar se o quadro clínico ainda está diretamente relacionado com o quadro infeccioso causado pela infecção pelo SARS-CoV; se são sequelas da doença; ou se estão relacionadas a outras infecções como as bacterianas ou fúngicas, por exemplo. Essa avaliação deve ser feita de forma individualizada por um especialista que também pode utilizar a estratégia baseada em testes (dois RT-PCR para SARS-CoV-2 coletados

com intervalo ≥ 24 horas) para auxiliar na tomada de decisão e Protocolos definidos pela SCIH/CCIH do serviço.

IMPORTANTE: Apesar da possibilidade de redução do tempo de isolamento respiratório domiciliar de pessoas com covid-19 na comunidade, conforme orientação do Guia de Vigilância Epidemiológica da covid-19 do Ministério da Saúde, no caso de pacientes hospitalizados, o tempo de isolamento deve ser o que está sendo orientado nessa Nota Técnica, devido os riscos de disseminação do SARS-CoV -2 dentro do serviço de saúde e toda a dinâmica das precauções e isolamento dentro dessas unidades de saúde. Ou seja, para pacientes hospitalizados, deve ser mantido o tempo de isolamento descrito no quadro acima de: 10 dias para pacientes assintomáticos não imunossuprimidos ou com quadro leve a moderado não imunossuprimidos (sem febre e melhora dos sintomas há pelo menos 24 horas); 20 dias para pacientes assintomáticos e imunossuprimidos e pacientes com quadro grave/crítico (sem febre e melhora dos sintomas há pelo menos 24 horas); e de pelo menos 20 dias para pacientes imunossuprimidos (sem febre e melhora dos sintomas há pelo menos 24 horas).



Critérios para descontinuar precauções e isolamento em pacientes adultos e pediátricos com COVID-19 confirmada

PACIENTES ADULTOS OU PEDIÁTRICOS ASSINTOMÁTICOS

Pacientes ASSINTOMÁTICOS NÃO imunossuprimidos (1)

10 dias após a data do primeiro teste positivo RT-PCR em tempo real ou Teste de antígeno

Pacientes ASSINTOMÁTICOS E imunossuprimidos (1)

20 dias desde o primeiro teste positivo RT-PCR em tempo real ou Teste de antígeno

PACIENTES ADULTOS OU PEDIÁTRICOS SINTOMÁTICOS

Pacientes com quadro LEVE a MODERADO, NÃO imunossuprimidos (1)



10 dias desde o início dos sintomas



elo menos 24 horas sem febre (sem uso de antitérmicos)



Melhora dos sintomas relacionados a covid-19°

Pacientes com quadro GRAVE/CRITICA



20 dias desde o início dos sintomas



lo menos 24 horas sem febre (sem uso de antitérmicos)



Melhora dos sintomas relacionados a

Pacientes sintomáticos

IMUNOSSUPRIMIDOS (1)**



Pelo menos 20 dias desde o início dos sintomas



elo menos 24 horas sem febre (sem uso de antitérmicos)



Melhora dos sintomas relacionados a covid-19°.



(1): Imunossupressão severa: Pacientes em quimioterapia para câncer; Pacientes com infecção pelo HIV e contagem de linfócitos CD4+ <200; Imunodeficiência primária; Uso de corticóides por mais de 14 dias em dose superior a 20mg de prednisona ou equivalente; Outras situações clínicas, a critério do SCIH/CCIH do serviço de saúde.

*Observação: A melhora dos sintomas descrita no critério se refere aos sintomas relacionados a covid-19, pois outras infecções podem causar febre, sinais e sintomas. Na dúvida sobre a retirada do isolamento, discutir com especialista/CCIH.

**Observação: Para retirada do isolamento de pacientes imunocomprometidos, que após 20 dias do início dos sintomas: ainda persistem com febre ou outros sinais e sintomas, recomendamos avaliar se o quadro clínico ainda está diretamente relacionado com o quadro infeccioso causado pelo a infecção pelo SARS-CoV; se são sequelas da doença; ou se estão relacionadas a outras infecções como as bacterianas ou fungicas, por exemplo. Essá avaliação deve ser feita de forma individualizada por um especialista que também pode utilizar a estratégia baseada em testes (dois RT-PCR para SARS-CoV-2 negativos coletados com intervalo ≥ 24 horas) para auxiliar na tomada de decisão e Protocolos da SCIH/CCIH.



Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023

Estratégias para a suspensão das medidas de precauções adicionais e retirada de isolamento: RECÉM-NASCIDOS (0-28 DIAS DE NASCIMENTO)

Considerando as especificidades dos recém-nascidos e que uma parcela desses indivíduos é imunodeprimida, principalmente os prematuros, as orientações para descontinuar as precauções nessa população são preferencialmente baseadas em sintomas e nos resultados de RT-PCR em tempo real. No entanto, considerando o cenário epidemiológico do país, a experiência acumulada e o fato de não haver, até o momento, literatura que aponte diferença na carga viral presente nos neonatos e na população adulta e pediátrica, o grupo técnico de neonatologia, que presta assessoria à Anvisa, optou por recomendar a alteração das orientações relacionadas ao tempo de isolamento dos recém-nascidos, que seguem abaixo:

1. Recém-Nascidos (RN) internados em Unidade de Terapia Intensiva ou Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal

Situação	Conduta			
I.RN assintomático	Instituir precauções padronizadas para SARS-CoV-2 por pelo			
com exame positivo para SARS-CoV-2*	menos 10 dias após a coleta do exame.			
II. RN com sintomas que	Instituir precauções padronizadas para SARS-CoV-2 por pelo			
sintomas que possam ser	menos 10 dias após o início dos sintomas e, após esse período,			
relacionados a	proceder da seguinte forma:			
Covid-19 e com exame positivo para	1. Se o RN estiver sem sintomas relacionados à Covid-19 por			
SARS-CoV-2*	mais de 24 horas, suspender isolamento.			
	2. Se o RN ainda permanecer com sintomas relacionados à			
	Covid-19, leves a moderados:			
	Realizar novo exame (RT-PCR para SARS-CoV-2):			
	- se positivo para SARS-CoV-2, manter			
	precauções padronizadas por pelo menos 20 dias			
	após o início dos sintomas.			
	- se negativo para SARS-CoV-2, suspender			
	isolamento quando o RN estiver com pelo menos			
	24 horas sem sintomas relacionados à Covid-19.			

- Se não for possível realizar novo exame (RT-PCR para SARS-CoV-2), manter as precauções padronizadas por pelo menos 20 dias após o início dos sintomas.
- 3. Se o RN permanecer com sintomas graves, com necessidade de ventilação mecânica, manter as precauções padronizadas para SARS-CoV-2 por pelo menos 20 dias após o início dos sintomas.

III. RN com sintomas que possam ser relacionados a Covid-19, mas com exame negativo para SARS-CoV- 2.*

Instituir precauções padronizadas para SARS-CoV-2 e proceder de acordo com a possibilidade de realização de novo exame (RT-PCR para SARS-CoV-2):

- Realizar novo exame com intervalo ≥ 24 horas do primeiro exame e proceder da seguinte forma:
 - Se negativo para SARS-CoV-2 e painel viral positivo para outro vírus respiratório, instituir precauções de acordo com o resultado do painel viral.
 - Se negativo para SARS-CoV-2 e painel viral negativo para outros vírus respiratórios, descontinuar as precauções específicas.
 - Se positivo para SARS-CoV-2, seguir as orientações para RN positivo sintomático.
- 2. Na impossibilidade de realizar novo exame (RT-PCR SARS-CoV-2) e de realizar o painel viral, manter as precauções padronizadas por pelo menos 14 dias, devido a possibilidade de vírus sincicial respiratório. Após esse período:
 - Caso não exista outra condição clínica que explique quadro respiratório inicial e ainda houver sintomas graves, com necessidade de suporte ventilatório, manter precauções por pelo menos 20 dia após o início dos sintomas.
- Na impossibilidade de realizar novo exame (RT-PCR SARS-CoV-2) e painel viral com resultado positivo, suspender precauções para covid-19 e instituir precauções de acordo com o resultado do painel viral.

IV. RN assintomático com mãe com exame positivo para SARS-CoV-2*, realizado no período de até 10 dias antes do parto

Instituir precauções padronizadas para SARS-CoV-2, e proceder de acordo com a possibilidade de realização de exame:

- 1. Realizar exame para SARS-CoV-2* após 48 horas de vida e proceder da seguinte forma:
 - Se negativo e RN permanecer assintomático, descontinuar as precauções específicas.
 - Se negativo e RN iniciar sintomas, seguir as orientações para RN negativo sintomático (III).
 - Se positivo e RN permanecer assintomático, seguir as orientações para RN positivo assintomático (I).
 - Se positivo e RN iniciar sintomas, seguir as orientações para RN positivo sintomático (II).
- 2. Na impossibilidade de realizar exame (RT-PCR para SARS-CoV-2) e RN continuar assintomático, manter precauções por 5 dias.
- Na impossibilidade de realizar exame (RT-PCR para SARS-CoV-2) e RN iniciar sintomas, seguir as orientações para positivo sintomático (II).

V. RN com sintomas que possam ser relacionados à COVID-19 e com mãe com exame positivo para SARS-CoV-2*, realizado no período de até 10 dias antes do parto

Instituir precauções padronizadas para SARS-CoV-2 e proceder de acordo com a possibilidade de realização de exame:

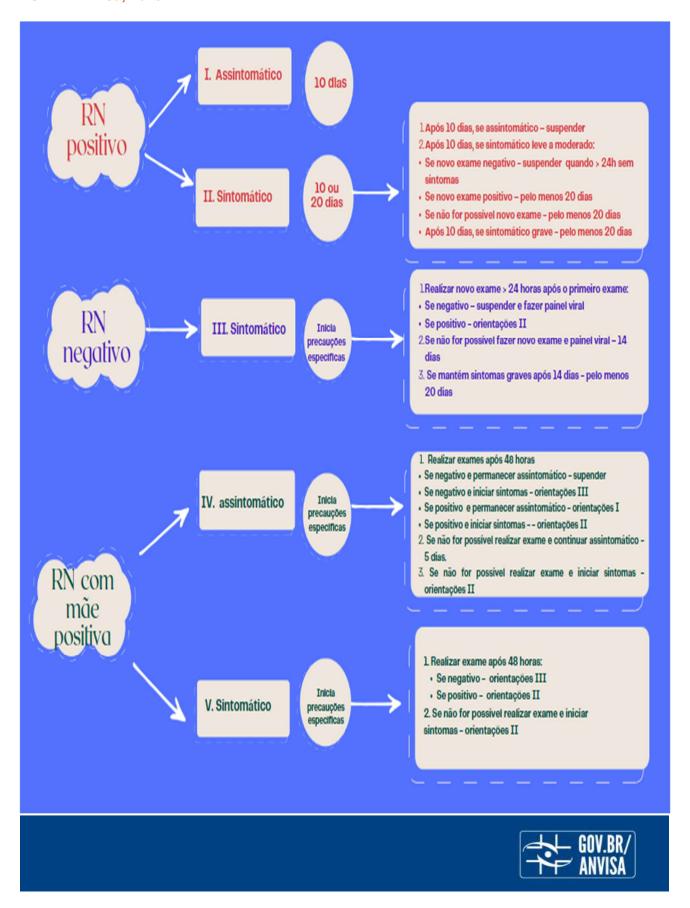
- 1. Realizar exame para SARS-CoV-2* após 48 horas de vida e proceder da seguinte forma:
 - Se negativo, seguir as orientações para RN negativo sintomático (III)
 - Se positivo, seguir as orientações para RN positivo sintomático (II)
- Na impossibilidade de realizar exame (RT-PCR para SARS-CoV-2), seguir orientações para RN positivo sintomático
 (II)

Observações:

- *Exame para SARS-CoV-2: RT-PCR ou Teste de antígeno.
- Após período definido para as precauções realizar monitoramento clínico e reforçar as orientações de precaução padrão.
- Realizar o primeiro exame após 48 horas de vida.
- As situações I a III podem ser aplicadas ao RNs internados desde o nascimento ou aos RNs provenientes do domicílio.
- Nas situações IV e V são geralmente aplicadas aos RNs provenientes do centro cirúrgico/obstétrico, ou seja, que ainda não foram para o domicílio após o nascimento.
- Se possível o RN com suspeita de Covid-19, deve ser mantido em isolamento em um ambiente de transição, separado de RN com Covid-19 confirmada, até a confirmação ou descarte da doença.
- A indicação de manter RN assintomático em isolamento, não impede a alta.
- Importante manter as precauções-padrão em todas as situações, mesmo após a saída do isolamento. Nesse sentido, o uso de luvas pelos profissionais de saúde durante a troca de fraldas é fundamental.
- Quando o RN receber alta hospitalar e a mãe ainda estiver positivo para Covid-19, a orientação de alta deve ser dada em um local específico, fora da UTI, separado dos demais RNs. Orientar a manter o uso de máscara e higiene das mãos antes de tocar no RN.
- Caso o serviço não tenha possibilidade de realizar o RT-PCR SARS-CoV-2, admite-se o teste de antígeno (TR- Ag). Porém valorizar o exame apenas quando o resultado for positivo. No caso do resultado ser negativo, e não houver possibilidade de confirmação com RT-PCR, considerar as orientações direcionadas para pacientes que não realizaram o PCR-RT.
- Não é recomendado realizar novo teste após 20 dias de isolamento.

Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023

Resumo sobre tempo de retirada de isolamento e precauções para RN internados em UTI e UCIN. Anvisa, 2023



Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023

1. RN internado em regime de Alojamento Conjunto

I. RN assintomático E mãe com exame positivo para SARS-CoV-2

- Manter o binômio acomodado em quarto privativo, de preferência, ou emquarto coletivo exclusivo para pacientes com Covid-19.
- Instituir precauções padronizadas para SARS-CoV-2 para o binômio mãefilho durante toda a internação. Reforçando a necessidade de isolamento desse binômio das outras mães e crianças, no caso de alojamento em quarto coletivo exclusivo para pacientes com Covid-19.
- Manter afastamento de, no mínimo, 1 metro entre o leito da mãe e do RN.
- Orientar a mãe a realizar a higienização
 das mãos
 antes de tocar o RN e a usar máscara cirúrgica durante a amamentação e
 cuidados com o RN.
- Manter os critérios de alta segura do binômio mãe-filho, de acordo com a Portaria GM/MS nº 2.068, de 21 de outubro de 2016 ou outra que vier a substituíla.
- Não há necessidade de realizar teste no RN, desde que assintomático.
 Na alta, orientar isolamento domiciliar do RN até o 10º dia de vida, a
 necessidade de estarem atentos aos sinais e sintomas da Covid-19 e o reforço
 de manter as medidas de prevenção durante o período de isolamento da mãe e RN.

II. RN assintomático, com mãe assintomática que teve COVID-19 durante a gestação, sendo que o diagnóstico ocorreu em um período maior que 10 dias antes do parto.

- Acomodação em alojamento conjunto, não sendo necessária acomodação em quarto privativo ou a realização de RT-PCR.
- Manter as precauções padrão e outras orientações gerais de prevenção deinfecção.

Observações

*Exame para SARS-CoV-2: RT-PCR ou Teste de antígeno

É importante manter as precauções padrão em todas as situações, mesmo após a saída do isolamento. Nesse sentido, o uso de luvas pelos profissionais de saúde durante a troca de fraldas é fundamental.

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA, 2023

2. Conduta frente a contatos a partir de casos covid-19 positivos

I. Mãe / Pai ou outro acompanhante em alojamento conjunto que evoluiu com sintomas e testou positivo para covid-19.

- Manter o binômio acomodado em quarto privativo, de preferência, ouem quarto coletivo exclusivo para pacientes com Covid-19 e seguir as orientações conforme item 2 (RN internado em regime de alojamento conjunto).
- ☐ Manter os contactantes dessa pessoa com covid-9 (que estavam alojados na mesma enfermaria) em quarentena de 10 dias, a partir do último contato, em quartos privativos de preferência ou em coorte (mas não com a pessoa com Covid-19 confirmado). Se o contactante for testado, o exame for negativo e não apresentar sintomas, esse período de quarentena pode ser reduzido para 5 dias, após o último contato.
- Não há obrigatoriedade de realizar testagem para liberação para alta.
- Manter orientações gerais de prevenção de infecção.
- Manter orientação do uso de máscara pelas mães e acompanhante, para o controle de fonte.
- Monitorar a presença de sinais e sintomas sugestivos de Covid-19
- Assim que possível dar alta e orientar observar os sinais e sintomas após a alta hospitalar.

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA, 2023

Outras informações sobre a atenção à saúde do recém-nascido no contexto da infecção pelo SARS-CoV-2 podem ser consultadas na **Nota Técnica nº 06/2020/COCAM/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS**, elaborada pela Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. Este documento está disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/controlecancer/resource/pt/biblio-1087595

Considerando as precauções indicadas para a assistência aos pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2, recomendamos os seguintes Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e as seguintes medidas de prevenção e controle da disseminação do SARS-CoV-2 em serviços de saúde:

Quadro 1: Recomendação de medidas a serem implementadas para a prevenção e o controle da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) em serviços de saúde.

SERVIÇOS HOSPITALARES					
CENÁRIO	PESSOAS ENVOLVIDAS	ATIVIDADES	TIPO DE EPI OU PROCEDIMENTO		
Recepção do serviço/ cadastro	Profissional da recepção, segurança, entreoutros.	Qualquer atividade	 higiene das mãos etiqueta respiratória manter distância de pelo menos 1 metro instituir barreiras físicas, de forma a favorecer o distanciamento maior que 1 metro (Ex:placas de acrílico, faixa no piso, etc). 		
	Profissionais desaúde	Triagem preliminar	 higiene das mãos etiqueta respiratória manter distância de pelo menos 1 metro máscara cirúrgica* # 		
Triagem	Pacientes com sintomas respiratórios ou com covid-19 confirmada ou que tiveram contato próximo com caso confirmado de covid-19	Qualquer	 higiene das mãos etiqueta respiratória manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas máscara cirúrgica 		
	Pacientes sem sintomas respiratórios**	Qualquer	 higiene das mãos manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas 		
Áreas de internação de pacientes que não são suspeitos ou confirmados de covid-19 (incluindo enfermarias, quartos, corredores, etc, dessas áreas)	Todos os profissionais do serviço de saúde	Qualquer atividade dentro dessas áreas	 higiene das mãos máscara cirúrgica ou N95/PFF2 a partir de uma avaliação caso a caso (precauções padrão ou precauções específicas) manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas 		
Acompanhantes e visitantes em áreas de internação de pacientes que não são suspeitos ou confirmados de covid-19		Qualquer atividade dentro dessas áreas	 higiene das mãos manter distância de pelo menos 1 metro máscara facial⁺ 		

SERVIÇOS HOSPITALARES – continuação			
CENÁRIO	PESSOAS ENVOLVIDAS	ATIVIDADES	TIPO DE EPI OU PROCEDIMENTO
	Profissionais de saúde	Durante a assistência, sem procedimentos que possam gerar aerossóis	 higiene das mãos óculos ou protetor facial máscara cirúrgica* avental*** luvas de procedimento manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas
	Profissionais de saúde	Durante a realização de procedimentos que possam gerar aerossóis	a contract the con
	Profissionais da higiene e limpeza	Realizam a higiene do quarto/área/box do paciente	 higiene das mãos óculos ou protetor facial (se houver risco de respingo de material orgânico ou químico) máscara cirúrgica* (substituir por máscara N95/PFF2 ou equivalente, e também usar gorro descartável, se precisar realizar a higiene do quarto/área/box em que há a realização de procedimentos geradores de aerossóis. Atenção: essa situação deve ser evitada, mas se for imprescindívelque essa higienização seja feita nesse momento, deve-se usar a máscara N95/PFF2 atendendo as orientações definidas pela CCIH do serviço de saúde). avental (se houver risco de contato com fluidos ou secreções do paciente que possam ultrapassar a barreira do avental de contato, o profissional deve usar avental impermeável) luvas de borracha de cano longo botas impermeáveis manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas
	Acompanhantes	Permanecem no quarto/área/box do paciente	 higiene das mãos máscara cirúrgica avental manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas orientar o acompanhante a sair do quarto/área/box do paciente quando for realizarprocedimentos geradores de aerossóis

SERVIÇOS HOSPITALARES – continuação			
CENÁRIO	PESSOAS ENVOLVIDAS	ATIVIDADES	TIPO DE EPI OU PROCEDIMENTO
Áreas administrativas	Todos profissionais	Tarefas administrativas e qualquer atividade que não envolva circulação em áreas de assistência à pacientes internados.	 higiene das mãos manter distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas Se necessário, é possível instituir barreiras físicas, de forma a favorecer o distanciamento maior que 1 metro (Ex: placas de acrílico, faixa no piso, etc).
Centro de Materiale Esterilização – CME	Profissionais que realizam as várias etapas do processamento de produtos para saúde	Recepção, limpeza, preparação/acondiciona mento/inspeção	- Os EPIs desse setor são definidos na RDC 63/2011 e no anexo da RDC 15/2012, de acordo com o tipo de atividade: recepção, limpeza, preparo/acondicionamento/inspeção e área de desinfecção química, etc. Para todas as áreas do CME, há a indicação do uso de máscara cirúrgica. Na área de limpeza de produtos para saúde, devido às atividades com potencial para aerossolização, o profissional deve utilizar máscaras N95/PFF2 ou equivalente, gorro, luvas grossas de manga longa, avental impermeável/ manga longa, calçado fechado impermeável e antiderrapante. Obs: O uso desses EPIs é recomendado devido às atividades realizadas e não para controle de fonte devido à covid-19.
Unidade de processamento de roupas de serviços de saúde	Profissionais que realizam asvárias etapas do processamento de produtos para saúde	Coleta de roupa suja; transporte da roupa suja; área suja e área limpa	 Os EPIs dessa unidade são definidos de acordo com o tipo de atividade e local (coleta de roupa suja, transporte da roupa suja; área suja e área limpa) e estão descritos no capítulo 8 do Manual de processamento de roupas de serviços de saúde, publicado pela Anvisa edisponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-processamento-de-roupas-de-servicos-de-saude-prevencao-e-controle-de-riscos.pdf/view). O uso de EPIs é recomendado conforme a atividade executada e não para controle de fonte devido à covid-19
Laboratório	110110010110110	Atividades dentro do laboratório	O uso de EPIs é recomendado conforme a atividade executada e não como controle de fonte devido à covid-19

SERVIÇOS AMBULATORIAIS			
CENÁRIO	PESSOAS ENVOLVIDAS	ATIVIDADES	TIPO DE EPI OU PROCEDIMENTO
	Profissionais de saúde	Realização de exame físico em pacientes com sintomas respiratórios ou covid-19 positivo	- higiene das mãos - óculos de proteção ou protetor facial - máscara cirúrgica* - avental - luvas de procedimento
		Realização de exame físico em pacientes sem sintomas respiratórios	 higiene das mãos uso de EPIs, incluindo máscaras, quando indicados nas precauções padrão e, se necessário para precauções específicas
Consultórios	Pacientes com sintomas respiratórios ou com covid-19 confirmada ou que tiveram contato próximo com caso confirmado de covid-19	Qualquer	 higiene das mãos etiqueta respiratória mantenha uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas máscara cirúrgica
	Pacientes sem sintomas Respiratórios**	Qualquer	 higiene das mãos mantenha uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas
	Profissionais da higiene e limpeza	Após e entre as consultas de pacientes com sintomas respiratórios	 higiene das mãos máscara cirúrgica
Sala de espera***	Pacientes com sintomas respiratórios ou com covid-19 confirmada ou que tiveram contato próximo com caso confirmado de covid-19	Qualquer	 higiene das mãos etiqueta respiratória máscara cirúrgica colocar o paciente imediatamente em uma sala de isolamento ou área separada, longe dos outros pacientes; se isso não for possível, assegure distância mínima de 1 metro dos outros pacientes manter o ambiente higienizado e ventilado
	Pacientes sem sintomas respiratórios**	Qualquer	 higiene das mãos manter distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas

SERVIÇOS AMBULATORIAIS - continuação				
PESSOAS E	NVOLVIDAS	ATIVIDADES	TIPO DE EPI OU PROCEDIMENTO	
Áreas administrativas	Todos profissionais	Tarefas administrativase qualquer atividade que não envolva circulação em áreas de assistênciaa pacientes internados.	 higiene das mãos manter distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas Se necessário e possível, instituir barreiras físicas, de forma a favorecer o distanciamento maior que 1 metro (Ex: placas de acrílico, faixa no piso, etc). 	
Recepção do serviço/ cadastro de pacientes	Profissional da recepção, segurança, entre outros	Qualquer	- higiene das mãos - manter distância de pelo menos 1 metro: instituir barreiras físicas, de forma a favorecer o distanciamento maior que 1 metro (Ex: placas de acrílico, faixa no piso, etc).	
	Profissionais de saúde	Triagem preliminar	 higiene das mãos manter distância de pelo menos 1 metro máscara cirúrgica* # 	
Triagem	Pacientes com sintomas respiratórios ou com covid-19 confirmada ou que tiveram contato próximo com caso confirmado de covid-19	Qualquer	 higiene das mãos etiqueta respiratória manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas máscara cirúrgica 	
	Pacientes sem sintomas respiratórios**	Qualquer	 higiene das mãos manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas 	

	SERVIÇOS MÓVEIS DE URGÊNCIA				
CENÁRIO	PESSOAS ENVOLVIDAS	ATIVIDADES	TIPO DE EPI OU PROCEDIMENTO		
Ambulâncias e veículos de	Profissionais de	Transporte/atendimento pré- hospitalar de pacientes suspeitos ouconfirmados de covid- 19 para serviços de saúde (referência ou não).	 higiene das mãos óculos de proteção ou protetor facial máscara cirúrgica* ou trocar por máscara N95/PFF2 ou equivalente, e também usar gorro descartável (caso seja realizado procedimento/situações que possam gerar/disseminar aerossóis) avental luvas de procedimento 		
transporte de saúde saúde	saúde	Transporte/atendimento pré- hospitalar de pacientes com outros diagnósticos (não é suspeito ou confirmado de covid-19)	 higiene das mãos uso de EPIs, incluindo máscaras, quando indicados nas precauções padrão e, se necessário para precauções específicas 		
	Motorista	Envolvido apenas na condução do paciente com suspeita de covid-19 e o compartimento do motorista é separado dopaciente suspeito ou confirmado de covid-19	 higiene das mãos manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas 		
Ambulâncias e veículos de transporte de pacientes		Auxiliar na colocação ou retirada de paciente suspeito ou confirmado de covid-19	 higiene das mãos óculos de proteção ou protetor facial máscara cirúrgica* avental luvas de procedimento 		
		Nenhum contato a menos de 1 metro do paciente com suspeita de covid-19, mas nenhuma separação entre os compartimentos do motorista e do paciente	 higiene das mãos máscara cirúrgica* ou trocar por máscara N95/PFF2 ou equivalente, e também usar gorro (caso seja realizado procedimento/situações que possam gerar/disseminar aerossóis) 		

	SERVIÇOS MÓVEIS DE URGÊNCIA			
CENÁRIO	PESSOAS ENVOLVIDAS	ATIVIDADES	TIPO DE EPI OU PROCEDIMENTO	
Ambulâncias e veículos de transporte de pacientes	ou com covid-19 confirmada Pacientes sem sintomas respiratórios**	Transporte de pacientes com sintomas respiratórios para serviços de saúde Transporte de pacientes sem sintomas respiratórios para serviços de saúde (referência ou não)	 higiene das mãos máscara cirúrgica* ou trocar por máscara N95/PFF2 ou equivalente, e também usar gorro descartável (caso seja realizado procedimento/situações que possam gerar/disseminar aerossóis) melhorar a ventilação do veículo para aumentar a troca de ar durante o transporte (arcondicionado com exaustão que garanta as trocas de ar ou manter as janelas abertas) higiene das mãos 	
	Profissionais responsáveis pela limpeza e desinfecção do veículo	Limpeza e desinfecção do interior do veículo, após o transporte de paciente suspeito ou confirmado de covid-19 para os serviços de saúde	higiene das mãosmáscara cirúrgica	

Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023 - Adaptado de WHO. Rational use of personal protective equipment (PPE) for coronavirus disease

(COVID-19) Interim guidance. 19 March 2020 https://apps.who.int/iris/handle/10665/331498

- * Indica-se realizar uma avaliação de risco e, se necessário, substituir a máscara cirúrgica pela N95/PFF2, ou equivalente, nas seguintes situações:
- Em unidades de atendimento exclusivas para pacientes com covid-19, considerando que durante a assistência podem existir momentos com e sem risco para geração de aerossóis e, para se evitar a necessidade do profissional ficar trocando de máscara para cada situação.
- Profissionais atuando em setores/unidades de assistência a pacientes com covid-19 suspeita ou confirmada com pouca ventilação ou com ventilação inadequada, ou seja, com pouca ou nenhuma troca de ar. A implementação de ventilação adequada do ambiente é uma medida de engenharia que, associada a outras medidas de prevenção descritas nessa Nota, previne a disseminação do SARS-CoV-2 e deve ser implementada pelos serviços.
- **Para o paciente sem sintomas respiratórios e seu acompanhante, não é obrigatório o uso de máscaras em serviços de saúde, mas eles podem optar por usar máscara facial, caso seja de sua preferência, considerando os riscos individuais, principalmente aqueles com maior risco para doença grave, em especial imunossuprimidos, idosos, gestantes e pessoas com múltiplas comorbidades
- *** Quando o paciente estiver hipersecretivo, com sangramento, vômitos ou diarreia o profissionalde saúde deve usar avental impermeável.
- **** O serviço pode considerar recomendar o uso de máscaras por todos na sala de espera, caso a triagem de pacientes não seja realizada na entrada do serviço.
- # Essa recomendação considera que esses profissionais entrarão em contato com pacientes que ainda não possuem uma definição de suspeita diagnóstica
- + O tipo de máscara a ser utilizada pode variar, mas se um indivíduo ou alguém em sua casa estiver em risco aumentado de desenvolver a doença grave, eles podem considerar o uso de máscaras ou respiradores que ofereçam maior proteção para reduzir a exposição e o risco de infecção, de acordo com sua avaliação individual.

Observação 1: Deve-se avaliar a possibilidade de liberação de visitas nas áreas de covid-19. Quando autorizada a entrada de visitantes no quarto/área/box de um paciente covid-19, esses devem receber instruções claras sobre como colocar e remover o EPI e sobre como realizar a higienize das mãos antes de colocar e depois de remover o EPI. Acompanhantes: liberar em situações previstas em lei e este deve sempre manter máscara cirúrgica. Visitantes e acompanhantes com sintomas respiratórios NÃO podem permanecer no serviço de saúde.

Observação 2: Quando necessária a presença de acompanhante de pacientes covid-19, este deve ser orientadoa não circular em outras áreas do serviço de saúde, manter o distanciamento mínimo de 1 metro de outras pessoas, a proceder a higiene frequente das mãos e a permanecer de máscara, mesmo fora da área do paciente que estiver acompanhando.

Observação 3: As precauções-padrão devem ser adotadas no atendimento de TODOS os pacientes e a indicação das precauções específicas deve ser avaliada caso a caso.

Observação 4: Todas essas medidas são baseadas no conhecimento atual sobre os casos de infecção pelo SARS-CoV-2 e podem ser alteradas conforme novas informações sobre o vírus forem disponibilizadas.

Observação 5: Continua sendo recomendado que os trabalhadores do serviço adotem a higiene das mãos frequente, a distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas e a não aglomeração em área coletivas, locais de descanso, refeição, locais de registro de frequência, etc, para limitar a propagação de doenças respiratórias.

Observação 6: Ressalta-se a necessidade do uso racional de EPI nos serviços de saúde, pois trata-se de umrecurso finito e imprescindível para oferecer segurança aos profissionais durante a assistência.

Observação 7: Além de usar o EPI apropriado, todos os profissionais devem ser orientados sobre como usar, remover e descartar adequadamente os EPIs, bem como sobre a prática correta de higiene das mãos nos momentos indicados. O EPI deve ser descartado em um recipiente de resíduo infectante, após o uso, e a higiene das mãos deve ser realizada antes de colocá-lo e de retirá-lo.

Observação 8: É recomendado que os profissionais de saúde em todos os setores de assistência direta aos pacientes sintomáticos respiratórios e em unidades covid-19, mantenham o uso de máscaras cirúrgicas, devendo a máscara cirúrgica ser substituída por máscara N95/PFF2 nos momentos ou setores com risco de geração de aerossóis. Nos setores de apoio, o uso de máscaras depende da atividade fim praticada nestes e todos devem seguir as medidas de precaução padrão. Não é obrigatório o uso de máscaras nos setores administrativos, salvo risco individual ou preferência do profissional ou ainda em casos de surtos de covid-19 dentro do serviço de saúde.

Observação 9: Qualquer pessoa (profissional, pacientes, visitantes ou acompanhantes) para os quais o uso de máscara não foi contemplado nessa revisão da nota técnica, pode optar por usar máscara dentro do serviço de saúde, caso seja de sua preferência, considerando os riscos individuais.

Observação 10: Em cenário de surto de covid-19 dentro do serviço de saúde ou dependendo da definição do serviço, o uso de máscaras poderá ser necessário em outras áreas do serviço de saúde ou em todo o serviço de saúde (uso universal), conforme definição do SCIH/CCIH.

OBSERVAÇÃO: Máscaras de tecido podem ser usadas para impedir que a pessoa que a está usando espalhe secreções respiratórias ao falar, espirrar ou tossir (controle da fonte), desde que estejam limpas e secas, porém, elas **NÃO SÃO Equipamentos de Proteção Individual (EPI),** portanto, não devem ser usadas por profissionais do serviço de saúde durante a permanência em áreas de assistência a pacientes ou quando realizarem atividades em que é necessário uso de máscara cirúrgica ou de máscara de proteção respiratória N95/PFF2, conforme descrito no Quadro 1.

Quem pode usar máscaras de tecido dentro dos serviços de saúde?

- pacientes/acompanhantes/visitantes assintomáticos

Orientações sobre produção, uso e manutenção de máscaras de tecido estão disponíveis no site do Ministério da Saúde: NOTA INFORMATIVA Nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/04/1586014047102-Nota-Informativa.pdf

Para quem é recomendado o uso de máscaras em serviços de saúde*:



Pacientes com
sintomas
respiratórios ou
positivos para covid19 e seus
acompanhantes e
pacientes que tiveram
contato próximo**
com caso confirmado
de covid-19



Profissionais da triagem



Profissionais do
serviço de saúde,
visitantes,
acompanhantes, etc,
em áreas de
internação de
pacientes (incluindo
enfermarias, quartos,
corredores, etc,
dessas áreas)



Profissionais do serviço de saúde, como EPI, quando indicado nas precauções padrão ou específicas em qualquer área dentro do serviço de saúde.

*Qualquer pessoa (profissional, pacientes, visitantes ou acompanhantes) para os quais o uso de máscara não foi contemplado nessa revisão da nota técnica, pode optar por usar máscara dentro do serviço de saúde, caso seja de sua preferência, considerando os riscos individuais. Além disso, o SCIH/CCIH pode definir a implementação de uso de máscaras em outras áreas do serviço de saúde, considerando por exemplo um cenário de surto dentro do serviço de saúde.

**O conceito de contato próximo está descrito na nota técnica 04/2020 GVIMS/GGTES/Anvisa.



2. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

MÁSCARA CIRÚRGICA

O número de partículas infecciosas necessárias para causar uma infecção é frequentementeincerto ou

desconhecido para patógenos respiratórios. Além disso, muitas vezes há incerteza sobre a influência

de fatores como a duração da exposição e a natureza dos sintomas clínicos na probabilidade de

transmissão da infecção de pessoa para pessoa. Desta forma, quando as máscaras faciais forem

usadas pelo profissional de saúde em uma área de atendimento ao paciente, o controle da fonte (isto

é, oferecer máscaras cirúrgicas para os pacientes sintomáticos) e a manutenção da distância do

paciente, quando possível (mais de 1 metro) também são particularmente importantes para reduzir

o risco de transmissão.

Assim, as máscaras cirúrgicas devem ser utilizadas para evitar a contaminação do nariz e boca do

profissional por gotículas respiratórias, quando este atuar a uma distância inferior a1 metro do

paciente suspeito ou confirmado de infecção pelo SARS-CoV-2.

A máscara cirúrgica deve ser constituída em material Tecido-Não-Tecido (TNT) para uso odonto-

médico-hospitalar, possuir no mínimo uma camada interna e uma camada externa e

obrigatoriamente um elemento filtrante. A camada externa e o elemento filtrante devem ser

resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos). Além disso, deve ser

constituída de forma a cobrir adequadamente a área do nariz e da boca do usuário, possuir um clipe

nasal constituído de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz e das

bochechas. Bem como, as máscaras devem atender a norma da ABNT NBR 15052 que trata dos

requisitos para esses produtos.

Os seguintes cuidados devem ser seguidos quando as máscaras cirúrgicas forem utilizadas:

• Coloque a máscara cuidadosamente para cobrir boca, nariz e queixo e ajuste bem a máscara

ao rosto, se necessário, dê um nó nas alças atrás das orelhas para minimizar os espaços entre a

máscara e a face.

• Enquanto estiver em uso, evite tocar na parte da frente da máscara, e, se porventura tocar essa

parte, realizar imediatamente a higiene das mãos;

• Remova a máscara usando a técnica apropriada (ou seja, não toque na frente da máscara, que

pode estar contaminada, mas remova sempre pelas tiras laterais);

• Após a remoção ou sempre que tocar inadvertidamente em uma máscara usada deve-se realizar a

higiene das mãos;

• Substitua a máscara usada por uma nova máscara limpa e seca assim que a antiga tornar- se

suja ou úmida;

Não reutilize máscaras descartáveis.

Atenção: NUNCA se deve tentar realizar a limpeza da máscara cirúrgica já utilizada com nenhum

tipo de produto. As máscaras cirúrgicas são descartáveis e não podem ser limpas ou desinfectadas

para uso posterior e, quando úmidas, perdem a sua capacidade de filtração.

MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA (RESPIRADOR PARTICULADO -

MÁSCARA N95/PFF2 OU EQUIVALENTE)

Quando o profissional atuar ou auxiliar procedimentos com risco de geração de aerossóis, em

pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus, deve utilizar a máscara de

proteção respiratória (respirador particulado) com eficácia mínima na filtração de 95% de partículas

de até 0,3µ (tipo N95, N99, N100, PFF2 ou PFF3). São alguns exemplos de procedimentos com

risco de geração de aerossóis: intubação ou aspiração traqueal, ventilação não invasiva,

ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação, coletas de secreções

nasotraqueais, broncoscopias, etc.

Além disso, indica-se realizar uma avaliação de risco e, se necessário, substituir a máscara cirúrgica

pela N95/PFF2, ou equivalente, nas seguintes situações:

• Em unidades de atendimento direto a pacientes com covid-19, considerando que durante a

assistência podem existir momentos com e sem risco para geração de aerossóis e para se evitar a

necessidade de o profissional ficar trocando de máscara para cada situação.

• Profissionais atuando em setores/unidades de assistência a pacientes com covid-19 suspeita

ou confirmada com pouca ventilação ou com ventilação inadequada, ou seja, com pouca ou

nenhuma troca de ar. A implementação de ventilação adequada do ambiente é uma medida de

engenharia que, associada a outras medidas de prevenção descritas nessa nota e na nota técnica

07/2020 GVIMS/GGTES/Anvisa, previne a disseminação do SARS-CoV-2 e deve ser considerada

pelos serviços.

A máscara de proteção respiratória (respirador particulado – máscara N95/PFF2 ou equivalente)

deve estar apropriadamente ajustada à face do profissional. A forma de uso, manipulação e

armazenamento deve seguir as recomendações do fabricante e este EPI nunca deve ser

compartilhado entre os profissionais.

Observação: É importante ressaltar que a máscara N95/PFF2 ou equivalente com válvula

expiratória não pode ser utilizada como controle de fonte, pois ela permite a saída do ar expirado

pelo profissional que, caso esteja infectado, poderá contaminar pacientes, outros profissionais e o

ambiente. Além disso, estas máscaras NUNCA devem ser utilizadas em procedimentos assépticos,

como os cirúrgicos, pois nesse último caso pode aumentar o risco de exposição da ferida cirúrgica

às gotículas expelidas pelos profissionais e assim podem aumentar o risco de infecção de sítio

cirúrgico. Dessa forma, no momento epidemiológico atual, esse tipo de EPI (respiradores com

válvula) não é recomendado em nenhuma área do serviço de saúde.

No link abaixo encontra-se um vídeo com detalhamento sobre a colocação e testes de vedação que

o profissional deve realizar ao utilizar a máscara de proteção respiratória.

Vídeo de colocação e retirada do EPI - Anvisa: https://youtu.be/G tU7nvD5BI

É essencial que os gestores dos serviços de saúde estejam atentos à demanda e à gestão dos estoques

das máscaras máscara N95/PFF2 ou equivalente para garantir a continuidade da assistência aos

pacientes com segurança para os profissionais.

LUVAS

As luvas de procedimentos não cirúrgicos devem ser utilizadas, no contexto da epidemiada

covid-19, em qualquer contato com o paciente ou seu entorno (precaução de contato).

Quando o procedimento a ser realizado no paciente exigir técnica asséptica, devem ser utilizadas

luvas estéreis (de procedimento cirúrgico).

Ressalta-se que uma importante barreira para a implementação das práticas de higiene das mãos

em serviços de saúde é o uso de luvas com talco (luvas com pó). Isto ocorre porque os resíduos

de talco/pó presentes nas luvas ao entrar em contato com o produto alcoólico formam uma

reação, criando uma substância indesejável nas mãos e isso pode inibir a prática da higiene das

mãos com este produto, após a retirada das luvas. Sendo assim, recomenda-se a seleção de luvas

isentas de talco / pó para uso em serviços de saúde, pois isso evita reações em contato com a

preparação alcoólica, facilitando a correta higiene das mãos nos cinco momentos indicados.

Reforçamos que as recomendações quanto ao uso de luvas por profissionais de saúde são:

• As luvas devem ser colocadas dentro do quarto/box do paciente ou área em que o paciente

está isolado ou imediatamente antes de realizar um procedimento, por exemplo coleta de swab

para realizar RT-PCR ou TR-Ag.

• As luvas devem ser removidas, utilizando a técnica correta, ainda dentro do quarto ou área de

isolamento e descartadas como resíduo infectante.

Técnica correta de remoção de luvas para evitar a contaminação das mãos:

- Retire as luvas puxando a primeira pelo lado externo do punho com os dedos da mão

oposta.

- Segure a luva removida com a outra mão enluvada.

- Toque a parte interna do punho da mão enluvada com o dedo indicador oposto (sem luvas)e

retire a outra luva.

• Realizar a higiene das mãos imediatamente após a retirada das luvas.

• JAMAIS sair do quarto/box ou área de isolamento com as luvas.

• JAMAIS usar as mesmas luvas para realizar procedimentos seriados em vários pacientes,

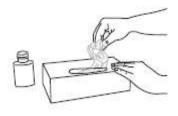
como por exemplo triagem, coleta de swab, etc.

• Nunca toque desnecessariamente superfícies e materiais (tais como telefones, maçanetas, portas) quando estiver com luvas.

- Não lavar ou usar novamente o mesmo par de luvas (as luvas nunca devem ser reutilizadas).
- O uso de luvas não substitui a higiene das mãos. Por isso, as mãos SEMPRE devemser higienizadas antes de calçar as luvas e após a sua retirada.
- Não devem ser utilizadas duas luvas para o atendimento aos pacientes, esta ação não garante mais segurança à assistência.
- Não se recomenda o uso de luvas quando o profissional não estiver realizando assistência direta ao paciente. POR ISSO OS PROFISSIONAIS NUNCA DEVEM PERMANECER COM LUVAS DENTRO DOS POSTOS DE ENFERMAGEM, SALAS DE PRESCRIÇÃO E EM OUTRAS ÁREAS QUE FIQUEM FORA DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA DIRETA AO PACIENTE.
- JAMAIS higienizar as mãos enluvadas. Não é permitida a lavagem ou desinfecção das mãos enluvadas em substituição à higienização das mãos.

Quando a higiene das mãos ocorrer antes de um contato que exija o uso de luvas, realize-a com preparação alcoólica ou com água e sabonete.

I. COMO CALÇAR AS LUVAS:



1. Retire uma luva de sua caixa original



 Toque apenas uma área restrita da superficie da luva correspondente ao pulso (na extremidade superior do punho)



3. Calce a primeira luva



 Retire a segunda luva com a m\u00e3o sem luva e toque apenas uma \u00e1rea restrita da superficie correspondente ao pulso



5. Para evitar o contato com a pele do antebraço com a mão calçada, dobre a parte externa da luva a ser calçada nos dedos dobrados da mão calçada, permitindo assim o calçamento da segunda luva

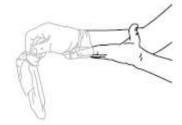


 Uma vez calçadas, as mãos não devem tocar nada que não esteja definido pelas indicações e condições de uso das luvas

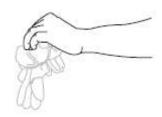
IL COMO RETIRAR AS LUVAS:



 Toque a parte interna da luva na altura do pulso para removê-la, sem tocar na pele do antebraço, e retire-a da mão, permitindo assim que a luva vire do avesso



 Segure a luva retirada com a mão enluvada e deslize os dedos da mão sem luva na parte interna entre a luva e o pulso.
 Remova a segunda luva, rolando-a para baixo sobre a mão e dobrando-a na primeira luva



3. Descarte as luvas retiradas

Em seguida, efetue a higiene das mãos com preparação alcoólica ou com água e sabonete líquido

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA

ÓCULOS DE PROTEÇÃO OU PROTETOR DE FACE (FACE SHIELD)

Os óculos de proteção ou protetores faciais (que cubra a frente e os lados do rosto) devemser utilizados

quando houver risco de exposição do profissional a respingos de sangue, secreções corporais,

excreções, etc.

Os óculos de proteção ou protetores faciais devem passar por limpeza e posterior desinfecção,

imediatamente após o uso. A desinfecção pode ser feita com álcool líquido a 70% (quando o material

for compatível), hipoclorito de sódio ou outro desinfetante, na concentração recomendada pelo

fabricante ou pela CCIH do serviço.

Caso o protetor facial tenha sujidade visível, deve ser lavado com água e sabão/detergente e só

depois dessa limpeza, passar pelo processo de desinfecção. O profissional deve utilizar luvas para

realizar esses procedimentos.

CAPOTE OU AVENTAL

O capote ou avental para uso na assistência ao paciente suspeito ou confirmado e infecção pelo

SARS-CoV-2 deve ser utilizado para evitar a contaminação da pele e roupa do profissional e seguir

as especificações definidas pela ABNT NBR 16693: 2022

O profissional deve avaliar a necessidade do uso de capote ou avental impermeável a depender do

quadro clínico do paciente (vômitos, diarreia, hipersecreção orotraqueal, sangramento, etc.) e da

natureza e grau de interação do profissional com o paciente, queem algumas situações pode aumentar

o potencial de penetração de fluidos, secreções ou excreções e contaminar a roupa e pele do

profissional, como, por exemplo, durante o banhoou durante a manipulação do paciente com diarréia

ou vomito.

A impermeabilidade é uma característica do produto, algo que não se deixa atravessar por líquidos

e fluidos corpóreos. Já, a repelência, de acordo com a norma ABNT NBR 16693, se refere a um

acabamento no produto para repelir líquidos, sendo que repelentenão é o mesmo que impermeável.

O capote ou avental deve ser de mangas longas, punho de malha ou elástico e abertura posterior.

Além disso, deve ser confeccionado de material de boa qualidade, atóxico, hidro/hemorrepelente,

hipoalérgico, com baixo desprendimento de partículas e resistente, proporcionar barreira

antimicrobiana efetiva (Teste de Eficiência de Filtração Bacteriológica - BFE), além de permitir a

execução de atividades com conforto e estar disponível em vários tamanhos.

O capote ou avental sujo deve ser removido e descartado como resíduo infectante imediatamente

após a assistência ao paciente e antes de sair do quarto ou área do paciente. Após a sua remoção,

deve-se proceder a higiene das mãos para evitar a contaminação do profissional. Reforça-se que

nunca deve ser utilizado o mesmo avental para atendimento de mais de um paciente.

Na atenção básica ou em atendimento ambulatorial, considerando pacientes não internados, caso

não sejam realizados procedimentos em que há riscos de contato direto do avental usado pelo

profissional de saúde com a roupa, pele ou superficies contaminadas e não houver ocorrido

situações, como por exemplo: tosse, espirro (sem máscara) ou vômito, o profissional pode utilizar o

mesmo avental durante o turno de trabalho. Ressaltamos que se houver qualquer situação em que

possa ter ocorrido a contaminação desse avental, o mesmo deve ser trocado antes do atendimento a

outro paciente. É fundamental que o profissional de saúde faça uma avaliação de risco quanto a

necessidade de troca ou não do avental nesse tipo de atendimento.

Observação: Não há indicação do profissional de saúde ficar totalmente paramentado dentro das

unidades/enfermaria, mesmo sendo unidades exclusiva para covid-19. O uso de avental e luvas deve

ser feito exclusivamente durante a assistência direta ao paciente ou durante o contato com as áreas

próximas do leito do paciente (equipamentos, cama, etc)

GORRO

O gorro está indicado para a proteção dos cabelos e cabeça dos profissionais em procedimentos que

podem gerar aerossóis. Deve ser de material descartável e removidoapós o uso. O seu descarte deve

ser realizado como resíduo infectante.

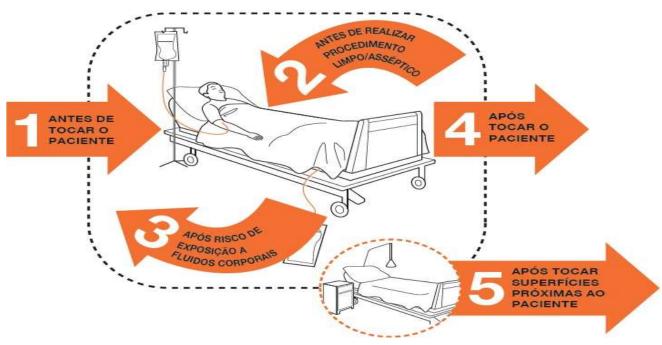
Vídeo de colocação e retirada dos EPIs - Anvisa: Orientações Sobre Equipamentos de Proteção

Individual - YouTube https://youtu.be/DBfOzM3c3Ow

3. HIGIENE DAS MÃOS

Todos os trabalhadores dos serviços de saúde devem realizar higiene de mãos, de acordo com os 5 momentospara a higiene das mãos em serviços de saúde:

Os 5 momentos para a HIGIENE DAS MÃOS



ANTES DE TOCAR O PACIENTE	QUANDO? Higienize as mãos antes de entrar em contato com o paciente. POR QUÊ? Para a proteção do paciente, evitando a transmissão de micro-organismos presentes nas mãos do profissional e que podem causar infecções.
ANTES DE REALIZAR PROCEDIMENTO LIMPO/ASSÉPTICO	QUANDO? Higienize as mãos imediatamente antes da realização de qualquer procedimento asséptico. POR QUÊ? Para a proteção do paciente, evitando a transmissão de micro-organismos das mãos do profissional para o paciente, incluindo os micro-organismos do próprio paciente.
APÓS RISCO DE EXPOSIÇÃO A FLUIDOS CORPORAIS	QUANDO? Higienize as mãos imediatamente após risco de exposição a fluidos corporais (e após a remoção de luvas). POR QUÊ? Para a proteção do profissional e do ambiente de assistência imediatamente próximo ao paciente, evitando a transmissão de micro-organismos do paciente a outros profissionais ou pacientes.
APÓS TOCAR O PACIENTE	QUANDO? Higienize as mãos após contato com o paciente, com as superfícies e objetos próximos a ele e ao sair do ambiente de assistência ao paciente. POR QUÊ? Para a proteção do profissional e do ambiente de assistência à saúde, incluindo as superfícies e os objetos próximos ao paciente, evitando a transmissão de micro-organismos do próprio paciente.
APÓS TOCAR SUPERFÍCIES PRÓXIMAS AO PACIENTE	QUANDO? Higienize as mãos após tocar qualquer objeto, mobília e outras superfícies nas proximidades do paciente — mesmo sem ter tido contato com o paciente . POR QUÊ? Para a proteção do profissional e do ambiente de assistência à saúde, incluindo superfícies e objetos imediatamente próximos ao paciente, evitando a transmissão de micro-organismos do paciente a outros profissionais ou pacientes.

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA

As mãos dos profissionais que atuam em serviços de saúde podem ser higienizadas utilizando-se: água e

sabonete líquido OU preparação alcoólica a 70%.

Os trabalhadores dos serviços de saúde, pacientes, acompanhantes e visitantes devem ser devidamente

instruídos quanto à importância da higiene das mãos e monitorados quanto a sua implementação.

É importante destacar que:

1. antes de iniciar a higiene das mãos devem ser retirados todos os acessórios das mãose antebraços

(anéis, pulseiras, relógio, etc), uma vez que sob estes objetos acumulam-se microrganismos que podem não

ser removidos com a higiene das mãos.

2. as unhas dos profissionais devem sempre ser mantidas curtas e limpas para que sejapossível a

higiene correta e segura de todas as partes das mãos.

HIGIENE DAS MÃOS COM ÁGUA E SABONETE LÍQUIDO

A higiene das mãos com água e sabonete líquido é essencial quando as mãos estão visivelmentesujas ou

contaminadas com sangue ou outros fluidos corporais e deve ser realizada:

• Antes e após o contato direto com pacientes com infecção suspeita ou confirmada pelo novo

coronavírus, seus pertences e ambiente próximo, bem como na entrada e na saída de áreascom pacientes

infectados.

Imediatamente após retirar as luvas.

• Imediatamente após contato com sangue, fluidos corpóreos, secreções, excreções ouobjetos

contaminados.

• Entre procedimentos em um mesmo paciente, para prevenir a transmissão cruzadaentre

diferentes sítios corporais.

• Em qualquer outra situação onde seja indicada a higiene das mãos para evitar a

transmissão do novo coronavírus para outros pacientes ou ambiente.

HIGIENE DAS MÃOS COM PREPARAÇÃO ALCOÓLICA

Deve-se higienizar as mãos com preparação alcoólica (sob as formas gel ou solução) quando estas NÃO estiverem visivelmente sujas.

A higiene das mãos com preparação alcoólica (sob a forma gel ou líquida com 1- 3% glicerina) deve ser realizada nas situações descritas a seguir:

- Antes de contato com o paciente.
- Após contato com o paciente.
- Antes de realizar procedimentos assistenciais e manipular dispositivos invasivos.
- Antes de calçar luvas para inserção de dispositivos invasivos que não requeiram preparo cirúrgico.
- Após risco de exposição a fluidos corporais.
- Ao mudar de um sítio corporal contaminado para outro, limpo, durante a assistência ao paciente.
- Após contato com objetos inanimados e superfícies imediatamente próximas ao paciente.
- Antes e após a remoção de luvas.

De acordo com a RDC Anvisa nº 42, de 25 de outubro de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos pelos serviços de saúde do país:

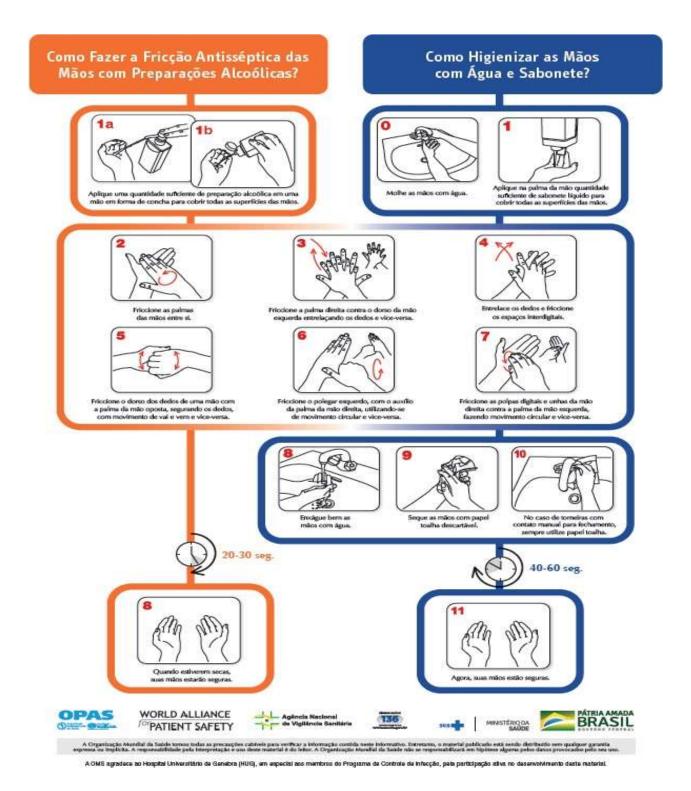
Art. 5º É obrigatória a disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos:

I - nos pontos de assistência e tratamento de todos os serviços de saúde do país;

II - nas salas de triagem, de pronto atendimento, unidades de urgência e emergência, ambulatórios, unidades de internação, unidades de terapia intensiva, clínicas e consultórios de serviços de saúde;

III - nos serviços de atendimento móvel; e

IV - nos locais em que são realizados quaisquer procedimentos invasivos.



Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA.

Publicações e materiais sobre higiene das mãos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico Anvisa: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude

da

4. CAPACITAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E HIGIENE DAS MÃOS

O serviço de saúde deve fornecer capacitação para todos os trabalhadores dos serviços de saúde (próprios, terceirizados, temporários) para a prevenção da transmissão de agentes infecciosos. Todos os trabalhadores devem ser treinados para o uso correto e seguro dos EPI, inclusive os dispositivos de proteção respiratória (por exemplo, máscaras cirúrgicas e máscaras N95/PFF2 ou equivalente).

O serviço de saúde deve certificar-se de que os profissionais de saúde e de apoio foram capacitados e tenham praticado o uso apropriado dos EPI antes de cuidar de um caso suspeito ou confirmado de infecção pelo novo coronavírus e ou atuar em serviços de apoio, incluindo a atenção ao uso correto de EPI, testes de vedação da máscara N95/PFF2 ou equivalente (quando for necessário o seu uso) e aprevenção de contaminação de roupas, pele e ambiente durante o processo de remoção de tais equipamentos.

Vídeo de colocação e retirada dos EPIs - Anvisa: Orientações Sobre Equipamentos de Proteção Individual - YouTube https://youtu.be/DBfOzM3c3Ow

CORONAVÍRUS

COVID - 19



DESPARAMENTAÇÃO

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) UTILIZADOS EM PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS

(EXEMPLOS: INTUBAÇÃO OU ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, VENTILAÇÃO MECÂNICA NÃO INVASIVA, RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR, COLETAS DE AMOSTRAS NASOTRAQUEAIS, BRONCOSCOPIAS, ETC)

AINDA DENTRO DO QUARTO/BOX DO PACIENTE

- Retirar as luvas
- 2 Retirar o avental
- 3 Higienizar as mãos





SAIR DO QUARTO/BOX ONDE SE ENCONTRA O PACIENTE

- 4 Higienizar as mãos
- **W**







- 5 Retirar o gorro
- 6 Retirar óculos de proteção ou protetor facial
- 7 Higienizar as mãos







- 8 Retirar a máscara N95/PFF2
- 9 Higienizar as mãos



Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA



Fonte: CDC/EUA e IC-HC-FMUSP

Recomendações para Profissionais de saúde no atendimento de pacientes suspeitos/confirmados de covid-19



*Avental (se houver risco de contato com fluidos ou secreções do paciente que possam ultrapassar a barreira do avental de contato, o profissional deve usar avental impermeável)

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA

^{**} Use óculos ou protetor facial quando houver risco de contato de sangue ou secreções, para proteção de mucosas, como precaução padrão
*** Ver no quadro 1 da Nota técnica GVIMS/GGTES/Anvisa 04/2020 as recomendações.

5. PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE

Não há uma orientação especial quanto ao processamento de equipamentos e produtospara saúde

utilizados na assistência a pacientes suspeitos ou confirmados de infecçãopelo novo coronavírus.

O processamento deve ser realizado de acordo com as características, finalidade de uso e

orientação dos fabricantes e dos métodos escolhidos. Além disso, devem ser seguidas as

determinações previstas na RDC nº 15, de 15 de março de 2012, que dispõe sobre os requisitos de

boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências e na RDC

n° 156, de11 de agosto de 2006, que dispõe sobre o registro, rotulagem e reprocessamento de

produtos médicos.

Como medida de precaução de contato, todos os equipamentos e produtos para saúdeutilizados na

assistência a paciente com infecção suspeita ou confirmada pelo SARS-CoV-2 devem ser

submetidos a limpeza e desinfecção ou esterilização.

Equipamentos e produtos para saúde utilizados nos pacientes devem ser recolhidos e

transportados de forma a prevenir a possibilidade de contaminação de pele, mucosas e roupas ou

a transferência de microrganismos para outros pacientes, profissionais ouambientes. O serviço

de saúde deve estabelecer fluxos, rotinas de retirada e de todas as etapas do processamento dos

equipamentos e produtos para saúde utilizados durante a assistência a pacientes suspeitos ou

confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2.

As normas citadas estão disponíveis em: https://www.gov.br/anvisa/pt-

br/assuntos/servicosdesaude/regulamentacao-servicos-de-saude-servicos-de-interesse-a-saude

6. LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES

Não há uma recomendação diferenciada para a limpeza e desinfecção de superfícies em contato

com casos suspeitos ou confirmados pelo novo coronavírus.

Recomenda-se que a limpeza das áreas de isolamento seja concorrente, imediata ou terminal.

• A limpeza concorrente é aquela realizada diariamente;

• A limpeza imediata é aquela realizada em qualquer momento, quando ocorrem sujidades

ou contaminação do ambiente e equipamentos com matéria orgânica, mesmo após ter sido

realizada a limpeza concorrente e

• A limpeza terminal é aquela realizada após a alta, óbito ou transferência do paciente: como

a transmissão do novo coronavírus se dá por meio de gotículas respiratórias e contato não há

recomendação para que os profissionais de higiene e limpeza aguardem horas ou turnos para que

o quarto ou área seja higienizado, após aalta do paciente.

A desinfecção das superfícies das unidades de isolamento só deve ser realizada apósa sua

limpeza. Os desinfetantes com potencial para desinfecção de superfícies incluemaqueles à base de

cloro, álcoois, alguns fenóis e alguns iodóforos e o quaternário de amônio. Sabe-se que os vírus

são inativados pelo álcool a 70% e pelo cloro. Portanto, preconiza-se a limpeza das superfícies do

isolamento com detergente neutro seguida da desinfecção com uma destas soluções desinfetantes

ou outro desinfetante padronizado pelo serviço de saúde, desde que seja regularizado junto à

Anvisa, e seguindo as orientações previstas no manual da Anvisa: "Segurança do paciente em

serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies", 2012.

No caso de a superficie apresentar matéria orgânica visível deve-se inicialmente proceder à

retirada do excesso da sujidade com papel/tecido absorvente e posteriormente realizar a limpeza

e desinfecção desta. Ressalta-se a necessidade da adoção das medidas de precaução para estes

procedimentos.

Deve-se limpar e desinfetar as superfícies que provavelmente estão contaminadas, incluindo

aquelas que estão próximas ao paciente (por exemplo, grades da cama, cadeiras, mesas de

cabeceira e de refeição, etc.) e superfícies frequentemente tocadasno ambiente de atendimento ao

paciente (por exemplo, maçanetas, grades dos leitos, interruptores de luz, corrimões, superfícies

de banheiros nos quartos dos pacientes, etc).

Além disso, devem incluir os equipamentos eletrônicos de múltiplo uso (ex: bombas deinfusão,

monitores, etc) nas políticas e procedimentos de limpeza e desinfecção, especialmente os itens

usados pelos pacientes, os usados durante a prestação da assistência ao paciente e os dispositivos

móveis que são movidos frequentemente paradentro e para fora dos quartos dos pacientes (por

exemplo, verificadores de pressão arterial e oximetria).

O serviço de saúde deve possuir protocolos contendo as orientações a serem implementadas em

todas as etapas de limpeza e desinfecção de superfícies e garantira capacitação periódica das

equipes envolvidas, sejam elas próprias ou terceirizadas.

Outras orientações sobre o tema podem ser acessadas no Manual de Segurança doPaciente:

limpeza e desinfecção de superfícies, publicado pela Anvisa e disponível

no

link:

https://www.gov.br/anvisa/pt-

br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-de-limpeza-e- desinfeccao-de-

superficies.pdf/view

7. PROCESSAMENTO DE ROUPAS

Não é preciso adotar um ciclo de lavagem especial para as roupas provenientes de casossuspeitos ou

confirmados do SARS-CoV-2, podendo ser seguido o mesmo processo estabelecido para as roupas

provenientes de outros pacientes em geral.

Porém, ressaltam-se as seguintes orientações:

• A unidade de processamento de roupas do serviço de saúde deve possuir protocoloscontendo as

orientações a serem implementadas em todas as etapas do processamentodas roupas, de forma a

garantir que todas as roupas por ela processadas estejam seguras para uso por outros pacientes.

Além disso, deve-se garantir a capacitação periódica das equipes envolvidas, sejam elas próprias

ou terceirizadas.

• Na retirada da roupa suja deve haver o mínimo de agitação e manuseio, observando-se as

medidas de precauções já descritas anteriormente neste documento.

• Roupas provenientes de áreas de isolamento não devem ser transportadas por meiode tubos de

queda.

Nota: Outras orientações sobre o tema podem ser acessadas no Manual deProcessamento

de Roupas de Serviços de Saúde: prevenção e controle de riscosda Anvisa, disponível

no link: https://www.gov.br/anvisa/pt-

br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-processamento-de-

roupas-de-

servicos-de-saude-prevencao-e-controle-de-riscos.pdf/view

8. TRATAMENTO DE RESÍDUOS

sobre-residuos-de-servicos-de-saude).

De acordo com o que se sabe até o momento, o SARS.CoV-2 pode ser enquadrado como um agente biológico classe de risco 3, segundo a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos, publicada em ^{OBJ} 2017. pelo Ministério da Saúde http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao risco agentes biologicos 3e d.pdf. sendo sua transmissão de alto risco individual e moderado risco para acomunidade. Portanto, todos os resíduos provenientes da assistência a pacientessuspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (covid-19) devem serenquadrados na categoria A1, conforme Resolução RDC/Anvisa nº 222, de 28 demarço 2018 (disponível de em: https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/noticias-anvisa/2018/confira-nova-regra-

Os resíduos devem ser acondicionados, em sacos vermelhos, que devem ser substituídos quando atingirem 2/3 de sua capacidade ou pelo menos 1 vez a cada 48 horas, independentemente do volume e identificados pelo símbolo de substância infectante. Os sacos devem estar contidos em recipientes de material lavável, resistente à punctura, ruptura, vazamento e tombamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados. Estes resíduos devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada.

OBSERVAÇÃO: Apesar da RDC 222/2018 definir que os resíduos provenientes da assistência a pacientes com coronavírus têm que ser acondicionados em saco vermelho, EXCEPCIONALMENTE, o serviço poderá utilizar os sacos brancos leitosos com o símbolo de infectante para acondicionar esses resíduos. Reforça-se que esses resíduosdevem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada.

Ressalta-se ainda, que conforme a RDC/Anvisa nº 222/18, os serviços de saúde devemelaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, queé o documento que aponta e descreve todas as ações relativas ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, observadas suas características e riscos, contemplando os aspectos referentes à geração, identificação,

segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada, bem como as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e do meio ambiente.

9. COMUNICAÇÃO

Os serviços de saúde devem implementar mecanismos e rotinas que alertem prontamente as equipes dos serviços de saúde, incluindo os setores de controle de infecção, epidemiologia, direção do serviço de saúde, saúde ocupacional, laboratório clínico e equipes de profissionais que atuam na linha de frente da assistência, sobre oscasos suspeitos ou confirmados de infecções pelo novo coronavírus entre trabalhadores da instituição.

Além disso, todos os serviços de saúde devem designar pessoas específicas que ficarão responsáveis pela comunicação e colaboração com as autoridades de saúde pública. Todos os casos suspeitos ou confirmados devem ser comunicados às autoridades de saúde pública, seguindo as orientações publicadas periodicamente pelo Ministério da Saúde.

ATENÇÃO!

Esta Nota Técnica apresenta medidas de prevenção e controle de infecções baseadas em publicações científicas, disponíveis até o momento da revisão desse documento, e na opinião e prática de especialistas de notório saber de diversas sociedades científicas e regiões do país, podendo ser atualizada de acordo com o surgimento de novas evidências científicas.

É importante destacar que os Serviços/Comissões de Controle de Infecção (SCIH/CCIH) têm autonomia para determinar outras ações de prevenção e controle de IRAS, bem como adaptar as orientações contidas nessa Nota Técnica, considerando o cenário epidemiológico local, as características do serviço, dos seus pacientes e os recursos disponíveis, de forma a melhorar a segurança do paciente e dos seus profissionais.

REFERÊNCIAS

World Health Organization. WHO. Novel Coronavirus (2019-nCoV) technical guidance,2020. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus- 2019

World Health Organization. WHO. Advice on the use of masks the community, during home care and in health care settings in the context of the novel coronavirus (2019- nCoV) outbreak Interim guidance 29 January 2020 WHO/nCov/IPC_Masks/2020.1. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical- guidance

World Health Organization. WHO. Q&A on infection prevention and control for health care workers caring for patients with suspected or confirmed 2019-nCoV. Disponível em: https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-on-infection-prevention-and-control- for health-care-workers-caring-for-patients-with-suspected-or-confirmed-2019-ncov

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim Infection Prevention and Control Recommendations for Patients with Known or Patients Under Investigation for 2019 Novel Coronavirus (2019-nCoV) in a Healthcare Setting, 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/infection-control.html

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Disponível em:https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-nCoV/index.html

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Disponível em:https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-nCoV/hcp/infection-control.html

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. National Center for Immunization and Respiratory Diseases (NCIRD), Division of Viral Diseases. Checklist for HealthcareFacilities: Strategies for Optimizing the Supply of N95 Respirators during the covid-19 Response. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/checklist- n95-strategyh.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim EpidemiológicoNº 01 Secretaria de Vigilância em Saúde SVS/MS-COE - Jan. 2020. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/28/Boletim- epidemiologico- SVS-28jan20.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde. Classifcação de risco dos agentes biológicos - 3. Ed.; 2017

Agência Nacional de Vigilancia Sanitária. Nota técnica nº 03/2014 - GGTES/ANVISA -Medidas de prevenção e controle a serem adotadas na assistência a pacientessuspeitos de infecção pelo Vírus Ebola. 2014. Disponível em:

https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/alertas/item/notaggtes-anvisa tecnica-ebola-n-03-2014-

Center for Disease Control and Prevention. CDC. Guideline for Isolation Precautions: Preventing Transmission of Infectious Agents in Healthcare Settings. Siegel JD, Rhinehart E, Jackson M, Chiarello L, and the Healthcare Infection Control Practices Advisory Committee, 2007 (Last update: July 2019) Disponível em: https://www.cdc.gov/infectioncontrol/guidelines/isolation/index.html

Dato, VM, Hostler, D e Hahn, ME. Ícone externo de máscara respiratória simples, EmergInfect Dis . 2006; 12 (6): 1033-1034.

Rengasamy S, Eimer B e Shaffer R. Proteção respiratória simples - avaliação do desempenho da filtração de máscaras de pano e materiais comuns de tecido contra partículas externas de tamanho de 20-1000 nm icon, Ann Occup Hyg . 2010; 54 (7): 789-98.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Strategies for Optimizing the Supplyof N95 Respirators:

Crisis/Alternate Strategies. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/respirators-strategy/crisis-alternate- strategies.html

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Release of Stockpiled N95 FilteringFacepiece Respirators Beyond the Manufacturer-Designated Shelf Life: Considerationsfor the covid-19 Response, February 28, 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/release-stockpiled-N95.html

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. DiscontinuationofTransmission-BasedPrecautionsandDispositionofPatientswith covid-19 in Healthcare Settings (InterimGuidance). Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/disposition-hospitalized-patients.html

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Criteria for Return to Work forHealthcare Personnel with Confirmed or Suspected covid-19 (Interim Guidance). 13 de abril de 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/return- to-work.html?CDC_AA_refVal=https%3A%2F%2Fwww.cdc.gov%2Fcoronavirus%2F201 9-ncov%2Fhealthcare-facilities%2Fhcp-return-work.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de VigilânciaEpidemiológica – Emergência de Saúde Pública de importância Nacional pela doença pelo Coronavírus 2019. publicado em 05/08/2020. Disponível em: https://portalarquivos.saude.gov.br/images/af gvs coronavirus 6ago20 ajustes- finais-2.pdf

Mondelli MU et al. Low risk of SARS-CoV-2 transmission by fomites in real-life conditions. The Lancet Infectious Diseases. Setembro de 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30678-2

DATASUS. Brasil. Ministério da Saúde – Painel coronavírus. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/ acessado em 11/02/2021.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. About Variants of the Virus that Causes covid-19, February 12, 2021. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/transmission/variant.html acessado em 14/02/21

Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde. Occurrence ofvariants of SARS-CoV-2 in the Americas. Preliminary information. 11 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.paho.org/en/documents/occurrence-variants-SARS-CoV-2 - americas-preliminary-information, acessado em: 11/02/2021

World Health Organization. WHO. SARS-CoV-2 Variants. Disease Outbreak News. 31 December 2020. Disponível em: https://www.who.int/csr/don/31-december-2020-sars- cov2-variants/en/ acessado em 11/02/2021

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento delmunização e Doenças Transmissíveis Coordenação-Geral do Programa Nacional delmunizações. NOTA TÉCNICA Nº 52/2020-CGPNI/DEIDT/SVS/MS. Disponível em: http://www.cievs.saude.salvador.ba.gov.br/download/nota-tecnica-no-52-2020-cgpni-deidt-svs-ms/?wpdmdl=3301&refresh=60301c4d010821613765709 acessada em 12/02/2021

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. NOTA TÉCNICA 2021/01 - REDE GENÔMICA
FIOCRUZ / MINISTÉRIO DA SAÚDE. Publicada em 12/01/2021, disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/nota-tecnica-2021/01-rede-genomica-acessada fiocruz/ministerio-da-saude

European Centre for Disease Prevention and Control – ECDC. Risk Assessment: Riskrelated to the spread of new SARS-CoV-2 variants of concern in the EU/EEA – firstupdate. 21 de janeiro de 2021. Disponível em:

https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/covid-19-risk-assessment-spreadeueea-first-update acessado em 11/02/2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador. Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviçosde saúde no atendimento de covid-19 outras síndromes gripais. Brasília: 2020.

Zhang Z, Bi Q, Fang S, Wei L, Wang X, He J, Wu Y, Liu X, Gao W, Zhang R, Gong W, Su Q, Azman AS, Lessler J, Zou X. Insight into the practical performance of RT-PCR testing for SARS-CoV-2 using serological data: a cohort study. The Lancet. Publicado em 19 de janeiro de 2021. DOI:https://doi.org/10.1016/S2666-5247(20)30200-7

Agência Nacional de Vigilancia Sanitária. NOTA TÉCNICA Nº 7/2021/SEI/GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA - Orientação para a realização de testesrápidos, do tipo ensaios imunocromatográficos, para a investigação da infecção pelonovo coronavírus (SARS-CoV-2). Publicado em 11/01/2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/nota-tecnica-no-7-de-2021.pdf

BNO News. covid-19 reinfection tracker. BNO News Reinfection Tracker: Confirmed cases. Disponível em: https://bnonews.com/index.php/2020/08/covid-19-reinfection-tracker/ acessado em: 12/02/2021

Ministério da saúde. Painel covid-19 vacinação — Doses aplicadas. Disponível em: [08]

World Health Organization. WHO. Tracking SARS-CoV-2 variants. 23 de julho de 2021. Disponível em: https://www.who.int/en/activities/tracking-SARS-CoV-2 -variants/ acessado em31/07/2021.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. SARS-CoV-2 Variant Classifications and Definitions., July 27, 2021. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019- ncov/variants/variant-info.html#Interestacessado em 01/08/21

World Health Organization. WHO. covid-19 Weekly Epidemiological Update. Edition 50,published 27 July 2021. Disponível em: https://www.who.int/en/activities/tracking-Sars-CoV-2-variants/ acessado em 31/07/2021

Pan American Health PAHO. Epidemiological Update Coronavirus disease Organization (covid-19). 19 June 2021. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/54471/EpiUpdate19June2021 eng.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y acessado em 31/07/2021

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de VigilânciaEpidemiológica – Emergência de Saúde Pública de importância Nacional pela doençapelo Coronavírus 2019. publicado em 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/guia-de-vigilancia-epidemiologica-covid- 19/view

Hansen CH, Michlmayt D, Gubbels SM, Mølbak K, Ethelberg S. Assessment of protection against reinfection with SARS-CoV-2 among 4 million PCR-tested individuals in Denmark in 2020: a population-level observational study. The Lancet. VOLUME 397,ISSUE 10280, P1204-1212, MARCH 27, 2021

Boyton RJ, Alltmann DM. Risk of SARS-CoV-2 reinfection after natural infection. The Lancet. VOLUME 397, ISSUE 10280, P1161-1163, MARCH 27, 2021.

Rodrigues NF, Silva APD, Santos MC, Saraiva FB, Ferreira MA, et al. Genetic Evidenceand Host Immune Response in Persons Reinfected with SARS-CoV-2, Brazil. EmergingInfectious Diseases. Volume 27, Number 5—May 2021.

World Health Organization. WHO. Coronavirus disease (covid-19): Vaccines

. Perguntas e respostas, última atualização de 22 de junho de 2021. Disponível em: https://www.who.int/news-room/q-a-detail/coronavirus-disease-(covid-19)-vaccines acessado em 01/08/2021

European Centre for Disease Prevention and Control – ECDC. Clinical characteristics of covid-19. Atualizado em 4 de junho de 2021. Disponível em: https://www.ecdc.europa.eu/en/covid-19/latest-evidence/clinical. Acessado em: 05/08/21.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Post-covid Conditions: Information for Healthcare Providers. Atualizado em 09 de julho de 2021. Disponível em:https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/clinical-care/post-covid-

conditions.html?CDC_AA_refVal=https%3A%2F%2Fwww.cdc.gov%2Fcoronavirus%2 F2019-ncov%2Fhcp%2Fclinical-care%2Flate-sequelae.html Acessado em: 04/08/21.

World Health Organization. WHO. Expanding our understanding os Post covid-19 condition. Report of WHO webinar, 9 february 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240025035 Acessado em 04/08/21.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim Guidance on Ending Isolationand Precautions for Adults with covid-19. Atualizado em 16 de março de 2021. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/duration-isolation.html Acessado em: 05/08/21.

Nalbandian A, Sehgal K, Gupta A, Madhavan MV, McGroder C, Stevens JS, et al. Post- acute covid-19 syndrome. Nature Medicine | VOL 27 | April 2021 | 601–615.

National Health Service – NHS. Post-covid Syndrome (Long covid). Disponível em: https://www.england.nhs.uk/coronavirus/post-covid-syndrome-long-covid/ acessado em 05/08/21.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim Public Health Recommendations for Fully Vaccinated People. Atualizado em 28 de julho de 2021. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/vaccines/fully-vaccinated- guidance.html Acessado em: 08/08/21.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Delta Variant: What We Know Aboutthe Science. Atualizado em 06 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/variants/delta-variant.html Acessado em:08/08/21.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). ABNT NBR 16693 — Produtos têxteis para saúde — Aventais e roupas privativas para procedimento não cirurgico utilizados por profssionais de saúde e pacientes — Requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT; 2018.

Agência Nacional de Vigilancia Sanitária. Nota técnica nº 01/2018 – GVIMS/GGTES/ANVISA ORIENTAÇÕES GERAIS PARA HIGIENE DAS MÃOS EM

SERVIÇOS DE SAÚDE. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/nota-higienizacao-das-maos.pdf/view

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). ABNT NBR 15052 - Artigos de nãotecido de uso odonto-médicohospitalar - Máscaras cirúrgicas - Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT; 2004.

Andraus GS, Dias VMCH, Baena CP. Recurrence of coronavirus disease 2019 (covid- 19), future paths and challenges. Infection Control & Hospital Epidemiology (2021), 1– 3 doi:10.1017/ice.2021.226

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. CDC covid-19 Study Shows mRNAVaccines Reduce Risk of Infection by 91 Percent for Fully Vaccinated People Vaccination Makes Illness Milder, Shorter for the Few Vaccinated People Who Do Get covid-19. Atualizado em 07 de junho de 2021. Acessado em 07/09/21. Disponível em: https://www.cdc.gov/media/releases/2021/p0607-mrna-reduce-risks.html

Thompson MG, JL Burgess, AL Naleway, H Tyner, SK Yoon. Prevention and Attenuation of covid-19 with the

European Centre for Disease Prevention and Control – ECDC. Interim guidance on the benefits of full vaccination against covid-19 for transmission and implications for non- pharmaceutical interventions 21 April 2021. Acessado em 07/09/21.

WHO. Enhancing response to Omicron SARS-CoV-2 variant: Technical brief and priority actions for Member States. Update #6: 21 January 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/m/item/enhancing-readiness-for-omicron-(b.1.1.529)- technical-brief-and-priority-actions-for-member-states

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de VigilânciaEpidemiológica – Emergência de Saúde Pública de importância Nacional pela doença pelo Coronavírus 2019. Versão 4, atualizado em 13/07/2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/coronavirus/guia-de-vigilancia-epidemiologica-covid-19_2021.pdf/view

Wu Y, Kang L, Guo Z, Liu J, Liu M, Liang W. Incubation Period of COVID-19 Caused by Unique SARS-CoV-2 Strains: A Systematic Review and Meta-analysis. *JAMA Netw Open.* 2022;5(8):e2228008. doi:10.1001/jamanetworkopen.2022.28008

Public Health Ontario. SARS-CoV-2 Omicron Variant Sub-Lineages BA.4 and BA.5: Evidence and Risk Assessment. Published: July 8, 2022. Acessado em 24/08/22. Disponível em: https://www.publichealthontario.ca/-/media/Documents/nCoV/voc/2022/07/evidence-brief-ba4-ba5-risk-assessment-jul-8.pdf?sc_lang=en

WHO. COVID-19 Weekly Epidemiological Update. Edition 98, published 29 June 2022. Acessado em 24/08/22. Disponível em: https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-covid-19---29-june-2022

Roskosky M, Borah BF, DeJonge PM, Donovan CV, Blevins LZ, Lafferty AG, Pringle JC, Kelso P, Temte JL, Temte E, Barlow S, Goss M, Uzicanin A, Bateman A, Florek K, Kawakami V, Lewis J, Loughran J, Pogosjans S, Kay M, Duchin J, Lunn S, Schnitzler H, Arora S, Tate J, Ricaldi J, Kirking H. Notes from the Field: SARS-CoV-2 Omicron Variant Infection in 10 Persons Within 90 Days of Previous SARS-CoV-2 Delta Variant Infection - Four States, October 2021-January 2022. MMWR Morb Mortal Wkly Rep. 2022 Apr 8;71(14):524-526. doi: 10.15585/mmwr.mm7114a2. PMID: 35389976; PMCID: PMC8989372.

Agência Nacional de Vigilancia Sanitária. Nota técnica nº 05/2021 – GVIMS/GGTES/ANVISA - Orientações para prevenção e controle da disseminação de microrganismos multirresistentes em serviços de saúde no contexto da pandemia da covid-19. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/seguranca-do-paciente/covid-19

Viviane Maria de Carvalho Hessel Dias, Alexandre Ferreira Oliveira, Ana Karolina Barreto Berselli Marinho, Carlos Eduardo dos Santos Ferreira, Carlos Eduardo Ferreira Domingues, Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza, Claudia Fernanda de Lacerda Vidal, Claudia Maria Dantas de Maio Carrilho, Debora Otero Britto Passos Pinheiro, Denise Brandão de Assis, Eduardo Alexandrino Medeiros, Karen Mirna Loro Morejón, Leonardo Weissmann, Lessandra Michelin, Marcelo Carneiro, Maria Dolores Santos da Purificação Nogueira, Priscila Rosalba Domingos de Oliveira, Rafael Junqueira Buralli, Raquel Silveira Bello Stucchi, Rodrigo Schrage Lins, Silvia Figueiredo Costa, Alberto Chebabo, COVID-19 and isolation: Risks and implications in the scenario of new variants, The Brazilian Journal of Infectious Diseases, Volume 26, Issue 5, 2022, 102703, ISSN 1413-8670, https://doi.org/10.1016/j.bjid.2022.102703.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. NOTA TÉCNICA Nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/sei_ms-0030035449-nt-14-cggripe-atualizacoes-ve-covid-19.pdf

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). ABNT NBR 16693: 2022, Produtos têxteis para saúde -

Aventais de procedimentos não cirúrgicos utilizadas por profissionais da saúde e pacientes - Requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT; 2022.

Fiocruz. Rede Genômica Fiocruz identifica surgimento de nova variante da Ômicron. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/rede-genomica-fiocruz-identifica-surgimento-de-nova-variante-da-omicron#:~:text=nos%20outros%20estados.-

,%E2%80%9CA%20BQ.,data%20vamos%20conseguir%20monitorar%20melhor%E2%80%9D. Acesso em 12/03/2023

Boucau J, Marino C, Regan J, Uddin R, Choudhary MC, Flynn JP, et al. Duration of Shedding of Culturable Virus in SARS-CoV-2 Omicron (BA.1) Infection. N Engl J Med [Internet]. 2022 Jul 21;387(3):275–7. Available from: http://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMc2202092

National Institute of Infectious Diseases Disease Control and Prevention Center, National Center for Global Health and Medicine. Active epidemiological investigation on SARS-CoV-2 infection caused by Omicron variant (Pango lineage B.1.1.529) in Japan: preliminary report on infectious period. COVID-19 Updat [Internet]. 2022;(January 05):17–20. Available from: https://www.niid.go.jp/niid/en/2019-ncov-e/10884-covid19-66-en.html

Takahashi K, Ishikane M, Ujiie M, Iwamoto N, Okumura N, Sato T, et al. Duration of Infectious Virus Shedding by SARS-CoV-2 Omicron Variant–Infected Vaccinees. Emerg Infect Dis [Internet]. 2022 May 24;28(5):998–1001. Available from: https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/28/5/22-0197 article.htm

Vihta K, Pouwels KB, Peto TEA, Pritchard E, House T, Studley R, et al. Omicron-Associated Changes in Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) Symptoms in the United Kingdom. 2022;2:1–9.

Yang W, Yang S, Wang L, Zhou Y, Xin Y, Li H, et al. Clinical characteristics of 310 SARS-CoV-2 Omicron variant patients and comparison with Delta and Beta variant patients in China. Virol Sin [Internet]. 2022 Aug;(January):19–21. Available from: https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1995820X22001389

WHO. Statement on the update of WHO's working definitions and tracking system for SARS-CoV-2 variants of concern and variants of interest. published 16 March 2023. Acessado em 20/03/23. Disponível em: https://www.who.int/news/item/16-03-2023-statement-on-the-update-of-who-s-working-definitions-and-tracking-system-for-sars-cov-2-variants-of-concern-and-variants-of-interest

WHO. A clinical case definition of post COVID-19 condition by a Delphi consensus, 6 October 2021. Acessado em 20/03/23. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Post_COVID-19 condition-Clinical case definition-2021.1

ANEXO 1 – ORIENTAÇÕES PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) que atendem pacientes com covid-19

SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÕES	
CONTROLE DE ENGENHARIA	 Se disponível, internar o paciente, preferencialmente, em uma unidade de isolamento respiratóriocom pressão negativa e filtro HEPA (High Efficiency Particulate Arrestance). Na ausência desse tipo de unidade, deve- se colocar o paciente em um quarto com portas fechadas e com janelas abertas e restringir o número de profissionais que prestam assistência a esses pacientes. 	
EQUIPE EXCLUSIVA	 A equipe, preferencialmente, exclusiva para o atendimento de pacientes com covid-19, deverá permanecer em área separada (área de isolamento) e evitar contato com outros profissionais envolvidos na assistência de outros pacientes (coorte de profissionais). Os profissionais que permanecerem na área de isolamento para covid-19, devem retirar a roupapessoal (no início das atividades diárias) e usar apenas roupas disponibilizadas pela instituição. 	
USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)	 Conforme já mencionado nesta Nota Técnica, deve-se utilizar os EPI, conforme o tipo de assistência que será prestada. Atentar-se para a ordem para a paramentação e desparamentação seguras do EPI e a higiene de mãos com água e sabonete líquido OU preparação alcoólica, principalmente, durante a desparamentação por ser o momento de maior risco de contaminação do profissional. 	
VENTILAÇÃO MECÂNICA	 Alguns ventiladores microprocessados têm filtros expiratórios N99 ou N100, com grande poder de filtragem dos aerossóis; no entanto se o equipamento não dispuser desta tecnologia, adequaradaptando um filtro expiratório apropriado. Checar os filtros expiratórios em uso, e caso não estejam adequados substituí-los por um filtro HEPA, HMEF ou HME (algumas marcas filtram vírus), que filtram bactérias e vírus. Atentar-se ao prazo de troca desses filtros, seguindo as recomendações do fabricante e de acordocom os protocolos definidos pela CCIH do serviço de saúde. 	

SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÕES - continuação
ORIENTAÇÕES GERAIS PARA INTUBAÇÃO	 Todo material deve ser preparado fora do box ou área de coorte. A equipe de intubação deve limitar-se ao médico e ao menor número de pessoas possível. Durante a intubação, um circulante poderá permanecer do lado de fora do isolamento para atender às solicitações da equipe interna. Antes da intubação: Instalar filtro HEPA, HMEF ou HME com filtragem para vírus no reanimadormanual. De preferência, conectar direto ao ventilador mecânico, evitando utilização de reanimador manual neste paciente. O jogo de laringoscópio utilizado na intubação deverá ser encaminhado para limpeza e desinfecção habitual (de acordo com protocolo do serviço de saúde).
SISTEMA DE ASPIRAÇÃO	Preferencialmente, instalar sistema fechado de aspiração em todos os pacientes. O sistema de aspiração fechado é recomendado durante o período de contagiosidade da doença para os casos críticos (20 dias) e após esse período, a indicação deve ser a critério do profissional em terapia intensiva.
ORIENTAÇÕES PARA NEBULIZAÇÃO	 O uso de dispositivos de nebulização pode ser realizado considerando a necessidade do paciente, o ambiente de internação, uso de EPIs adequados, tempo de infecção e recomendações da CCIH do serviço de saúde. Usar medicação broncodilatadora em <i>puff</i> administrado por dispositivo que acompanha sistema de aspiração fechado ou aerocâmara retrátil.
REANIMADOR MANUAL	 Recomenda-se a utilização de reanimador manual com reservatório para impedir a dispersão deaerossóis. O sistema de aspiração fechado e filtro HEPA, HMEF ou HME deve vir com especificação defiltragem de vírus acoplado.
TROCA DE SISTEMAS DE ASPIRAÇÃO FECHADA E FILTROS HME	 O pinçamento do tubo orotraqueal (TOT) deverá ser feito com pinça, antes da desconexão para troca do sistema (de aspiração fechado ou filtro HME), desconexão do reanimador manual ou troca de ventilador de transporte para ventilador da unidade. Outra técnica é utilizar um oclusor no tubo orotraqueal, sempre com a ideia de não deixar a via aérea aberta para o ambiente.

SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÕES - continuação
MANEJO DOS FLUIDOS CORPORAIS (DIURESE, EVACUAÇÃO, DÉBITOS DE DRENOS E ASPIRAÇÃO TRAQUEAL)	 Os profissionais de saúde devem manusear atentamente os fluidos corporais do paciente e adotar o protocolo de rotina do serviço para desprezar de forma segura esses materiais.
MEDICAMENTOS	Os medicamentos deverão ser preparados e administrados de acordo com os protocolos definidos pelo serviço de saúde.
COLETA DE EXAMES LABORATORIAIS	A rotina pode ser habitual, desde que o profissional da coleta esteja orientado e adequadamente paramentado.
BANHO	 Preferir banho no leito inclusive para acordados, para evitar o compartilhamento do banheiro,caso o box/quarto não tenha banheiro exclusivo. Se for encaminhado ao banheiro, proceder com limpeza terminal do banheiro, antes do próximopaciente.
ROTINA DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES	 Recomenda-se ampliar a frequência de limpeza da unidade, três vezes ao dia, com álcool 70% ou outro desinfetante padronizado pelo serviço de saúde, principalmente das superfícies mais tocadas como bancadas, teclados de computador, telefones, pias e vasos sanitários nos banheiros, maçanetas, corrimões, elevadores (botão de chamada, painel interno), etc. Recomenda-se que os profissionais de higiene e limpeza sejam exclusivos para a área de isolamento covid-19, durante todo o plantão.
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	Recomenda-se o uso de equipamentos e materiais exclusivos para o quarto/box ou área de isolamento covid- 19. Caso não seja possível, todos os equipamentos e materiais devem ser rigorosamente limpos e desinfetados ou esterilizados (se necessário), antes de ser usado em outro paciente.
RESÍDUOS	De acordo com o que se sabe até o momento, o novo coronavírus pode ser enquadrado como agentebiológico classe de risco 3. Seguindo a Classificação de Risco todos os resíduos provenientes da assistência a pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) devem ser enquadrados na categoria A1, conforme Resolução RDC/Anvisa nº 222, de 28 de março de 2018. Para mais orientações verificar tópico específico nessa Nota Técnica.

Referências:

Appendix S. Correspondence Aerosol and Surface Stability of SARS-CoV-2 as Compared with Sars-CoV-1. 2020;1–3.

Ppe E, Director-general WHO. Rational use of personal protective equipment for coronavirus disease 2019 (covid-19). 2020;2019(February):1–7.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Recommended Guidance for Extended Useand Limited Reuse of N95 Filtering Facepiece Respirators in Healthcare Settings. . March 28, 2018.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim Infection Prevention and Control Recommendations for Patients with Suspected or Confirmed Coronavirus Disease 2019 (covid-19) in Healthcare Settings. https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/infection-control-recommendations.html. Center for desease control and prevention 2020.

Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Recommended Guidance for Extended Useand Limited Reuse of N95 Filtering Facepiece Respirators in Healthcare Settings. https://www.cdc.gov/niosh/topics/hcwcontrols/recommendedguidanceextuse.html. Center for desease control and prevention, 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à COVID-19. NOTA TÉCNICA Nº 62/2021-SEcovid/GAB/SEcovid/MS. Assinada em 25/11/2022.

ANEXO 2 – ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE DIÁLISE

Estas orientações são baseadas nas informações atualmente disponíveis sobre as infecções pelo

novo coronavírus (SARS-CoV-2) e podem ser atualizadas à medida que mais estudos estiverem

disponíveis e que as necessidades de resposta mudem no país.É importante manter-se informado

para evitar a introdução e minimizar a disseminação do novo coronavírus nos serviços de diálise.

Além das orientações contidas nesta nota técnica, os serviços de diálise devem seguir as

orientações descritas abaixo:

Orientações gerais

• Como parte do programa de prevenção e controle de infecção, os serviços de diálise devem definir

políticas e práticas para reduzir a disseminação de patógenos respiratórioscontagiosos, incluindo o

vírus SARS-CoV-2.

• Os serviços de diálise devem disponibilizar perto de poltronas de diálise e postos de enfermagem

suprimentos/insumos para estimular a adesão à etiqueta respiratória. Isso inclui lenços de papel e

lixeira com tampa e aberturasem contato manual

• Também devem prover condições para higiene das mãos com preparação alcoólica

(dispensadores de preparação alcoólica) e com água e sabonete líquido (lavatório/pia com

dispensador de sabonete líquido, suporte para papel toalha, papel toalha, lixeira com tampa e

abertura sem contato manual).

• Os serviços de diálise devem reforçar aos pacientes e aos profissionais de saúde instruções sobre

a higiene das mãos, etiqueta respiratória.

• Os serviços de diálise devem implementar políticas, que não sejam punitivas, para permitir que

o profissional de saúde que apresente sintomas de infecção respiratória seja afastado do trabalho.

• Recomenda-se ainda, que o paciente esteja com um acompanhante apenas quando for

extremamente necessário ou nos casos previstos em lei, para reduzir ao mínimo possívelo fluxo de

pessoas nos serviços de saúde. Mas se o acompanhante apresentar qualquersintoma respiratório,

não deve entrar no serviço de diálise.

• Todos os pacientes e acompanhantes devem ser orientados a não transitar pelas áreasda clínica

desnecessariamente.

• Todos os pacientes e acompanhantes devem ser orientados a não compartilhar objetose alimentos

com outros pacientes e acompanhantes.

• Todos os pacientes com sintomas respiratórios ou positivos (mesmo sem sintomas respiratórios) e

seus acompanhantes devem usar máscara facial* durante toda a sua permanência no serviço de

diálise. Também devem ser orientados sobre como utilizar de forma adequada essa máscara

(máscaras limpas e secas, bem ajustadas à face e que cubram o tempo todo nariz, boca e queixo),

bem como removê- la. Essas máscaras tem o objetivo de impedir que as gotículas expelidas durante

a fala, tosse ou espirro contaminem outras pessoas ou superficies. Caso os pacientes ou

acompanhantes não possuam máscara facial ou sua máscara esteja suja ou úmida, o serviço de saúde

deve fornecer máscaras cirúrgicas de modo que pacientes e acompanhantes permaneçam de máscara

no serviço de diálise.

* caso a máscara facial não possa ser tolerada, devido aos sintomas respiratórios do paciente

(presença de secreção excessiva ou falta de ar intensa), ele deve ser imediatamente colocado em

um local isolado de outros pacientes, para ter o atendimento priorizado. O paciente e o seu

acompanhante devem ser orientados sobre todas as medidas de prevenção da disseminação da covid-

19 no serviço.

Observação: Para o paciente sem sintomas respiratórios e seu acompanhante, não é obrigatório o

uso de máscaras dentro do serviço de diálise, mas eles podem optar por usar máscara facial, caso

seja de sua preferência, considerando os riscos individuais. Porém, caso ocorram casos de surtos de

covid-19 dentro da instituição, pode haver necessidade do uso obrigatório de máscaras faciais por

um período definido pelo serviço de saúde.

Orientações diante de casos suspeitos e confirmados de infecção pelo SARS-CoV-

2

Os serviços de diálise devem estabelecer estratégias para identificar e prestar assistência aos

pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus,antes mesmo de chegar ao

serviço ou de entrar na área de tratamento, de forma que a equipe possa se organizar/planejar o

atendimento.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) – 31/03/2023

Entre essas estratégias, sugere-se:

• Os pacientes devem ser orientados a informar previamente ao serviço de diálise (por exemplo:

por ligação telefônica antes de dirigir-se à clínica (de preferência) ou ao chegarao serviço, caso

apresentem sintomas de infecção respiratórias ou caso sejam suspeitosou confirmados de infecção

pelo SARS-CoV-2...

Devem ser disponibilizados alertas nas entradas do serviço com instruções para que pacientes

informem a equipe (por exemplo, quando chegarem ao balcão de registro) caso estejam

apresentando sintomas de infecção respiratória ou caso sejam suspeitos ou confirmados de

infecção pelo SARS-CoV-2...

• Antes da entrada na área de tratamento, ainda na recepção, deve ser aplicado um pequeno

"questionário" a todos os pacientes com perguntas sobre o seu estado geral e presença de sintomas

respiratórios (por exemplo, tosse, coriza, dificuldade para respirar).

• Os serviços de diálise devem organizar um espaço na área de recepção/espera paraq ue os

pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus fiquem auma distância

mínima de 1 metro dos outros pacientes.

• Devem ser disponibilizadas máscaras cirúrgicas na entrada do serviço de diálise para:

a) pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2, ainda que sem sintomas

respiratórios;

b) pacientes com sintomas respiratórios.

• Os acompanhantes de pacientes com sintomas respiratórios também devem utilizar máscara

cirúrgica.

Pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus devem ser levados para

uma área de tratamento o mais rápido possível, a fim de minimizar o tempona área de espera e a

exposição de outros pacientes.

As instalações devem manter no mínimo 1 metro de separação entre pacientes suspeitos ou

confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2 (usando máscaras cirúrgicas) e outros pacientes, durante

o tratamento dialítico.

• Devem ser instituídas as precauções para gotículas e de contato, além das precauções padrão

por todos os profissionais que forem prestar assistência a menos de 1 metro de pacientes suspeitos

ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus. Isso inclui, entre outras ações, o uso de EPI,

conforme quadro 2.

Pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus devem

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) – 31/03/2023 preferencialmente ser dialisados em uma sala separada, bem ventilada e com a porta fechada, respeitando-se a distância mínima de 1 metro entre os pacientes:

a. Se não tiver condições de colocar esses pacientes em uma sala separada, o serviço deve dialisá-

los no turno com o menor número de pacientes, nas máquinas mais afastadas do grupo e longe do

fluxo principal de tráfego, quando possível.

b. Caso haja mais de um paciente suspeito ou confirmado de infecção pelo SARS-CoV-2,

sugere-se realizar o isolamento por coorte, ou seja, colocar em uma mesma área pacientes com

infecção pelo mesmo agente infeccioso. Sugere-se ainda que sejam separadas as últimas seções do

dia para esses pacientes OU, no caso de haver muitos pacientes com covid-19 confirmada, o

serviço deve remanejar os turnos de todos os pacientes, de forma a manter aqueles com covid-19

(suspeita ou confirmada) dialisando em um turno exclusivo para esses pacientes (de preferência,

o último turno do dia).

De qualquer forma, deve haver a distância mínima de 1 metro entre os leitos/poltronas; os

pacientes devem utilizar máscara cirúrgica durante toda a sua permanência no setor e os

profissionais de saúde que forem prestar assistência a menos de 1 metro desses pacientes, devem

seguir todas as medidas de precaução (uso de EPI e higiene das mãos, etc).

c. as salas de isolamento de hepatite B podem ser usadas para dialisar pacientes suspeitos ou

confirmados de infecção pelo novo coronavírus, porém devem ser observados alguns critérios:

- Utilizar essa sala como último recurso, quando não houver possibilidade de realizar

isolamento por coorte ou não houver outras salas disponíveis.

- Essa sala só pode ser usada, caso não haja pacientes com hepatite B sendo dialisadosno mesmo

turno.

- Essa sala deve sofrer rigoroso processo de limpeza e desinfecção antes e após os turnos. É

importante reforçar a limpeza e desinfecção de todas as superfícies próximas ao leito/cadeira de

diálise e no posto de enfermagem que atende a essa sala, de forma a reduzir o risco de transmissão

do vírus SARS-CoV-2 para os pacientes com hepatite B que utilizam essa sala em outro turno, bem

como para reduzir o risco de transmissão dehepatite B para pacientes suspeitos ou confirmados de

infecção pelo novo coronavírus.

- Se possível, não dialisar nessa sala pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo

coronavírus que não estejam imunes ao vírus da hepatite B (ou seja, pacienteHbsAg negativos).

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) – 31/03/2023

- O serviço de diálise deve avaliar a viabilidade de prestar o atendimento no domicílio do paciente suspeito ou confirmado de infecção pelo novo coronavírus (caso seja possível).
- De preferência, definir profissionais exclusivos para o atendimento dos pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19 (coorte de profissionais).
- Como precaução, as linhas de diálise e dialisadores utilizados em pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19 devem sempre ser descartadas após o uso. No entanto, caso haja possibilidade de desabastecimento desses produtos para saúde em nosso país, em virtude do aumento mundial no consumo desses produtos, o reprocessamento desses materiais deverá ser realizado exclusivamente por meio automatizado, não podendo haver nenhuma etapa prévia manual, a fim de evitar a contaminação do profissional responsável por esse reprocessamento. Além disso, esses produtos só poderão ser usados para o próprio paciente suspeito ou confirmado de covid-19, após o reprocessamento.
- Os produtos para saúde utilizados na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de covid19 devem ser de uso exclusivo no paciente, como no caso de estetoscópios, esfigmomanômetro e
 termômetros, etc. Caso não seja possível, proceder a rigorosa limpeza e desinfecção após o uso
 (pode ser utilizado álcoollíquido a 70%, hipoclorito de sódio ou outro desinfetante padronizado pelo
 serviço). Casoo produto seja classificado como crítico, o mesmo deve ser encaminhado para a
 esterilização, após a limpeza.
- Após o processo dialítico deve ser realizada uma rigorosa limpeza e desinfecção de toda a área que o paciente teve contato, incluindo a máquina, a poltrona, a mesa lateral, e qualquer superfície e equipamentos localizados a menos de um metro da área do paciente ou que possam ter sido tocados ou utilizados por ele.
- Quando houver suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus, conformedefinição de caso do Ministério da Saúde, o serviço de diálise deve fazer a notificação.

Importante: Os serviços de diálise devem garantir que o tratamento dialítico continue sendo prestado. Portanto, não devem se negar a receber pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19 ou pacientes que estavam realizando o tratamento dialítico fora do seu domicílio (no mesmo estado ou em outro estado).

Os pacientes não podem ficar sem receber o tratamento dialítico, dessa forma, cabe ao serviço de diálise ajustar os seus fluxos para o manejo de casos e seguir as orientações contidas nesta Nota Técnica e nos documentos do Ministério da Saúde de forma a realizar uma assistência segura para os pacientes e profissionais de saúde.

Quadro 2: Orientações sobre o uso de EPIs em serviços de diálise para atendimento de pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19.

Pessoas	Atividades/procedimentos	Tipos de EPIs
Pacientes sem sintomas respiratórios*	Na recepção e durante toda a sua permanência no serviço de diálise	 higiene das mãos mantenha uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas
Pacientes com sintomas respiratórios ou com covid-19 confirmada ou que tiveram contato próximo com caso confirmado de covid-19	Na recepção e durante toda a sua permanência no serviço de diálise	 higiene das mãos etiqueta respiratória mantenha uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas máscara cirúrgica
Profissionais de saúde	Durante a assistência a menos de 1metro de pacientes sem sintomas respiratórios	 higiene das mãos uso de EPIs de acordo com as precauções padrão e outras precauções específicas (se necessário).
Profissionais de saúde	Durante a assistência a menos de 1metro de pacientes com sintomas respiratórios ou covid-19 positiva	 - óculos de proteção ou protetor facial (face shield) - máscara cirúrgica ou N95/PFF2 de acordo com os tipos de procedimentos que serão realizados** - luvas - aventais durante a assistência ao paciente (principalmente, para iniciar eterminar o tratamento dialítico, manipular agulhas de acesso ou cateteres, ajudar o paciente a entrar e sair da estação, limpar e desinfetar o equipamento de assistência ao paciente e estação de diálise).
Profissionais da recepção	Recepção dos pacientes para a sessão de diálise	- manter distância mínima de 1 metro dos pacientes/acompanhantes instituir barreiras físicas, de forma a favorecer o distanciamento maior que 1 metro (Ex: placas de acrílico, faixa no piso, etc).
Profissionais da limpeza	Durante a limpeza das áreas doserviço de hemodiálise	 - óculos de proteção ou protetor facial (se houver risco de respingo de material orgânico ou químico) - máscara cirúrgica (se houver risco de respingo de material orgânico ou químico, como precaução padrão) - avental - luvas de borracha de cano longo - botas impermeáveis ou calçados fechados e impermeáveis.

Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023 - Adaptado de WHO. Rational use of personal protective equipment (PPE) for coronavirus disease (covid- 19) Interim guidance. 19 March 2020 https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331498/WHO-2019-nCoV-IPCPPE use-2020.2-

* Para o paciente sem sintomas respiratórios e seu acompanhante, não é obrigatório o uso de máscaras em serviços de saúde, mas eles podem optar por usar máscara facial, caso seja de sua preferência, considerando os riscos individuais.

**Indica-se realizar uma avaliação de risco e, se necessário, substituir a máscara cirúrgica pela N95/PFF2, ou equivalente, nas seguintes situações:

- Em unidades de atendimento exclusivas para pacientes com covid-19, considerando que durante a assistência podem existir momentos com e sem risco para geração de aerossóis e, para se evitar a necessidade do profissional ficar trocando de máscara para cada situação.
- Profissionais atuando em setores/unidades de assistência a pacientes com covid-19 suspeita ou confirmada com pouca ventilação ou com ventilação inadequada, ou seja, com pouca ou nenhuma troca de ar. A implementação de ventilação adequada do ambiente é uma medida de engenharia que, associada a outras medidas de prevenção descritas nessa Nota, previne a disseminação do SARS-CoV-2 e deve ser implementada pelos serviços.

Observação 1: As precauções-padrão devem ser adotadas no atendimento de todos os pacientes e a indicação das precauções específicas devem ser avaliadas caso a caso.

Observação 2: Quando necessário a presença de acompanhante de pacientes covid-19, este deve ser orientado a não circular em outras áreas do serviço de saúde, manter o distanciamento mínimo de 1 metro de outras pessoas, a proceder a higiene frequente das mãos e a permanecer de máscara, mesmo fora da área do paciente que estiver acompanhando.

Observação 3: Todas essas medidas são baseadas no conhecimento atual sobre os casos de infecção pelo SARS-CoV-2 e podem ser alteradas conforme novas informações sobre o vírus forem disponibilizadas.

Observação 4: Continua sendo recomendado que os trabalhadores do serviço adotem a higiene das mãos, a distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas e a não aglomeração em área coletivas, locais de descanso, refeição, locais de registro de frequência, etc, para limitar a propagação de doenças respiratórias.

Observação 5: Além de usar o EPI apropriado, todos os profissionais devem ser orientados sobre como usar, remover e descartar adequadamente os EPIs, bem como na prática correta de higiene das mãos nos momentos indicados. O EPI deve ser descartado em um recipiente de resíduo infectante, após o uso, e a higiene das mãos deve ser realizada antes de colocá-lo e de retirá-lo.

Referências:

Centers for Disease Co	ontrol and Pr	revention. CDC. In	terim Additional Guida	nce for Infection	on Prevention and
Control Recommenda	tions for Pat	ients with Suspect	ed or Confirmed covid-		
19	in	Outpatient	Hemodialysis	Facilities.	
	Disponíve	el	em:https://www.cdc	.gov/coronavir	rus/2019-
ncov/healthcare-facili	ties/dialysis.	html	_		
	·				
Centers for Disease C	ontrol and F	Prevention. CDC.	Guideline for Isolation	Precautions: Pr	reventing
Transmission of Infec	tious Agents	s in Healthcare Se	ttings. Siegel JD, Rhine	hart E, Jacksor	n M, Chiarello L,
and the Healthcare Inf	fection Cont	rol Practices Advis	sory Committee,2007	(Last	update:
	July	2019)	Disponíve	l em:	-
https://www.cdc.gov/i	nfectioncon	trol/guidelines/iso	lation/index.html		

ANEXO 3 - ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE GASTROENTEROLOGIA, EXAMES DE IMAGEM E ANESTESIOLOGIA

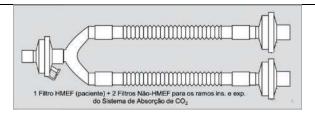
PROCEDIMENTOS	RECOMENDAÇÕES
PARA TODOS OS EXAMES DE IMAGEM, PROCEDIMENTOS DE ENDOSCOPIA E ANESTESIA	 Deve ser instituído um protocolo de triagem capaz de identificar pacientes com sintomas gripais agudos, a fim de otimizar coorte e atendimento destes pacientes. Higiene das mãos Se identificado um paciente com síndrome gripal, indicar a utilização de uma máscara cirúrgica durante sua permanência/circulação no serviço. Enquanto aguardam na recepção pelo exame, o uso de máscara por pacientes que não apresentam sintomas respiratórios ou não sejam positivos para covid-19, não é obrigatório, mas esses pacientes podem utilizar máscara facial caso seja de sua preferência, considerando os riscos individuais. Adotar medidas para evitar aglomerações e nas salas de espera manter distância mínima de 1 metro entre os pacientes, além de disponibilizar material para higiene de mãos e orientar etiqueta respiratória. Atentar-se para realizar adequadamente a desinfecção de superficies. Recomenda-se que os profissionais que realizam procedimentos endoscópicos (gastroenterologista, profissional de apoio e anestesista), sigam as precauções padrão para prestar assistência a todos os pacientes. Para os casos suspeitos ou confirmados de covid-19 devem ser implementadas adicionalmente as precauções para contato, para gotículas ou para aerossóis (máscaras N95/PFF2 ou equivalente e demais EP1), avaliando o risco de cada procedimento que será realizado.
PROCEDIMENTOS/EXAMES	Deve ser instituído um protocolo de triagem capaz de identificar pacientes com sintomas gripais agudos ou pacientes
DE IMAGEM	covid-19 positivos, a fim de otimizar isolamento/coorte e atendimento destes pacientes.
RADIOLOGIA,	Higiene das mãos
ULTRASSONOGRAFIA,	• Usar EPIs, incluindo máscara facial, quando indicado nas precauções padrão e, se necessário, adicionar as precauções
MAMOGRAFIA,	específicas (para contato, gotículas ou aerossóis).

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

- Recomenda-se que os profissionais que realizam esses procedimentos sigam as precauções padrão para prestar assistência a todos os pacientes. Para os casos suspeitos ou confirmados de covid-19 devem ser implementadas adicionalmente as precauções para contato, para gotículas ou para aerossóis (máscaras N95/PFF2 ou equivalente e demais EPI), avaliando o risco de cada procedimento que será realizado.
- No caso de se antever risco de procedimentos com potencial de gerar aerossóis, (como por exemplonecessidade de intubação traqueal) o uso da máscara N95/PFF2 ou equivalente, em substituição à máscara cirúrgica, está formalmente recomendado, além dos demais EPI para procedimento com risco de aerossolização (gorro descartável, óculos de proteção ou protetor facial, avental, luvas).
- Considerando que umas das principais vias de contaminação do profissional de saúde é momento dedesparamentação, é fundamental que todos os passos de higiene de mãos entre a retirada de cada EPI sejamrigorosamente seguidos.
- Após a realização de exames em pacientes com suspeita/confirmação de covid-19, está indicada a limpeza e desinfecção concorrente das superfícies da sala de exames, utilizando preferencialmente um pano descartável com o desinfetante padronizado. Não é necessário tempo de espera para reutilizar a sala após a limpeza. Ao final do dia, deverá ser realizada a limpeza terminal.

PROCEDIMENTOS	RECOMENDAÇÕES - continuação
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA OU BAIXA	 Em virtude da possibilidade da geração de acrossóis também em procedimentos de endoscopia digestiva, apesar de ainda não estar claramente definido este grau de risco em comparação com exames de broncoscopia, estão indicados o uso de gorro descartável, protetor facial/óculos de proteção, avental, luvas, máscara N95/PFF2 ou equivalente para atendimento de todos os casos de sindrome gripal suspeito ou confirmado de covid-19. Considerando que umas das principais vias de contaminação do profissional de saúde é momento dedesparamentação, é fundamental que todos os passos de higiene de mãos entre a retirada de cada EPI sejamrigorosamente seguidos A utilização de duas luvas com o objetivo de reduzir o risco de contaminação no processo de desparamentação NÃO está indicada, pois pode passar uma falsa sensação de proteção, já que é sabido o potencial de contaminação através de microporos da superfície da luva, além de tecnicamente poder dificultar o seu processo de remoção. A medida mais eficaz para prevenir contaminação do profissional no processo de desparamentação na retirada das luvas é a higienização obrigatória das mãos e cumprimento de todos os passos recomendados. Após a realização de exames em pacientes com suspeita/confirmação de covid-19, está indicada a limpeza e desinfecção concorrente das superfícies da sala de exames, utilizando preferencialmente um pano descartável com o desinfetante padronizado. O EPI recomendado para o profissional da limpeza já foi citado nesta nota. Não é necessário tempo de espera para reutilizar a sala após a limpeza. Ao final do dia, deverá ser realizada limpeza terminal.

PROCEDIMENTOS	RECOMENDAÇÕES - continuação
PROCEDIMENTO DE INTUBAÇÃO PELO PROFISSIONAL DA ANESTESIOLOGIA	 Como o procedimento de intubação traqueal é de risco para aerossolização, para realização deste procedimento tanto em pacientes de setores de emergência, sintomáticos respiratórios ou assintomáticos, a recomendação é a utilização de gorro descartável, óculos de proteção, máscara N95/PFF2 ou equivalente, avental e luvas. Limitar a permanência de profissionais na sala durante a realização do procedimento de intubação. Procedimentos de intubação em pacientes suspeitos, confirmados ou sem triagem, devem ser preferencialmente realizados em salas com pressão negativa ou salas fechadas com acesso de pessoal e material limitados. Considerando que umas das principais vias de contaminação do profissional de saúde é momento de desparamentação, é fundamental que todos os passos de higiene de mãos entre a retirada de cada EPI sejamrigorosamente seguidos. Após a realização de exames em pacientes com suspeita/confirmação de covid-19, está indicada a limpeza e desinfeçção concorrente das superfícies da sala, utilizando preferencialmente um pano descartável com o desinfetante padronizado. Não é necessário tempo de espera para reutilizar a sala após a limpeza. Ao final do dia, deverá ser realizada limpeza terminal. É recomendado que a instituição tenha um protocolo para manter a higiene do aparelho de anestesia, tanto para sua parte externa quanto interna, seguindo orientações do fabricante, constantes no manual do equipamento. Em procedimentos a serem realizados em pacientes com suspeita/confirmação de covid-19, os circuitos ventilatórios devem ser protegidos com filtros viral/bacteriano e filtro tipo HMEF (1 filtro bacteriano/viral conectado no ramo inspiratório e 1 filtro bacteriano/viral conectado no ramo expiratório).



- Tubos corrugados e conectores devem ser trocados a cada paciente
- Como recomendação adicional, a critério do SCIH/CCIH de cada instituição, o aparelho de anestesia pode ser protegido
 por uma capa plástica transparente que evita o acúmulo de secreções e sangue na superfície da mesa de trabalho, botões de
 controles de fluxo, telas de monitores e outros componentes. No entanto essa capa deve ser trocada a cada paciente,
 bem como as superfícies do equipamento devem ser limpas e
 desinfetadas.

Fonte: Associação Brasileira dos Profissionais em Controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar, Sociedade Brasileira de Infectologia, Sociedade Brasileira de Anestesiologia, Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva, Associação de Medicina Intensiva Brasileira, ColégioBrasileiro de Radiologia, Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia e Associação Médica Brasileira. Março de 2020 (atualizado em novembro de 2022)

ANEXO 4 - MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONORAVÍRUS (SARS-CoV-2) - COVID-19 NA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA.

A assistência odontológica apresenta um alto risco para a disseminação do vírus SARS-CoV-2 pela

alta carga viral presente nas vias aéreas superiores dos pacientes infectados; devido à grande

possibilidade de exposição aos materiais biológicos, proporcionada pela geração de gotículas e

aerossóis, e pela proximidade que a prática exige entre profissional e paciente. Outros fatores a serem

considerados são a inviabilidade dos pacientes realizarem exames para diagnóstico da covid-19

prévio ao atendimento e a evidência de transmissão pelos pacientes assintomáticos, imprimindo a

necessidade de que os cuidados essenciais à prática segura sejam direcionados a todos os pacientes

que procuram a assistência odontológica.

Observa-se que apesar de alguns estudos indicarem uma baixa prevalência de infecção por covid-19

em cirurgiões-dentistas, esses resultados não estão associados a uma baixa transmissibilidade da

doença ou ao baixo risco da atividade profissional, mas à adoção de medidas preventivas e de controle

das Infecções Relacionadas à Assistência - IRAS e infecção por covid-19.

Tendo em vista o risco ainda presente de disseminação da covid- 19, observa-se que as

recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS, em 13 de janeiro de 2023) do Centro para

o Controle e Prevenção de Doenças (CDC-EUA, em 23 de setembro de 2022) e do National Health

Service (NHS-Reino Unido, em 22 de setembro de 2022 e 25 de janeiro de 2023) apontam para uma

avaliação de risco do atendimento pelo profissional, com o objetivo de preservar a segurança da

equipe de saúde bucal e dos pacientes. Dessa forma, algumas das estratégias elencadas para a prática

profissional incluem a triagem prévia à distância, a realização de teleconsultas e a manutenção das

medidas para prevenção e controle da transmissão da covid-19 nesses serviços de saúde. Nesse

sentido, a Resolução CFO-226, de 04 de junho de 2020, do Conselho Federal de Odontologia-CFO

regulamenta o exercício da Odontologia à distância.

Assim, cabe ao cirurgião-dentista/gestor do serviço de saúde avaliar e determinar os procedimentos

e fluxos para atendimento aos pacientes nos serviços odontológicos, considerando as recomendações

e determinações vigentes das autoridades de saúde

pública e dos órgãos competentes; as melhores evidências científicas e as boas práticas de

funcionamento nesses serviços; em especial, aquelas relacionadas àprevenção e controle de infecção

nos serviços odontológicos e à avaliação dos fatores de risco relacionados ao paciente, à estrutura,

recursos humanos e insumos disponíveis, conforme preconizados pela RDC nº 63/2011 e RDC nº

36/2013.

A instituição de barreiras de segurança (protocolos, normas e rotinas, procedimentos operacionais

padrão, fluxogramas, dentre outros) constitui uma das principais práticasseguras nos serviços de

saúde e figuram, no momento, como importante aliada para aaplicação das boas práticas nos serviços

odontológicos; padronizando as condutas dasequipes de saúde bucal e tornando os processos de

trabalho mais seguros, para os profissionais e pacientes.

Dessa forma, reitera-se o caráter orientativo desta Nota Técnica junto aos profissionais de saúde,

considerando a autonomia da gestão dos serviços de saúde na definição demedidas mais rigorosas de

prevenção e controle a serem aplicadas no âmbito dos seusserviços e as atribuições dos gestores

municipais, estaduais e do Distrito Federal, que de acordo com a Lei nº 8080/90, podem legislar de

forma mais restritiva sobre os serviços de saúde.

A- Orientações Gerais:

1. Observar o conjunto das recomendações que constam nessa Nota Técnica, uma vez que as

evidências científicas disponíveis demonstram que, até o momento, não há uma única medida

isolada que seja eficiente em prevenir e controlar a covid-19 em serviços de saúde, incluindo

aqueles de assistência odontológica.

2. Seguir as precauções padrão, considerando as práticas mínimas de prevenção deinfecções que

se aplicam a todo paciente, independente do status de infecção suspeitaou confirmada. **Tendo como**

base o alto risco para a disseminação do SARS-CoV-2 na assistência odontológica,

recomendamos ainda a adoção de precauções para contato e para aerossóis, somados às

precauções padrão, para todos os atendimentos odontológicos.

3. Atentar para a importância de assegurar a qualidade e renovação do ar, de forma a estabelecer

ambientes mais seguros, considerando as formas de transmissão da covid- 19 e os protocolos de

climatização do ar vigentes na ABNT NBR 7256 - Tratamento de ar em estabelecimentos

assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações. Recomenda-se a

utilização de sistema de climatização com exaustão e/ou a manutenção das janelas abertas, a fim de

garantir a renovação do ar nos ambientes. A adoção de outras medidas e dispositivos que promovam

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (Sars-Cov-2) – 31/03/2023

a circulação do ar ou a redução das partículas em suspensão é recomendável, desde que avaliadas junto a profissional habilitado; estejam de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes e os dispositivos possuam registro junto à Anvisa.

4. Observar a importância dos procedimentos de limpeza e desinfecção das superfícies.

5. Seguir os procedimentos de limpeza e desinfecção descritos nesta Nota Técnica(*Precauções a serem adotadas por todos os serviços de saúde durante a assistência*), com as devidas adaptações aos ambientes dos consultórios odontológicos. Além das orientações desse documento, a Anvisa também disponibiliza a publicação *Manual de Segurança do Paciente: limpeza e desinfecção de superficies*, disponível no link: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-de-limpeza-e-desinfeccao-de-superficies.pdf/view

- 6. Enquadrar todos os resíduos provenientes da assistência odontológica na categoria A1, conforme Resolução RDC/Anvisa nº 222, de 28 de março de 2018 (vide Precauçõesa serem adotadas por todos os serviços de saúde durante a assistência Tratamento de Resíduos).
- 7. O processamento de produtos para a saúde deve ser realizado de acordo com as características, finalidade de uso, orientação dos fabricantes e com os métodos escolhidos. Além disso, devem ser seguidas as determinações previstas na RDC nº 156, de 11 de agosto de 2006, que dispõe sobre o registro, rotulagem e reprocessamento de produtos médicos e na RDC nº 15, de 15 de março de 2012, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências (vide Precauções a serem adotadas por todos os serviços de saúde durante a assistência).
- 8. A higienização frequente das mãos com água e sabonete líquido OU preparaçãoalcoólica (70%) é um dos pilares da prevenção e controle de infecções nos serviços de saúde e figura como uma das principais medidas para prevenir e controlar a disseminação do SARS-CoV-2 nesses ambientes. Para a execução do procedimento, devem ser observadas a frequência, técnicas corretas, além da disponibilização de infraestrutura e insumos, conforme estabelecido RDC Anvisa nº 42, de 25 de outubro de 2010 (vide *Precauções a serem adotadas por todosos serviços de saúde durante a assistência*). A OMSestabeleceu, em 2012, os 5 momentos para a higienização das mãos, nos consultóriosodontológicos (Figura 1). Publicações e materiais sobre higiene das mãos encontram- se disponíveis no portal eletrônico da Anvisa: https://www.gov.br/anvisa/pt-

br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/higiene-das-maos.

9. Adotar/Estabelecer protocolos clínicos e de organização de serviço, bem como as demais

barreiras de segurança mais adequadas para orientar a assistência odontológica durante a pandemia

de covid-19, considerando critérios clínicos, evidências científicas, os cenários epidemiológicos

locais, legislações sanitárias e recomendações vigentes das autoridades de saúde pública.

10. As Equipes de Saúde Bucal que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de

Saúde da Família (USF) e Unidades Odontológicas Móveis (UOM), assim como os demais

profissionais de saúde bucal inseridos nos Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) ou em

outros serviços da atenção especializada odontológica devem se qualificar visando compreender os

fluxos e protocolos a serem seguidos, almejando uma melhoria da organização dos serviços. Assim,

o Ministério da Saúde desenvolveu um Guia que reúne um conjunto de orientações para subsidiar a

reorganização da atenção em saúde bucal, tendo em vista a necessidade de mitigação dos riscos

individuais e coletivos envolvidos na assistência odontológica no contexto da covid-19, disponível

em

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia orientacoes atencao odontologica covi

d.pdf

11. Certificar-se de que as medidas a serem adotadas para prevenir e controlar a disseminação do

SARS-CoV-2 sejam de conhecimento de toda a equipe de saúde bucal. Por isso é, essencial à

instituição das barreiras de segurança, o envolvimento de todos na elaboração dos documentos, de

forma a promover uma maior segurança aos processos de trabalho.

12. Observar as legislações vigentes e recomendações dos órgãos competentes, referentes às

medidas a serem adotadas para a preservação da saúde da equipe de saúde bucal e redução do risco

de disseminação da covid-19 e de outras doenças respiratórias nos serviços de saúde, incluindo

esquema vacinal completo para todos os profissionais de saúde envolvidos na assistência

odontológica, bem como a vigilância e monitoramento de casos entre os profissionais.

13. Este documento, bem como as outras notas técnicas, alertas, legislações, guias, manuais e

demais publicações da Anvisa, relacionadas à melhoria da qualidade e segurança do Paciente nos

serviços de saúde, encontram-se disponíveis no Portal da Anvisa: https://www.gov.br/anvisa/pt-

br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020
ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA
AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (Sars-Cov-2) – 31/03/2023

Figura 1. Descrição dos 5 Momentos para Higienização das mãos no atendimento odontológico.



Fonte: Souza, Weber Sobrinho, Tipple; 2021 (Adaptado de WHO, 2012; OMS, 2014).

* Orientações no pré-atendimento aos pacientes:

1. Dar preferência à realização de triagem prévia de pacientes com sintomas respiratórios (tosse,

dor de garganta, falta de ar), ou em contato com indivíduos que apresentaram sintomas nos últimos

10 dias ou ainda em isolamento após confirmação de diagnóstico de covid-19 em até 10 dias, bem

como ao agendamento das consultas, por meio de chamadas telefônicas, aplicativos de mensagens ou

videoconferência.

2. Programar agendamentos espaçados, a fim de permitir a execução cuidadosa dos

procedimentos preconizados para a prevenção e controle das infecções em consultórios

odontológicos.

3. Orientar que os pacientes não levem acompanhantes para a consulta, exceto nos casos em que

houver necessidade de assistência (por exemplo, pacientes pediátricos, pessoas com necessidades

especiais, pacientes idosos, etc.), devendo nestes casos ser recomendado apenas um acompanhante.

Em relação ao uso de máscaras por pacientes e acompanhantes nos serviços de saúde, a orientação

deve estar de acordo com o perfil epidemiológico, risco individual e determinações das autoridades

sanitárias dos municípios onde estão localizados.

4. Dispor cadeiras na sala de espera com pelo menos 1m de distância entre as mesmas e quando

aplicável (grandes espaços), colocar avisos sobre o distanciamento nas cadeiras, de forma intercalada.

5. Divulgar, junto aos pacientes e acompanhantes, de forma a instruí-los, as recomendações,

conhecidas como medidas de precaução para problemas respiratórios (etiqueta respiratória),

manutenção de distanciamento físico apropriado (pelo menos a 1 metro de distância), e demais

medidas recomendadas pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco de disseminação da

covid-19.

6. Orientar todos os profissionais de saúde bucal a não utilizarem adereços como anéis, pulseiras,

cordões, brincos e relógios em horário de trabalho, bem como a adotarem em todos os ambientes do

serviço de saúde as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde pública para prevenir a

disseminação da covid-19.

7. Utilizar barreiras físicas e avisos de distanciamento para a proteção de profissionais que atuam

na recepção e no acolhimento dos pacientes.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020

ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA
AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) – 31/03/2023

8. Os profissionais que atuam na recepção do serviço devem ser orientados a manter o

distanciamento seguro (1 metro) e a realizar frequentemente a higiene das mãos.

B. Consultório Odontológico/ Ambulatório:

1. Manter o ambiente limpo e seco irá ajudar a reduzir a persistência do SARS-CoV-2 em

superficies.

2. O uso de Equipamento de Proteção Individual- EPI deve ser completo para todos os

profissionais de saúde bucal durante a assistência direta ao paciente, conforme lista abaixo:

- Gorro descartável

- Máscara N95/PFF2 ou equivalente

- Óculos de Proteção com protetores laterais sólidos

- Capote ou avental de mangas longas e impermeável (estrutura impermeável e seguir as especificações

definidas pela ABNT NBR 16693: 2022)

- Luvas

3. O capote ou avental deve ter mangas longas, punho de malha ou elástico e abertura posterior.

Além disso, deve ser confeccionado de material de boa qualidade, atóxico, hidro/hemorrepelente,

hipoalérgico, com baixo desprendimento de partículas e resistente, proporcionar barreira

antimicrobiana efetiva (Teste de Eficiência de Filtração Bacteriológica - BFE), além de permitir a

execução de atividades com conforto e estar disponível em vários tamanhos. As luvas e capote ou

avental devem ser removidose descartados como resíduos infectantes após a realização de cada

atendimento.

4. É importante ressaltar que a máscara N95/PF ou equivalente com válvula expiratória NÃO

deve ser utilizada na assistência odontológica, pois ela permite a saída do ar expiradopelo profissional que,

caso esteja infectado, poderá contaminar pacientes e o ambiente assistencial.

5. Não é indicado o uso de máscara cirúrgica sobre a máscara N95/PFF2 ou equivalente.

6. O tempo de uso das máscaras deve seguir a recomendação do fabricante.

7. Recomenda-se que os profissionais de saúde bucal sigam a sequência padrão de paramentação e desparamentação descritas abaixo:

Sequência de Paramentação:

- 1. Higienizar as mãos
- 2. Colocar o Avental
- 3. Colocar a Máscara N95/PFF2
- 4. Colocar Gorro
- 5. Colocar o Óculos
- 6. Higienizar as mãos
- 7. Colocar as Luvas

Para obter instruções sobre como colocar as máscaras, bem como para realizar os testes de vedação da N95/PFF2, sugerimos a observação do vídeo https://youtu.be/G tU7nvD5BI.

8. Considerando que, uma das principais vias de contaminação do profissional de saúde é no momento de desparamentação, é fundamental que todos os passos de higiene de mãos entre a retirada de cada EPI sejam rigorosamente seguidos.

Sequência de Desparamentação:

- 1. Retirar as Luvas
- 2. Retirar o Avental
- 3. Higienizar as mãos.
- 4. Retirar o **Óculos**
- 5. Retirar o Gorro
- 6. Higienizar as mãos.
- 7. Retirar a Máscara N95/PFF2
- 8. Higienizar as mãos.
- 9. Para reduzir o risco com a desparamentação, podem ser mantidos o gorro e a máscara facial em atendimentos sequenciais.

10. Após cada atendimento, fazer a limpeza com água e sabão e desinfecção dos óculos. Na

eleição do desinfetante, observar a compatibilidade dos materiais e recomendações dos fabricantes.

11. Devem ser observadas as condições ideais para o uso, manipulação, acondicionamento,

armazenamento e descarte de EPI (vide Precauções a serem adotadas por todos os serviços de

saúde durante a assistência).

12. A utilização de duas luvas com objetivo de reduzir risco de contaminação no processo de

desparamentação não está indicada, pois pode passar a falsa sensação de proteção, já que é sabido

o potencial de contaminação através de microporos da superficie da luva, além de tecnicamente

poder dificultar o processo de remoção. As medidas mais eficientes para prevenir a

contaminação do profissional em todo o processo de desparamentação, incluindo a retirada

das luvas, são a higiene das mãose o cumprimento de todos os passos recomendados.

13. Evitar circular paramentado em outros ambientes.

14. Durante a permanência em áreas adjacentes ao ambiente clínico, os profissionais de saúde

bucal devem manter o distanciamento físico e realizar frequentemente a higiene das mãos.

15. A fim de reduzir a quantidade de saliva na cavidade bucal e estímulo à tosse, deve ser

realizada, a aspiração contínua da saliva residual. Preferencialmente, deve ser utilizado o sistema

de sucção de alta potência (bomba a vácuo), por minimizar a formação de aerossóis.

16. Sempre que possível, trabalhar a quatro (4) mãos.

17. No início da pandemia da covid-19, a utilização prévia de colutórios aos procedimentos

odontológicos, como o peróxido de hidrogênio e o gluconato de clorexidina, era orientada por

alguns estudos, com o objetivo de reduzir a carga viral doSARS-CoV-2. Posteriormente, esta

recomendação não foi sustentada por estudos clínicos e por isso, não consta na atualização deste

documento.

18. Outras medidas devem ser adotadas para minimizar a geração de aerossóis, gotículas,

respingos salivares e de sangue, tais como:

Colocar o paciente na posição mais adequada possível.

- Utilizar isolamento absoluto (sempre que possível), para reduzir a dispersão de gotículas e aerossóis.
- 19. Esterilizar em autoclave todos os instrumentais considerados semicríticos e críticos, inclusive instrumentos rotatórios, a exemplo das turbinas/canetas de alta e baixa rotação.
- 20. Atentar para que apenas produtos para saúde (PPS) designados para uso fiquem expostos no ambiente clínico. Caso não sejam utilizados, deverão ser reprocessados ou descartados.
- 21. Depois do atendimento devem ser realizados os procedimentos adequados de limpeza e desinfecção de superfícies. É indicada a limpeza e desinfecção concorrente das superfícies do consultório odontológico entre os atendimentos e ao final do dia, deverá ser realizada limpeza terminal. Para a execução das mesmas, devem ser seguidos os procedimentos recomendados nessa Nota Técnica (vide Precauções a serem adotadas por todos os serviços de saúde durante a assistência) e dispensada atenção especial às superfícies que provavelmente estão contaminadas, incluindo aquelas próximas ao paciente: refletor e seu suporte, cadeira odontológica, mocho, painéis, mesa com instrumental e demais superfícies frequentemente tocadas nos ambientes do consultório/ambulatório, incluindo maçanetas, superfícies de móveis da sala de espera; interruptores de luz, corrimões, superfícies de banheiros, dentre outros. A descontaminação das superfícies internas das mangueiras que compõem o sistema de sucção e da cuspideira deve ser realizada ao término de cada atendimento. Recomenda-se ainda cuidado adicional com os sistemas de sucção e cuspideiras que podem apresentar refluxo. Além disso, devem ser incluídos nos protocolos e procedimentos de limpeza e desinfecção os equipamentos eletrônicos de múltiplo uso (ex: tensiômetros/ esfigmomanômetros, termômetros, dentre outros), bem como os itens e dispositivos usados durante a prestação da assistência ao paciente. Utilize preferencialmente um tecido descartável com o desinfetante padronizado. Quando realizada a limpeza concorrente, não é necessário tempo de espera para reutilizar a sala após o procedimento, porém, se possível, sugere-se que o ambiente seja arejado, ao término de cada atendimento, durante o tempo de limpeza.

C1. Consultórios Odontológicos Coletivos:

1. Todas as orientações gerais, para pré-atendimento e aquelas direcionadas à assistência nos consultórios odontológicos/Ambulatórios (Itens A, B e C) são aplicáveisa esses serviços.

2. Devido aos riscos ampliados de uma contaminação cruzada associada aos aerossóis produzidos

durante o atendimento simultâneo, recomendamos fortemente que sejam inseridas entre os equipos,

divisórias até a altura do teto, de material liso, impermeável e de fácil limpeza e desinfecção. As

divisórias devem ser submetidas a processos de limpeza e desinfecção diários.

3. A limpeza concorrente e a terminal das superfícies e de todos os ambientes devem ser criteriosas,

seguindo os procedimentos recomendados nessa Nota Técnica.

4. Enfatizamos que não há, até o momento, referenciais baseados em evidências dedistanciamento

seguro entre os equipos para realização dos procedimentos produtoresde aerossóis. Dessa forma, além

das barreiras físicas (divisórias) entre os equipos, ressaltamos a importância de assegurar a qualidade

e renovação do ar (vide item A- Orientações Gerais), da adoção de medidas para redução dos

aerossóis, bem como do estabelecimento de fluxos de atendimentos que reduzam os riscos de

contaminação cruzada entre profissionais e pacientes nesses ambientes.

C. <u>Ambiente hospitalar/Leitos e Unidades de Terapia Intensiva (UTI)/ Coorte</u>:

Na execução de procedimentos odontológicos em ambiente hospitalar/ Leitos e Unidades de Terapia

Intensiva (UTI), orientamos:

1. Que seja observado o conjunto de recomendações gerais, no pré-atendimento a pacientes, bem

como aquelas direcionadas à assistência odontológica nos consultórios/ambulatórios (itens A, B e C)

para prevenção e controle da covid-19.

2. Procedimentos geradores de aerossóis em pacientes suspeitos ou confirmados para covid-19

podem ser, alternativamente, realizados em salas com pressão negativa ou salas fechadas com pessoal

e material limitados.

3. Com relação ao Protocolo de Higiene Bucal em UTI, recomenda-se:

3.1 A higiene bucal de todos os pacientes em UTI deve ser mantida, incluindo aqueles com

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) – 31/03/2023

Intubação Orotraqueal- IOT/traqueostomia. A higiene bucal faz parte do pacote de medidas para prevenção de Pneumonia associada à Ventilação Mecânica (PAV), sendo recomendadas as orientações do Manual de Prevenção de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde Anvisa protocolo do POP-HB da **AMIB** (disponível http://www.amib.org.br/fileadmin/user_upload/amib/2019/novembro/29/2019_POP_HI GIENE BUCAL HB EM PACIENTES INTERNADOS EM UTI ADULTO.pdf).

3.2 Os dispositivos protéticos bucais, devem ser higienizados com água e sabão neutro, desinfetados com Hipoclorito de sódio a 1% ou álcool a 70% e entregues a um responsável. Em caso da necessidade de uso, determinada pelo cirurgião-dentista, a (s) prótese (s) deverá (ão) ser entregues com antecedência à equipe de assistência para higiene e desinfecção, em conformidade com o protocolo de cada hospital.

REFERÊNCIAS:

- 1. Allison J R et al. Evaluating aerosol and splatter following dental procedures: Addressing new challenges for oral health care and rehabilitation. Journal of oral rehabilitation 48.1: 61-72, 2021.
- 2. American Dental Association (ADA). Return to Work Interim Guidance Toolkit [Internet]. Chicago: American Dental Association;2020.
- 3. Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO). Consenso ABENO: Biossegurança no Ensino Odontológico Pós pandemia da covid-19. Porto Alegre, RS:ABENO; 03 jul 2020. [acesso em 23 jan 2023]. Disponível em https://abeno.org.br/abeno-files/downloads/retomada-de-praticas-seguras-no-ensino-odontologico.pdf.
- 4. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). ABNT NBR 7256 Tratamentode ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) Requisitos para projeto e execução das instalações. Rio de Janeiro: ABNT; 2005.
- 5. Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), Departamento de Odontologia e Departamento de Enfermagem. Procedimento Operacional Padrão (POP)- Higiene Bucal (HB) em pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulto [Internet]. São Paulo: Associação de Medicina Intensiva Brasileira; 27 out 2021 [acesso em 28 de janeiro de 2023]. Disponível em https://www.amib.org.br/wp-content/uploads/2022/06/POP HB ADULTO AMIB 2021-1.pdf
- 6. Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), Departamento de Odontologia e Departamento de Enfermagem. Procedimento Operacional Padrão (POP)- Higiene Bucal (HB) em pacientes internados em UTI neonatal/pediátrica [Internet]. São Paulo: Associação de Medicina Intensiva Brasileira; 27 out 2021[acesso em 28 de janeiro de 2023]. Disponível em https://www.amib.org.br/wp-content/uploads/2022/06/POP_UTI_NEO-PED_AMIB 2021.pdf
- 7. Araujo, MWB et al. COVID-19 among dentists in the United States: A 6-month longitudinal report of accumulative prevalence and incidence. The Journal of the American Dental Association 152.6 (2021): 425-433.
- 8. Barreto ACB et al. Contaminação do ambiente odontológico por aerossóis duranteatendimento clínico com uso de ultrassom. Braz J Periodontol, v. 21, n. 2, p. 79-84, 2011.
- 9. Brasi. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, 20 set 1990.
- 10. Brasil. Agência Nacional de Vigilancia Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa RDC n°. 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jul 2013.
- 11. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 42, de 25 de outubro de 2010: dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 out 2010.
- 12. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

Diário Oficial da União, 28 nov 2011.

- 13. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº. 222 de 28 de março de 2018: Dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas de Gerenciamento dosResíduos de Serviços de Saúde. Diário Oficial da União, 29 mar 2018.
- 14. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial Doença pelo Novo Coronavírus COVID 19. Semana Epidemiológica 33-14/8/2022 a 20/8/2022; Nº127.Disponível em: Boletins Epidemiológicos COVID-19 Português (Brasil) (www.gov.br).
- 15. Brasil.Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família, Coordenação- Geral de Saúde Bucal. Guia de Orientações para Atenção Odontológica no contexto da covid-19. 2° ed.Versão Preliminar; [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde(MS); 2022. [acesso em 28 jan. 2023]. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/guia-de-orientacoes-para-atencao-odontologica-no-contexto-da-covid-19/view.
- 16. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica Emergência de Saúde Pública de importância Nacional pela doença pelo Coronavírus 2019. Brasília: MS, 2021 [revisada em 13 jul 2022; acesso em 23 ago 2022]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/t-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/coronavirus/guia-de-vigilancia-epidemiologica-covid-19">2021.pdf/view</u>.
- 17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral de Vigilância das Síndromes Gripais. Brasília: MS; 2022. Nota Técnica nº 10/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS. [acesso em 07 mar. 2023]. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-no-10-2022-cggripe-deidt-svs-ms.
- 18. Carvalho JC. Declerck D. Jacquet W.Bottenberg, P. (2021). Dentist related factors associated with implementation of COVID-19 protective measures: A national survey. International Journal of Environmental Research and Public Health, 18(16), 8381.
- 19. Center for Disease Control and Prevention (CDC).Interim Infection Prevention and Control Recommendations for Healthcare Personnel During the Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Pandemic. [Internet]. Atlanta: Center for Disease Control and Prevention; 2020 [revised 2022 sep 23; cited 2023 jan 27]. Disponível em https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/infection-control-recommendations.html.
- 20. Conselho Federal de Odontologia (CFO), Conselho Regional de Odontologia. Odontologia Sempre bem protegida, para bem proteger: covid-19 e Odontologia Medidas para aumentar a segurança de pacientes e profissionais.[Internet]. Brasília:Conselho Federal de Odontologia (CFO); 2020 [acesso em 23 jan 2023].Disponível em https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2020/12/E-Book-CFO-Vers%C3%A3o-Dezembro-2020.pdf.
- 21. Diegritz C et al. A detailed report on the measures taken in the Department of Conservative Dentistry and Periodontology in Munich at the beginning of the covid-19 outbreak. Clinical oral investigations, v. 24, n. 8, p. 2931-2941, 2020.
- 22. Discacciati, JAC et al. Verificação da dispersão de respingos durante o trabalho docirurgião-dentista. Revista Panamericana de Salud Pública 3: 84-87, 1998.
- 23. Gama ZAS, Saturno PJ. A segurança do paciente inserida na gestão da qualidadedos serviços de saúde. In: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Assistência segura:uma reflexão teórica aplicada à prática. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 2013. p. 29-40.
- 24. Harrel SK, Molinari J. Aerosols and splatter in dentistry: a brief review of the literature and infection control implications. The Journal of the American Dental Association, 135(4), 429-437, 2004.
- 25. Liang T; Cai H; Chen Y; Fang Q; Han W; Hu S; Lij I, Li T; Lu X; Qu T; Shen Y; Sheng J; Wang H; Wei G; Xu K; Zhao X; Zhong Z; Zhou J. Treatment of secretions in Linger, T., editor-in-chief. Handbook of covid-19 Prevention and Treatment. [Internet]. Hangzhou: Zhejiang University School of Medicine; 2020 [cited 2023 jan 20].
- 26. Holliday R et al. Evaluating contaminated dental aerosol and splatter in an open plan clinic environment: Implications for the covid-19 pandemic. Journal of dentistry, v. 105, p. 103565, 2021.
- 27. Madathil S et al. The incidence of COVID-19 among dentists practicing in the community in Canada: A prospective cohort study over a 6-month period. The Journal of the American Dental Association 153.5 (2022): 450-459.
- 28. Meng L, Hua F, Bian Z. Coronavirus Disease 2019 (covid-19): Emerging and FutureChallenges for dental and Oral Medicine. Journal of dental Research. *99*(5): 481-487.
- 29. National Health Service(NHS). National infection prevention and control manual for England. [Internet]. England(UK): National Health Service; 2022 [revised 2023 jan 25; cited 2023 jan 27]. Disponível em https://www.england.nhs.uk/wp-content/uploads/2022/04/National-infection-prevention-and-control-manual-v2-4-250123.pdf.
- 30. National Health Service(NHS). Dental framework Supporting Guidance for Primary and Community Care Dental Settings. [Internet]. England(UK): National Health Service; 2022 [revised 2022 sep 22; cited 2023 jan 27]. Disponível em https://www.england.nhs.uk/publication/national-infection-prevention-and-control/.
- 31. Organização Mundial da Saúde. SALVE VIDAS: Higienize suas Mãos/ Organização Mundial da Saúde- Higiene das Mãos na Assistência à Saúde Extra-hospitalar e Domiciliar e nas Instituições de Longa Permanência Um Guia para

- a Implementação da Estratégia Multimodal da OMS para a Melhoria da Higiene das Mãos e da Abordagem "Meus 5 Momentos para a Higiene das Mãos"; tradução de OPAS Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2014. 73 p.
- 32. Peng X, Xu X, Li Y, Cheng L, Zhou X, Ren B. Transmission routes of 2019 –nCoV and controls in dental practice. International Journal of Oral Science, 2020 Mar 03; 12(9). DOI: 10.1038/s41368-020-0075-9.
- 33. Shah S. covid-19 and paediatric dentistry-traversing the challenges. A narrative review. Annals of Medicine and Surgery, 2020.
- 34. Souza FB, Weber Sobrinho CR, Tipple AFV. Higiene das mãos na prática odontológica. In: Souza, F. B et al. Biossegurança: o essencial para a prática clínica. Santana de Parnaíba: Manole; 2021.p. 48-64.
- 35. Word Health Organization (WHO). Cleaning and disinfection of environmental surfaces in the context of covid-1: scientific brief. Genebra: Who, 2020 May 15.Disponível em https://www.who.int/publications/i/item/cleaning-and-disinfection-of-environmental-surfaces-inthe-context-of-covid-19
- 36. Word Health Organization (WHO). Coronavirus disease (covid-19): How is it transmitted? [Internet]. Genebra: Who; 2021. Disponível em https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/coronavirus-disease-covid-19-how-is-it-
- transmitted#:~:text=Current%20evidence%20suggests%20that%20the,%2C%20speak%2C%20sing%20or%20breathe.
- 37. Word Health Organization (WHO). Infection prevention and control in the context of coronavirus disease (COVID-19): A living guideline, 13 jan, 2023 [Internet]. Genebra: Who; 2023. Disponível em https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-ipc-guideline-2023.1.
- 38. Word Health Organization (WHO). Transmission of Sars-CoV-2- implications for infection prevention precautions: scientific brief. Genebra: Who, 2020 Ju Disponível em https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/transmission-of-sars-cov-2-implications-for-infection-prevention-precautions.
- 39. Word Health Organization (WHO). Hand hygiene in outpatient and home-based care and long-term care facilities: a guide to the application of the WHO multimodal hand hygiene improvement strategy and the "My Five Moments For Hand Hygiene" approach. Genebra: Who, 2012. Disponível em https://www.who.int/publications/i/item/9789241503372.
- 40. White SC, MJ. Radiologia Oral: Fundamentos e Interpretação. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ANEXO 5 - CUIDADOS COM O CORPO APÓS A MORTE

Nota: As recomendações previstas nesta Nota Técnica, relacionadas ao manejo de corpos após a morte dentro dos serviços de saúde, seguem as orientações previstas no Guia da Organização Mundial de Saúde (OMS): Infection Prevention and Control for the safe management of a dead body in the context of covid-19, publicado no dia 24 de março de 2020, disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331538/WHO-covid-19-IPC DBMgmt-2020.1-OBJ OBJ OBJ obj de ов де ов eng.pdf, ^{OBJ}em of-a-deadbody-in-the-context-of-covid-19-interim-guidance, com algumas adaptações para arealidade do nosso país.https://www.who.int/publications/i/item/infection-prevention-and-control-for-the-safeof-a-dead-body-in-the-context-of-covid-19-interim-guidance, managementalgumas com adaptações para a realidade do nosso país.

Todas as recomendações referentes ao manejo de corpos após a morte, **fora dos serviços de saúde**, foram excluídas desta Nota Técnica, pois devem ser seguidas as orientações publicadas pelo Ministério da Saúde, no documento: Manejo de corpos no contexto da doençacausada pelo coronavírus SARS-CoV-2 covid-19 e suas atualizações, e outras orientações publicadas pelas autoridades de saúde locais.

Os princípios das precauções padrão e precauções baseadas na forma de transmissão devem continuar sendo seguidos para o manuseio do corpo após a morte. Isso ocorre devido ao risco contínuo de transmissão infecciosa por contato, embora o riscoseja geralmente menor do que para pacientes ainda vivos.

Nesse sentido, todos devem implementar precauções padrão e adicionalmente utilizar EPIs apropriados de acordo com o nível de interação que os profissionais tiverem com o cadáver. As medidas de prevenção e controle de infecção devem ser implementadas paraevitar ou reduzir ao máximo a transmissão de microrganismos.

Como já foi dito anteriormente, sabe-se até o momento que o SARS-CoV-2 é transmitido

principalmente por meio de gotículas respiratórias e também pelo contato direto com pessoas

infectadas ou indireto por meio das mãos, objetos ou superfícies contaminadas. Desta forma,

enfatizamos a importância da higiene das mãos (água e sabonete líquido OU preparações alcoólicas),

da limpeza e desinfecção de superfícies ambientais e de instrumentais utilizados em procedimentos,

bem como, a importância da utilização correta dos EPIs. Informações como: requisitos dos EPIs e

limpeza e desinfecção de superficies, também são descritos em outras partes desta NotaTécnica.

Considerando as evidências, já citadas nesta Nota Técnica, que respaldam os critérios para

descontinuar precauções e isolamento em pacientes com covid-19 confirmada, entendemos que o

manejo de cadáveres, dentro do serviço de saúde, deve obedecer as mesmas recomendações

para precauções adotadas para o manejo do paciente vivo.

Sendo assim, podem ocorrer duas situações:

1. Caso o paciente já tenha cumprido todos os critérios para descontinuar precauçõesadicionais

e isolamento para covid-19 no serviço de saúde, descritos nessa nota técnica, e venha a

falecer, ou seja, as precauções adicionais e isolamento para covid-19 já estavam suspensas

antes do falecimento, Não é necessário implementar novamente as precauções adicionais

para o manejo do corpo. Desta forma, deve-se seguir a rotina normal para manejo de corpos

estabelecida pelo serviço de saúde. Assim, não é porque o paciente teve confirmação de

covid-19 que as recomendações de cuidados adicionais devem ser mantidas indefinidamente.

2. Caso o paciente ainda estava sob precauções adicionais e isolamento para covid-19 quando

faleceu, o serviço de saúde deve continuar adotando as precauções adicionais para o manejo

do corpo e seguir as recomendações descritas abaixo, que se aplicam especificamente a esse

caso.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) -31/03/2023

Preparação e acondicionamento do corpo para transferência do quarto ou área de

coorte (isolamento) para necrotério (específicas para paciente que tenha falecido

ainda em período de isolamento para covid-19).

• A dignidade dos mortos, sua cultura, religião, tradições e suas famílias devem ser respeitadas.

• O preparo e o manejo apressados de corpos de pacientes com covid-19 devem ser evitados.

• Todos os casos devem ser avaliados, equilibrando os direitos da família, a necessidade de

investigar a causa da morte e os riscos de exposição à infecção.

Durante os cuidados com o cadáver, só devem estar presentes no quarto/box ou áreade coorte

(isolamento), os profissionais estritamente necessários e todos devem utilizar os EPI indicados e ter

acesso a recursos para realizar a higiene das mãos com água e sabonete líquido OU preparação

alcoólica (higiene das mãos antes e depois da interaçãocom o corpo e o meio ambiente).

• Todos os profissionais que tiverem contato com o cadáver, devem usar:

o óculos de proteção ou protetor facial (face shield);

máscara cirúrgica;

o avental ou capote (usar capote ou avental impermeável caso haja risco decontato

com volumes de fluidos ou secreções corporais) e

luvas de procedimento.

Observação: Se for necessário realizar procedimentos que podem gerar aerossóis, comoa extubação

orotraqueal, o profissional deve usar adicionalmente o gorro descartável e trocar a máscara cirúrgica

pela máscara N95/PFF2 ou equivalente.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) -31/03/2023

Os tubos, drenos e cateteres devem ser removidos do corpo, tendo cuidado especialpara evitar

a contaminação durante a remoção de cateteres intravenosos, outros dispositivos cortantes e do tubo

endotraqueal.

• Descartar imediatamente os resíduos perfuro cortantes em recipientes rígidos, à prova de

perfuração e vazamento e com o símbolo de resíduo infectante.

• Recomenda-se desinfetar e tapar/bloquear os orifícios de drenagem de feridas e punção de

cateter com cobertura impermeável.

Limpar as secreções nos orifícios orais e nasais.

Tapar/bloquear orificios naturais do cadáver (oral, nasal, retal) para evitar extravasamento de

fluidos corporais.

A movimentação e manipulação do corpo deve ser a menor possível.

• Embrulhar o corpo em tecido e transferir o corpo para o necrotério, assim que possível.

Observação: O uso de saco para cadáver pode ser recomendado em alguns casos:

- Quando houver risco de extravasamento dos fluidos corporais.

- Para procedimentos pós-autópsia (verificar recomendações do Ministério da Saúde sobre

autópsia e outras orientações publicadas pelas autoridades de saúde locais).

- Para facilitar o transporte e armazenamento de corpos fora da área de necrotério

- Para gerenciar um grande número de cadáveres.

• Quando for indicado o uso de saco para cadáver, usar saco impermeável à prova de vazamento

e selado. Desinfetar a superfície externa do saco (pode utilizar álcool líquido a 70°, solução clorada

[0.5% a 1%], ou outro saneante desinfetante, regularizado junto à Anvisa, tomando-se cuidado de

não usar luvas contaminadas para a realização desse

procedimento de desinfecção do saco.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) -31/03/2023

• Identificar adequadamente o cadáver.

Identificar também com a informação relativa ao risco biológico; no contexto da covid-19: Agente

biológico classe de risco 3 (conforme Classificação de Risco dos Agentes Biológicos, publicado pelo

Ministério da Saúde em 2017:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao_risco_agentes_biologicos_3ed.pdf)

Transferir o cadáver para o necrotério do serviço.

• Os profissionais que não tiverem contato com o cadáver, mas apenas com o tecido que embrulha

o cadáver, ou o saco impermeável (caso seja usado), deverão adotar as precauções padrão (em especial

a higiene de mãos) e usar avental/capote e luvas. Caso haja risco de respingos, dos fluidos ou secreções

corporais, devem usar também, máscaracirúrgica e óculos de proteção ou protetor facial (face shield).

A maca de transporte de cadáveres deve ser utilizada apenas para esse fim e ser de fácil limpeza e

desinfecção.

Após remover os EPI, todos os profissionais devem realizar a higiene das mãos comágua e

sabonete líquido OU preparação alcoólica.

• Após o transporte do cadáver a maca deve ser submetida a limpeza e desinfecção.

Atenção: Não é recomendado que pessoas acima de 60 anos, com comorbidades (como doenças

respiratórias, cardíacas, diabetes) ou imunossuprimidas sejam expostas a atividades relacionadas ao

manejo direto do cadáver.

Referências

World Health Organization. WHO. Infection Prevention and Control for the safe management of adead body in the context of covid-19. 24 de março de 2020. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331538/WHO-covid19-IPC DBMgmt-2020.1- eng.pdf

World Health Organization. WHO. Infection Prevention and Control for the safe management of a dead body in the context of covid-19. 04 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/infection-prevention-and-control-for-the-safe-management-of-a-dead-body-in-the-context-of-covid-19-interim-guidance

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Coordenação-Geral de Informação e Análises Epidemiológicas. Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus covid-19. 2ª edição — Novembro 2020, disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/15- 1/af manejo-corposcovid 2ed 27nov20 isbn.pdf

Department of Health Hospital Authority Food and Environmental Hygiene Department. Hong Kong. Precautions for Handling and Disposal of Dead Bodies. The 10th edition, 2014 (última revisão em: fevereiro de 2020).

Núcleo municipal de controle de Infecção hospitalar. Informe técnico 55/2020. Município de São Paulo - SP. Data de publicação: 17/03/2020.

Agência Nacional de Vigilancia Sanitária. Nota técnica nº 03/2014 - GGTES/ANVISA - Medidas deprevenção e controle a serem adotadas na assistência a pacientes suspeitos de infecção peloVírus Ebola. 2014. Disponível em: https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/alertas/item/notatecnica-ebola-n-03-2014-ggtes-anvisa

Serviço Nacional de Saúde, Direção Geral da Saúde, República Portuguesa: Infeção por Sars- CoV-2 (covid-19) - Cuidados post mortem, autópsia e casas mortuárias. Norma 002/2020, data 16/03/2020 (atualizado em: 19/03/2020), acesso em 19/03/2020.

Public Health England (PHE). Guidance. covid-19: infection prevention and control guidanceVersion 1.0. última revisão 13 de março de 2020. Disponível em: https://www.gov.uk/government/publications/wuhan-novel-coronavirus-infectionprevention-and-control

ANEXO 6 - ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA TRANSMISSÃO DO SARS-CoV-2 DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

1. PREPARAÇÃO PARA A CRISE: PLANO DE CONTINGÊNCIA

É recomendável que o serviço de saúde elabore e implemente um Plano de Contingência com

estratégias e políticas necessárias para o enfrentamento da covid-19, incluindo o gerenciamento dos

recursos humanos e materiais disponíveis.

Sugere-se que estruturas do serviço de saúde como, por exemplo, Comissão de Controle de Infecção

Hospitalar (CCIH), Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH), Núcleo de Epidemiologia

Hospitalar e Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), atuem conjuntamente com representantes das

equipes multiprofissionais dos setores/unidades, do ServiçoEspecializado de Engenharia e Medicina

do Trabalho (SESMT), da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de representantes

dos trabalhadores e da direção do serviço, de forma que configurem um Comitê Estratégico de Crise,

responsável por elaborar, implementar e monitorar o Plano de Contingência.

Esse Plano deve definir as ações práticas necessárias para o enfrentamento dessa situação de crise

dentro do serviço, entre as quais: vigilância e gestão de dados de pacientes e profissionais infectados;

elaboração e implantação de protocolos clínicos e fluxos de trabalho (triagem de pacientes e

profissionais suspeitos e infectados, afastamento e retorno laboral de profissionais Covid-19 positivos,

entre outros); comunicação interna para todos os profissionais da instituição; capacitação e divulgação

de protocolos, fluxos e uso adequados de EPIs;monitoramento dos profissionais quanto à adesão às

ações implementadas; monitoramento diário de suprimentos relacionados ao atendimento dos casos

suspeitos ou confirmados; além de mecanismos que promovam a sensibilização de toda equipe do

serviço de saúde sobre ações que devem ser tomadas para o enfrentamento dessas infecções.

É importante que o serviço monitore, periodicamente, a implementação e a adesão às ações do Plano

de Contingência, a fim de realizar os ajustes e melhoriasnecessárias. O monitoramento do Plano

também favorece a detecção de pontos de melhoria, como, por exemplo, reforçar orientações para um

determinadogrupo de profissionais do hospital, readequação de fluxos, ações emergenciais em casos

de escassez de recursos materiais e humanos, etc. Esse monitoramento e os ajustes no plano de contingência também devem levar em conta a situação epidemiológica atual, bem como todo o aprendizado e experiências adquiridos ao longo da pandemia.



Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa

2. VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE COVID-19 DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

O serviço de saúde deve realizar o monitoramento epidemiológico dos casos de covid-19 dentro da sua instituição. Para isso, deve realizar a detecção de casos suspeitos e confirmados (vigilância) entre pacientes, acompanhantes, visitantes e profissionais que atuam no serviço de saúde. Essa vigilância deve incluir minimamente:

1. Pacientes que chegaram ao serviço com suspeita ou confirmação de covid-19;

2. Acompanhantes e visitantes de pacientes nos serviços de saúde;

3. Pacientes internados que passaram a ser considerados como suspeitos ou confirmados

durante a internação (por mudança de diagnóstico ou por ter adquirido o vírus dentro

do serviço);

4. Pacientes que entraram em contato com outros pacientes suspeitos ou confirmados de

covid-19 (dentro ou fora do serviço de saúde);

5. Profissionais que atuam no serviço de saúde suspeitos ou confirmados de covid-19;

Profissionais do serviço de saúde, pacientes, acompanhantes e visitantes infectados com SARS-CoV-

2 quando não são prontamente identificados e isolados, podem transmitir o vírus a outras pessoas,

podendo ocasionar surtos relacionados a assistência a saúde, que podem se propagar para outras

unidades e para a comunidade.

O serviço de saúde também deve elaborar relatórios epidemiológicos sobre a ocorrência de pacientes

e profissionais suspeitos ou confirmados de covid-19 e mantê-los disponíveis para consulta pelos

profissionais das unidades/setores do serviço e para as autoridades de saúde pública local e nacional,

considerando as recomendações do Ministério da Saúde e os fluxos já pactuados.

Dadas as variações de sinais e sintomas, os serviços de saúde devem padronizar um conjunto de

estratégias para melhor definir possíveis casos suspeitos, de acordo com as características dos seus

atendimentos, para rastrear pacientes e profissionais do serviço de saúde em busca de suspeita de covid-

19, isolá-los imediatamente e testá-los.

Importante destacar que as definições de caso estão detalhadamente descritas no "Guia de Vigilância

Epidemiológica covid-19" publicado pelo Ministério da Saúde.

Embora a triagem de sintomáticos no serviço de saúde não identifique indivíduos assintomáticos ou

pré-sintomáticos com infecção por SARS-CoV-2, ela continua sendo uma estratégia importante para

identificar aqueles que possam ter covid-19 e para que as precauções adequadas possam ser

implementadas.

Para a população pediátrica, sempre que possível, na disponibilidade de recursos, investigar outros

vírus respiratórios, principalmente influenza e vírus sincicial respiratório, para todos os pacientes com

suspeita de covid-19, considerando a elevada frequência de doenças virais nessa população,

especialmente os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

Um monitoramento bem realizado, com utilização de questionário sobre sinais e sintomas, além de perguntas sobre contato com casos suspeitos ou confirmados de covid-19, é essencial na identificação de possíveis casos. Sendo que, de forma complementar a esse monitoramento e dependendo da disponibilidade de testes e da rapidez com que os resultados são disponibilizados, os serviços de saúde podem considerar a utilização de testes para detecção de RNA viral ou TR-Ag também em pessoas sem sintomas de covid-19, para ajudar na identificação de casos assintomáticos ou pré-sintomáticos.

No entanto, é importante destacar que essa estratégia tem limitações, que incluem resultados falsonegativos em pacientes durante o período de incubação, dependendo do método de teste utilizado. Informações adicionais podem ser encontradas no Quadro 3.

Quadro 3: Recomendações quanto aos testes para detecção de RNA ou proteínas virais:

Situação do	Testes que podem	Quando realizar	Resultado e Conduta
paciente	ser realizados		recomendada
internado			
Paciente sintomático	RT-PCR ou TR-Ag	Pode ser realizado a partir do primeiro dia de sintomas.	 Positivo: Confirma o diagnóstico Negativo: Na presença de sintomas sugestivos de covid-19, é recomendado repetir a análise em 48 horas, preferencialmente por RT-PCR.
Paciente assintomático após contato de risco	RT-PCR ou TR-Ag	A partir do quinto dia após contato de risco	Positivo: Confirma o diagnóstico Negativo: Provavelmente descarta o diagnóstico, no entanto existe a possibilidade de falso-negativo neste período de incubação. Dessa forma, é recomendável que esse paciente não compartilhe o ambiente com paciente imunossuprimido até o 10º dia após o contato de risco. Se antes do 10º dia vier a desenvolver sintomas, realizar novo exame para

diagnóstico. A quarentena do paciente não impede sua alta.

Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023

Observação: Outras informações consultar o Guia de Vigilancia Epidemiológica covid-19, publicado pelo Ministério da Saúde e suas atualizações.

2.1 Vigilância de pacientes, acompanhantes e visitantes

Um dos objetivos da identificação de casos suspeitos de covid-19 é orientar estratégias de prevenção e controle de infecção para impedir ou limitar a transmissãodo vírus, principalmente dentro dos serviços de saúde. Como os serviços de saúde geralmente representam uma reunião de indivíduos com maior risco de infecção, é necessário um esforço especial para garantir que quaisquer casos de covid-19 sejam identificados e isolados o mais rápido possível para evitar danos aos pacientes/profissionais e surtos na instituição.

É recomendável realizar triagem de todas as pessoas para covid-19 no primeiro ponto de contato com o serviço de saúde para permitir o reconhecimento precoce, seguido pelo isolamento imediato dos casos suspeitos e confirmados de covid-19 ou outras doenças de transmissão respiratória.

Deve-se estabelecer uma estratégia específica para a identificação de casos suspeitos de covid-19 e considerar incluir como suspeitos as apresentações atípicas, acompanhando a evolução das publicações científicas. Além disso, deve ser observado, no que se refere a definição de casos, o Guia de Vigilância Epidemiológica covid-19 publicado pelo Ministério da Saúde. O desenvolvimento de infecção respiratória aguda e pneumonia associada à assistência à saúde são complicações relativamente comuns da hospitalização. No entanto, é importante que as equipes de saúde mantenham um alto nível de suspeita de covid-19 para que seja possível a identificação rápida de pacientes que possam apresentar um quadro de infecção respiratória compatível com covid-19. É essencial ainda, capacitar continuamente e incentivar os profissionais de saúde para que tenham um alto índice de alerta para identificar casos suspeitos de covid-19 entre os pacientes, acompanhantes/visitantes e até entre os próprios profissionais que atuam no serviço de saúde, incluindo terceirizados. Além disso, estes devem ser orientados quanto à conduta a tomar ao suspeitarem de covid-19 em um paciente hospitalizado.

Por isso, o serviço de saúde deve disponibilizar protocolos, fluxos e instruções de trabalho ou

Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) para identificação, medidas de prevenção e controle de

infecção, entre outras atividades, incluindo precauções eisolamentos necessários, uso correto de

equipamentos de proteção individual (EPI), relatórios/informações para a CCIH e para as

autoridades de saúde pública locais e, ainda, informações sobre como obter testes diagnósticos, se

disponíveis.

Na pediatria, algumas crianças são internadas por outras patologias e durante a internação

manifestam algum sinal ou sintoma da covid-19. Considerando o período de incubação da doença e

a menor especificidade dos sintomas nessa população, deve-se realizar o teste de PCR para covid-

19 ou TR-Ag em crianças com suspeita diagnóstica e/ou epidemiológica e isolar o paciente até a

confirmação ou descarte do caso. Como a criança tem sempre um acompanhante, recomenda-se que

se considere também o acompanhante como suspeito e o mesmo seja mantido isolado no quarto

junto com a criança e, se possível, fazer investigação laboratorial. Não é infrequente que o

acompanhante seja o primeiro a apresentar os sintomas durante a internação e a suspeita diagnóstica

comece por ele.

Sugere-se definir uma rotina na pediatria de forma a evitar a frequente troca de acompanhantes e

visitação sem controles.

A equipe deve ter boa comunicação com os familiares, a fim de detectar precocemente qualquer

possibilidade de infecção na criança, acompanhante ou visitante. O questionamento sobre possíveis

sinais e sintomas e contato prévio com caso suspeito ou confirmado é mandatório para os novos

acompanhantes e visitantes.

A seguir, exemplificamos algumas estratégias de triagem e de vigilância que podem ser adotadas dentro dos serviços de saúde:

- Manter profissionais de saúde treinados e alertas para:
 - Definições de casos de covid-19, conforme Guia de Vigilância Epidemiológica covid-19, publicado pelo Ministério da Saúde;
 - 2. Sinais e sintomas clínicos da covid-19;
 - 3. Situação epidemiológica local relevante, incluindo grupos de risco.
 - Ocorrência de transmissão de covid-19 dentro do serviço de saúde (sendo caracterizado nessa situação como uma IRAS)
- Estabelecer sistemas que solicitem ou exijam que os profissionais de saúde avaliem regularmente todos os pacientes quanto à probabilidade de ter covid-19;
- Estabelecer fluxo e estratégias que permitam que os serviços de saúde avaliem regularmente todos os colaboradores da instituição, incluindo os efetivos, temporários, terceirizados e prestadores de serviços, quanto à probabilidade de ter covid-19;
- Solicitar que as unidades forneçam um boletim diário dos casos suspeitos, incluindo se houver zero casos;
- Organizar rodízios de funcionários responsáveis por identificar situações potencialmente perigosas, como falhas nos procedimentos de biossegurança, uso ou descarte de EPI, e agir rapidamente para mitigar seus riscos;
- Solicitar diariamente que as equipes de saúde relatem e discutam sobre pacientes identificados com sintomas / histórico compatíveis com covid-19;
- Solicitar diariamente que as equipes de saúde relatem e discutam sobre acompanhante identificado com sintomas / histórico compatíveis com covid-19;
- Realizar a vigilância ativa para identificação de casos por meio da coleta de dados prospectiva, nas unidades de internação, e retrospectiva, pela revisão de prontuários e outros documentos. Essas

ações podem ser realizadas, por exemplo, de forma conjunta pelo SCIH/CCIH, Serviço de saúde

ocupacional e Serviço de Epidemiologia Hospitalar (sendo necessário, em alguns serviços de saúde,

o aumento do número de profissionais para apoiar essas ações, pelo menos enquanto durar a

pandemia da covid-19), porém, considerando a especificidade dessas ações e a possibilidade de

grande demanda, é fundamental o envolvimento e participação das equipes multiprofissionais.

• Coleta de dados por meio de busca ativa de pessoas com sinais e sintomas conforme a

definição de caso clínico institucional que pode ser feito pela equipe do SCIH/CCIH e

multiprofissional, a depender do tamanho da demanda, dentro de cada serviço de saúde.

• Organizar uma rotina de investigação de indivíduos sintomáticos sugestivos de covid-19 e

contactantes de sintomáticos a fim de identificar e isolar precocemente aqueles que podem ser fontes

de disseminação do vírus no serviço de saúde e na comunidade. Sugere-se a utilização de um

checklist diário para conferência do surgimento de possíveis sinais e sintomas de covid-19 no

paciente e no seu acompanhante durante toda a internação.

• Quando houver indicação clínico-epidemiológica e disponibilidade de testes, o serviço pode

considerar a possibilidade de testar os acompanhantes de caso confirmado, pelo mesmo motivo

exposto acima.

2.2 Vigilância dos profissionais do serviço de saúde

Como mencionado anteriormente, profissionais que atuam nos serviços de saúde foram incluídos

entre os primeiros grupos prioritários para serem vacinados contra a Covid-19 no país.

A vacinação protege o indivíduo da ocorrência de infecção ou da ocorrência da forma grave da

infecção. No entanto, esta proteção não é absoluta e estudos mais recentes relatam eficácia reduzida

de vacinas covid-19 na proteção contra a infecção por variantes de preocupação do SARS-CoV-2

(ECDC, 09/02/2021).

Sendo assim, enquanto houver transmissão comunitária de covid-19, mesmo aqueles profissionais

do serviço de saúde que já foram vacinados, precisam seguir as orientações atuais sobre isolamento

em caso de covid-19 suspeita ou confirmada, conforme descrito no Guia de Vigilância

Epidemiológica: covid-19, publicado pelo Ministério da Saúde.

O profissional que atua no serviço de saúde, mesmo após estar com o esquema vacinal recomendado

pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde (ter recebido as duas doses

de uma vacina de dose dupla + doses de reforço a ≥ 2 semanas, ou ter recebido uma dose de uma

vacina de dose única + doses de reforço a ≥ 2 semanas), deve continuar a usar os EPIs recomendados

no Quadro 1 deste documento, seguir as recomendações para higiene das mãos, além de continuar

mantendo o distanciamento físico (principalmente quando estiverem em locais de acesso somente a

profissionais, como postos de enfermagem/preparo de medicamentos, salas de descanso ou refeições

e vestiários ou banheiros).

Lembramos que a higiene das mãos com água e sabonete líquido OU preparações alcoólicas, de

acordo com os 5 momentos para a higiene das mãos em serviços de saúde, deve ser uma prática já

consolidada na realidade de todos os profissionais de saúde e precisa ser reforçada como uma

medida essencial para a prevenção e controle de infecções hoje e sempre.

Considerando que, apesar do esquema vacinal completo, não é possível afirmar que os profissionais

que atuam nos serviços de saúde estão isentos de serem contaminados e também de transmitirem o

SARS-CoV-2. Assim, as ações de vigilância da covid-19 nesses profissionais continuam sendo

recomendadas, com objetivo de identificar profissionais sintomáticos ou covid-19 positivos para

adoção das medidas de prevenção adequadas e necessárias, evitando a transmissão do vírus para

pacientes/acompanhantes/visitantes e outros profissionais da instituição.

O serviço de saúde deve definir as estratégias para monitoramento, afastamento e retorno ao trabalho

de profissionais com suspeita ou confirmação de covid-19, de acordo com as orientações do Guia

de Vigilância Epidemiológica covid-19 do Ministério da Saúde e Nota Técnica nº 14/2022-

CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS.

Várias estratégias podem ser aplicadas de forma individual ou conjunta para a identificação precoce

dos profissionais do serviço de saúde sintomáticos ou covid-19 positivos, como veremos a seguir:

a. Estratégia de vigilância passiva

Nesta estratégia, todos os profissionais do serviço de saúde são orientados a se autoavaliarem quanto

à presença de febre, tosse, dor de garganta, falta de ar ou outros sintomas não específicos indicativos

de covid-19. Na presença de algum desses sinais ou sintomas, eles devem:

• Relatar essas informações à sua chefia no serviço de saúde;

• Receber avaliação médica imediata e ações de acompanhamento;

• Ser afastados de suas atividades laborais, conforme orientações publicadas peloMinistério da

Saúde.

Evidências sugerem que lembretes automáticos simples para os profissionais se autoavaliarem para

sintomas consistentes com a covid-19 podem aumentar a aderência à essa estratégia. Lembretes

comuns incluem mensagens de texto, mensagem em aplicativos de mensagem, ou chamadas

telefônicas automatizadas.

Recomenda-se priorizar o envio dos lembretes para os profissionais de saúde e demais profissionais

(higiene e limpeza, nutrição, manutenção, etc.) que atuam nas áreas de atendimento com maior

exposição a pacientes com covid-19 ou que atendam uma população de alto risco de infecção pelo

SARS-CoV-2, de modo a concentrar esforços e reduzir gastos.

b. Estratégia ativa presencial

Nesta estratégia, todos os profissionais do serviço de saúde devem se apresentar para avaliação

pessoal dos sintomas de covid-19 antes de cada turno de trabalho.

Para que esta estratégia seja executada é fundamental que o serviço de saúde disponibilize uma

equipe profissional para realizar a verificação de sinais e sintomas da doença em todos os

profissionais do serviço, 24 horas por dia.

c. Estratégia ativa remota

Todos os profissionais relatam remotamente (por exemplo, ligação ou mensagem de texto,

plataforma de preenchimento virtual, sítios web, etc.) a ausência ou presença de sintomas consistentes

com a covid-19 a cada dia, antes do início da jornada de trabalho.

Os profissionais que não enviaram o relato diário ou que relatam sintomas devem seracompanhados

pela equipe designada por esse monitoramento dentro do serviço desaúde.

d. Orientações sobre afastamento e retorno ao trabalho de profissionais que atuam no

serviço de saúde

Considerando o contexto de vacinação de profissionais, a possibilidade de reinfecção e a

disseminação de variantes de preocupação, resumimos a orientação em relação ao afastamento de

profissionais. Estas orientações foram discutidas e alinhadas com o Guia de Vigilância

Epidemiológica covid-19 e Nota Técnica nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS publicados pelo

Ministério da Saúde.

1. Quem deverá ser afastado do trabalho nos serviços de saúde:

• Profissionais positivos para SARS-CoV-2 (com ou sem sintomas de covid-19),

independentemente de estarem com o esquema vacinal completo*1.

Profissionais sintomáticos, independentemente de estarem com esquema vacinal completo*1

e mesmo já tendo tido covid-19, até que o diagnóstico seja esclarecido.

*Observação: O tempo de isolamento dos profissionais positivos para SARS-CoV-2 (sintomáticos

ou assintomáticos) deve seguir as recomendações do Guia de Vigilância Epidemiológica Covid-19

do MS e Nota Técnica nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS e suas atualizações.

Entre as medidas adicionais para profissionais, que atuam nos serviços de saúde, que precisarem

retornar ao trabalho antes do décimo dia de isolamento, conforme definição do guia supracitado,

incluem: utilizar máscara cirúrgica e não trabalhar na assistência a pacientes imunossuprimidos

antes do décimo dia de isolamento.

Trabalhadores de serviços de saúde sintomáticos devem ser avaliados pelo Serviços Especializados

em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) do serviço de saúde, que deve adotar as medidas

de proteção necessárias, incluindo a avaliação clínica, realização de testagem laboratorial e o

afastamento do trabalhador, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde no

Guia de Vigilância Epidemiológica e Nota Técnica nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS. Esses

serviços devem oferecer atestado médico ao trabalhador para afastamento laboral durante o período

de isolamento.

2. Quem não precisa ser afastado do trabalho:

• Profissionais que tiveram covid-19 nos últimos 90 dias, após ter cumprido o período de

isolamento. Esses profissionais, independente do seu status vacinal, não precisam realizar

quarentena, mesmo se tiveram exposição de alto risco*2 ou contato próximo*3 com pessoas com

covid-19, e nem fazer testagem, durante esse período.

Profissionais sem sintomas sugestivos de covid-19, mesmo aqueles que tiveram exposição de

alto risco ou contato próximo com pessoas com covid-19, desde que estejam com esquema vacinal

completo, conforme detalhamento abaixo:

Considerando que nos ambientes de assistência à saúde, existem procedimentos, normas e rotinas

de prevenção e controle da transmissão do SARS-CoV-2 incluindo o uso adequado de EPIs, além

da indicação de vigilância e do monitoramento contínuo dos profissionais que atuam nos serviços

de saúde, a quarentena para esses profissionais pode ser dispensada, desde que estejam com esquema

vacinal completo*. Além disso, para essa situação, também devem ser observadas as seguintes

recomendações:

• Os profissionais com dispensa de quarentena devem ser testados imediatamente e entre o

5° e 7° dias após a exposição.

Para a dispensa da quarentena é necessário que o serviço de saúde tenha estabelecido

estratégias de vigilância e monitoramento clínico e do uso adequado de EPIs dos

profissionais que atuam nas suas dependências, conforme definido no "Guia de Vigilância

Epidemiológica covid-19: Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela

Doença pelo Coronavírus 2019" publicado pelo Ministério da Saúde e atualizações da Nota Técnica Nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS (27/10/2022), disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/sei ms-0030035449-nt-14-cggripe-atualizacoes-ve-covid-19.pdf

- Caso o profissional do serviço de saúde, durante os 10 dias após a exposição de alto risco ou contato próximo, apresente qualquer sintoma sugestivo de covid-19 ou o seu teste (RT-PCR ou TR-Ag) apresente resultado positivo, deve ser afastado imediatamente e seguir as orientações referentes ao isolamento de profissionais que atuam nos serviços de saúde, definidas no Guia de Vigilância Epidemiológica da covid-19 e na referida nota técnica.
- Serviços de saúde que não tenham condições de realizar a vigilância e o monitoramento clínico e do uso adequado de EPIs dos profissionais que atuam nas suas dependências, conforme definido no Guia de Vigilância Epidemiológica da covid-19 e nesta nota técnica, NÃO podem dispensar esses profissionais de realizar a quarentena. Nesse caso, a quarentena desses profissionais deve ser mantida conforme orientação para população em geral contida no Guia supracitado.
- A ações de vigilância e de monitoramento de casos de infecção em profissionais que atuam os serviços de saúde, devem ser realizadas pela CCIH / pelos profissionais responsáveis pelas ações de prevenção e controle de IRAS, juntamente com profissionais de outros setores do serviço, como por exemplo da saúde do trabalhador. No caso de serviços de saúde, não hospitalares, que não possuem CCIH, as ações de vigilância e de monitoramento, que são de competência dessa comissão, devem ser realizadas pelos profissionais responsáveis pelas ações de prevenção e controle de IRAS desse serviço ou pelo seu responsável técnico.

Observações:

*1 Esquema vacinal completo significa ter recebido as duas doses de uma vacina de dose dupla + doses de reforço a ≥ 2 semanas, ou ter recebido uma dose de uma vacina de dose única + doses de reforço a ≥ 2 semanas, conforme recomendado pelo MS.

*2Exposição de alto risco envolve a exposição dos olhos, nariz ou boca dos profissionais que atuam nos serviços de saúde ao SARS-CoV-2 sem uso de EPI, conforme indicado, ou com EPI danificado. Também envolve situações em que o profissional teve contato sem máscara em uma distância menor que 1 metro por um período maior que 15 minutos com uma pessoa com Covid-19.

*3A definição de contato próximo consta no "Guia de Vigilância Epidemiológica covid-19:

Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019"

publicado pelo Ministério da Saúde e foi atualizada pela Nota Técnica nº 14/2022-

CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS (27/10/2022), disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-

conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/sei_ms-0030035449-nt-14-cggripe-atualizacoes-ve-

covid-19.pdf

Informações sobre reinfecção:

A definição de reinfecção está disponível no "Guia de Vigilância Epidemiológica covid-19:

Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019"

publicado pelo Ministério da Saúde. Casos de reinfecção por SARS-CoV-2 já foram confirmados no

Brasil.

Para pessoas previamente diagnosticadas com covid-19 sintomático que permanecem

assintomáticos após a recuperação:

• Um novo teste não é recomendado até 3 meses (90 dias) a partir da data de início dos sintomas.

• Se essa pessoa permanecer assintomática durante esse período de 3 meses (90 dias), é

improvável que um novo teste forneça informações úteis, mesmo que a pessoa tenha tido

contato próximo com uma pessoa infectada.

Para pessoas previamente diagnosticadas com covid-19 sintomático que desenvolvem novos

sintomas consistentes com covid-19 durante os 3 meses (90 dias) após a data do início dos

sintomas:

a) Se uma etiologia alternativa não puder ser identificada (como Influenza, porexemplo), a

pessoa poderá realizar um novo teste, desde que seja realizado em conjunto com a avaliação de um

especialista em doenças infecciosas e

b) O isolamento pode ser considerado, especialmente se os sintomas se desenvolverem dentro

de 10 dias após contato próximo com uma pessoa infectada.

2.3 Rastreamento de contatos dentro do serviço de saúde

Os profissionais que atuam nos serviços de saúde, pacientes, acompanhantes e visitantes, podem ser

contatos próximo de um caso suspeito ou confirmado de covid-19. Além disso, os profissionais

também podem ter sido submetidos a exposição de alto risco. Desse ponto de vista, para interromper

a cadeia de transmissão do SARS-CoV-2 dentro do serviço de saúde é necessário:

• rápida identificação de contatos próximos de um caso suspeito ou confirmado de Covid-19;

rápida identificação de profissionais que tiveram exposição de alto risco a confirmado de covid-

19;

adoção das medidas de prevenção e controle de infecção necessárias;

• fornecimento de informações para os contatos próximos sobre a necessidade de reforçar as

medidas de precaução como higiene das mãos, uso de máscaras, etiqueta respiratória, bem como

orientações sobre os sinais e sintomas da doença e sobre o que fazer se eles desenvolverem algum

sinal ou sintoma.

O tópico sobre implementação de coortes da página 34 traz orientações em relação a pacientes

contatos assintomáticos de casos positivos de covid-19.

No cenário atual de transmissão comunitária do SARS-CoV-2, onde todos os profissionais que

atuam no serviço de saúde correm algum risco de exposição, os profissionais de saúde devem ser

orientados a:

relatar exposições reconhecidas como de risco;

• monitorar-se regularmente quanto à febre e sintomas respiratórios;

• não comparecer ao trabalho quando estiver doente e relatar a situação a sua chefia imediata.

Observações:

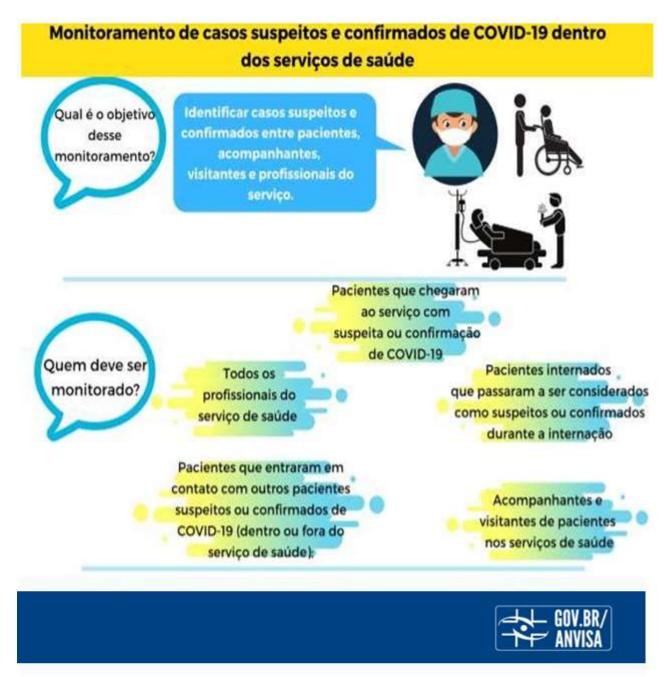
1 - Recomenda-se que o serviço de saúde defina uma área de isolamento para manter os pacientes suspeitos de covid 10, que não confirmaram a doença, mas que permaneceram em unidades (quertos

suspeitos de covid-19, que não confirmaram a doença, mas que permaneceram em unidades (quartos,

enfermarias, áreas) com outros pacientes covid-19 positivos.

2 - Recomenda-se realizar o monitoramento diário dos profissionais que tiveram exposição de alto

risco ou contato próximo com casos (dentro ou fora dos serviços de saúde), utilizando-se questionários de sinais e sintomas, por exemplo.



Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa.

Quadro 4: Matriz de risco para identificação de vias de transmissão, possíveis causas e medidas de prevenção mínimas para a prevenção de surtos da Covid-19 dentro dos serviços de saúde.

Vias de transmissão de COVID-19 dentro do serviço de saúde	Possíveis causas /situações de risco	Medidas de Prevenção
Paciente/acompanhante/visitante PARA outro paciente/acompanhante/visitante	Fragilidades na educação, na organização e na estruturação para medidas de proteção coletiva	suspenos/confirmados para covid-19.

✓ Não compartilhamento de objetos, pertences e brinquedos com outras crianças
ou acompanhantes
Transcer o distancemento risto o ottan agromeração nas emermanas o
corredores
• Implantar protocolo de rastreamento, triagem e de isolamento de pacientes e
acompanhantes sintomáticos respiratórios;
Manter todos os ambientes higienizados/desinfetados e ventilados, incluindo as
áreas comuns e de uso coletivo, como refeitórios, banheiros, vestiários, áreas de
descanso, com especial atenção a superfícies de maior contato;
• Garantir que os ambientes coletivos tenham condições de manter distanciamento
mínimo de 1 metro entre as pessoas e aumente essa distância quando possível,
especialmente em ambientes internos.
 Orientar acompanhantes a não cuidar ou segurar no colo outras crianças.
 Vacinação completa contra a covid-19, incluindo doses de reforço.

Paciente/acompanhante/visitante
PARA profissionais do serviço de saúde

Fragilidade na identificação de indivíduos sintomáticos respiratórios;

Possibilidade de transmissão no período assintomático ou présintomático;

Utilização inadequada de EPI, conforme as precauções indicadas, o que pode serocasionado por falta de protocolos, capacitação, monitoramento, identificação de coortes ou áreas de risco, escassez de insumo, etc.).

Utilização inadequada de máscara de proteção facial para controle de fonte.

- Implantar protocolos capazes de identificar precocemente pacientes/ acompanhantes/visitantes com sintomas respiratórios;
- Executar medidas de engenharia para promover o distanciamento entre as pessoas e reduzir a contaminação, como a instalação de barreiras físicas entre os pacientes/acompanhantes/visitantes, o isolamento de áreas críticas, a instalação de pontos de higienização, etc.;
- Implantar orientações para pacientes/acompanhantes/visitantes quanto a higiene de mãos, o distanciamento físico e uso de máscaras durante a circulação em áreas de assistência a pacientes:
- a. para pessoas sintomáticas ou positivas para covid-19: usar obrigatoriamente máscara cirúrgica
- b. para pessoas assintomáticas: não é obrigatório o uso de máscaras, mas eles podem optar por usar máscara facial, caso seja de sua preferência, considerando os riscos individuais. No entanto, em áreas de internação de pacientes, a recomendação é que visitantes e acompanhantes usem máscara durante sua permanência (conforme quadro 1 dessa nota).
- Estabelecer áreas específicas para atendimento/isolamento de pacientes sintomáticos respiratórios ou suspeitos/confirmados de covid-19;
- Capacitar para o uso, higienização, descarte e substituição, e monitorar a utilização de EPIs pelos profissionais para atendimento dos pacientes;
- Manter ambientes higienizados/desinfetados e ventilados;

		 Se disponível, utilizar ambientes com pressão negativa para realização de procedimentos geradores de aerossóis. Nos locais onde não for possível pressão negativa considerar taxa de fluxo de ventilação mínima de 160L/s/paciente o que deve ser mantido tanto de forma mecânica quando natural ou híbrida. A direção do fluxo deve ser da área limpa para área menos limpa. Vacinação completa contra a covid-19, incluindo dose de reforço.
Profissional do serviço de saúde PARA paciente/acompanhante/visitante/ outros profissionais do serviço de saúde	Profissionais de saúde sintomáticos prestando assistência; Profissionais de saúde présintomáticos ou assintomáticos prestando assistência; Profissionais do serviço de saúdeprésintomáticos, assintomáticos ou sintomáticos dentro do serviço de saúde sem adoção das medidas de prevenção. Profissionais do serviço de saúde présintomáticos, assintomáticos ou sintomáticos, assintomáticos ou sintomáticos dentro do serviço de saúde sem o uso de máscaras para controle de fonte.	 Capacitar para o uso, higienização, descarte, substituição, e monitorar a utilização de EPIs pelos profissionais para atendimento dos pacientes; Implantar medidas e orientações que possam garantir a paramentação e desparamentação adequadas; Executar medidas de engenharia para promover o distanciamento entre as pessoas e reduzir a contaminação, como a instalação de barreiras físicas entre os pacientes/acompanhantes/visitantes, o isolamento de áreas críticas, a instalação de pontos de higienização, etc.
	Profissionais do serviço de saúde pré-sintomáticos, assintomáticos ou sintomáticos dentro do serviço de	fluvo claro de acolhimento, triagem e afastamento de casos suspeitos ou

saúde compartilhando ambientes coletivos mal ventilados, como copa, área de descanso, etc.

confirmado de covid-19 d) escalas para realização de refeições ou momentos de descanso alternados, melhorias na sinalização e comunicação de risco, etc.;

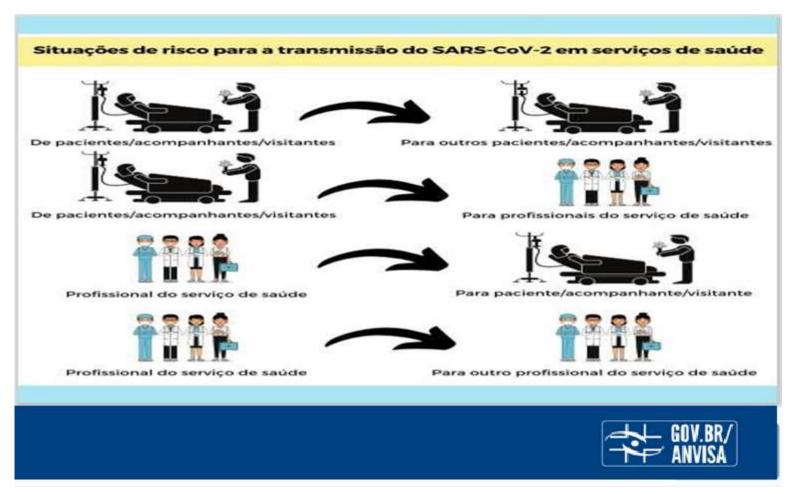
Verificar e adequar áreas de convívio de profissionais com relação à garantia do distanciamento físico, higiene de mãos, limpeza e ventilação do ambiente.

Vacinação completa contra a covid-19, incluindo doses de reforço.

Orientar profissionais que retornaram ao trabalho após 7 dias de isolamento a reforçar as medidas de prevenção e controle, não fazer refeições em áreas coletivas até o 10º dia e não atender pacientes imunocomprometidos.

Orientar profissionais que tiveram exposição de risco ou contato próximo com pessoa com covid-19 positivo.

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA, 2023.



Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA.

3. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DAS INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE (IRAS) CAUSADAS PELO SARS-C₀V-2 (IRAS – COVID-19) ADQUIRIDAS DURANTE A INTERNAÇÃO DE PACIENTES NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

De acordo com a OMS, o risco de transmissão de SARS-CoV-2 em serviços de saúde é maior quando há um aumento na demanda por leitos hospitalares, falta de instalações de isolamento, ventilação inadequada, indisponibilidade de EPIs e a necessidade de realização de procedimentos de alto risco, como procedimentos geradores de aerossol em indivíduos infectados.

Em agosto de 2020, a Anvisa disponibilizou, um Formulário eletrônico para a notificação nacional obrigatória de todas as Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) causadas pelo SARS-CoV-2 (IRAS covid-19) adquiridas durante a internação do paciente nos serviços de saúde do país.

Desta forma, TODOS os serviços de saúde devem realizar a vigilância diária de casos de IRAS covid-19, principalmente com o objetivo de identificar precocemente os casos e implementar oportunamente as medidas de contenção para evitar a ocorrência de novos casos e assim conter um possível surto intra-institucional.

Sugere-se que essa vigilância seja realizada na entrada de: pacientes, acompanhantes e visitantes e para todos os profissionais do serviço de saúde (antes do início do turno de trabalho).

Os dados consolidados sobre os casos de IRAS covid-19 em pacientes internados, devem ser notificados mensalmente à Anvisa, até o 15º dia útil do mês posterior ao mês de vigilância, por meio do formulário eletrônico disponibilizado: https://pesquisa.anvisa.gov.br/index.php/667695?lang=pt-BR

Todos os dados notificados pelos serviços de saúde são monitorados pelos estados/DF e analisados pela GVIMS/GGTES/DIRE3/Anvisa. A Anvisa disponibiliza a análise nacional consolidada desses dados no Painel Analítico das notificações de infecções pelo SARS-CoV-2 de transmissão hospitalar, disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMzI3NjUxMmYtYzU1My00Nzg2LWIyNGEtODk0ZGN lYmFjOGU5IiwidCI6ImI2N2FmMjNmLWMzZjMtNGQzNS04MGM3LWI3MDg1ZjVIZGQ4M

SJ9

Reforçamos mais uma vez a necessidade de continuar a notificação de casos de IRAS covid-

19 pelo Formulário eletrônico para a notificação nacional obrigatória de todas as Infecções

Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) causadas pelo SARS-CoV-2 (IRAS covid-19)

adquiridas durante a internação do paciente nos serviços de saúde. Esses dados são muito

importantes e usados para definir ações e subsidiar recomendações.

Relembramos que essa notificação mensal é OBRIGATÓRIA para todos os hospitais e não apenas

os que possuem leitos de UTI. Nesse sentido, todos os SCIH/CCIHs precisam continuar

monitorando a ocorrência de casos de IRAS covid-19 dentro dos serviços de saúde e notificando no

formulário disponibilizado pela Anvisa.

Importante destacar que além da notificação dos casos de IRAS covid -19 para a Anvisa, esses casos

também devem ser notificados ao Ministério da Saúde, conforme orientação do Guia de Vigilância

Epidemiológica covid-19. Os casos de covid-19 relacionados ao trabalho devem ser notificados na

Ficha de Acidente de Trabalho do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan),

conforme Orientações de Vigilância Epidemiológica da covid relacionada ao trabalho.

Além disso, todos os casos que evoluírem para Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) devem

ser notificados no sistema de informação do Ministério da Saúde: SIVEP-GRIPE, informando na

ficha de notificação que se trata de um caso nosocomial (variável da ficha). O link de acesso é:

https://sivepgripe.saude.gov.br/sivepgripe/login.html?0 e pode ser preenchido por profissionais da

saúde cadastrados. Essa ação é muito importante!

3.1 Utilização de Testes de Antígeno para fechamento do critério diagnóstico de IRAS covid-

19 adquiridas durante a internação de pacientes nos serviços de saúde

Após uma ampla discussão com especialistas brasileiros (infectologistas, virologistas,

microbiologistas, entre outros) e para maior adaptação à realidade no nosso país, poderá ser utilizado

o TR-Ag para fechar o critério diagnóstico nacional das IRAS Covid-19 adquiridas durante a

internação nos serviços de saúde. No entanto, é importante destacar que os TR-Ag podem ser

141

realizados em pacientes assintomáticos e sintomáticos, neste caso, até 7 dias após o início dos sintomas. A coleta da amostra deve ser realizada por swab na região nasofaríngea (sendo necessário

a aplicação do swab nas duas narinas).

No caso de teste negativo, em presença de suspeita clínica, deve ser realizado o RT-PCR para

confirmação (positiva ou negativa). Mais informações no Quadro 3 desta Nota Técnica.

A Anvisa disponibiliza a relação de todas as solicitações de regularização de produtos para

diagnóstico in vitro para covid-19 e seu atual status no seu portal eletrônico, por meio de um painel

BI que dá a possibilidade de filtrar informações de interesse, sendo possível ainda acessar as

instruções de uso na opção "DETALHAR REGISTRO". Além disso, apesar da concessão do

registro da Anvisa não pressupor a análise prévia (avaliação laboratorial) dos produtos, a Gerência

Geral de Fiscalização da Anvisa (GGFIS/Anvisa) realiza o Monitoramento pós-mercado da

qualidade de produtos sujeitos à vigilância sanitária – covid-19, incluindo as análises de produtos

de diagnóstico in vitro. O resultado das análises desses produtos de diagnóstico in vitro, que tem o

objetivo de verificar se atingem o desempenho informado nas instruções de uso do fabricante, está

disponível EM UM PAINEL BI ESPECÍFICO.

3.2 Notificação e critérios epidemiológicos para a notificação de IRAS - covid-19 adquiridas

durante a internação nos serviços de saúde:

Reforçamos que todos os serviços de saúde devem realizar a vigilância diária de casos de IRAS

covid-19 (infecções causadas pelo SARS-CoV-2) adquiridas durante a internação nos serviços de

saúde, principalmente com o objetivo de identificar precocemente os casos e implementar

oportunamente as medidas de contenção para evitar novos casos e assim conter um possível surto

intrainstitucional e os dados consolidados sobre os casos de IRAS - covid-19 em pacientes

internados, devem ser notificados mensalmente, até o 15º dia útil do mês posterior ao mês de

vigilância, por meio do formulário eletrônico disponibilizado pela Anvisa:

https://pesquisa.anvisa.gov.br/index.php/667695?lang=pt-BR

Para definir os casos de IRAS covid-19 e orientar a notificação correta dos casos, os serviços devem

utilizar os seguintes critérios epidemiológicos:

142

3.2.1 PACIENTES PEDIÁTRICOS E ADULTOS

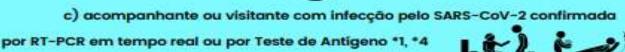
Critérios epidemiológicos nacionais de IRAS por SARS-CoV-2 Para pacientes Pediátricos e Adultos Critério 1: Paciente internado por período >14 dias Paciente internado por > 14 dias, por outro diagnóstico Com infecção pelo SARS-CoV-2 confirmada por RT-PCR em tempo real ou por Teste de Antigeno em amostra*1 coletada após o 14º dia de internação Critério 2: Paciente internado por período > 7 dias e ≤ 14 dias aciente internado por > 7 días e s 14 días, por outro diagnóstico Não foi classificado como suspeito ou confirmado de infecção por SARS-CoV-2°2 durante os 7 primeiros dias de internação°3 pelo SARS-CoV-2 confirmada por RT-PCR em tempo Com real ou por Teste de Antígeno em amostra*1 coletada após o 7º día de internação Durante a internação, teve vínculo epidemiológico de contato desprotegido *5 com:

a) profissional de saúde com infecção pelo SARS-CoV-2 confirmada por RT-PCR em tempo real ou por Teste de Antigeno *1, *4



 b) outro paciente com infecção pelo SARS- CoV-2 confirmada por RT-PCR em tempo Real ou por Teste de Antigeno na mesma enfermaria ou em leito de UTI sem isolamento*1, *4





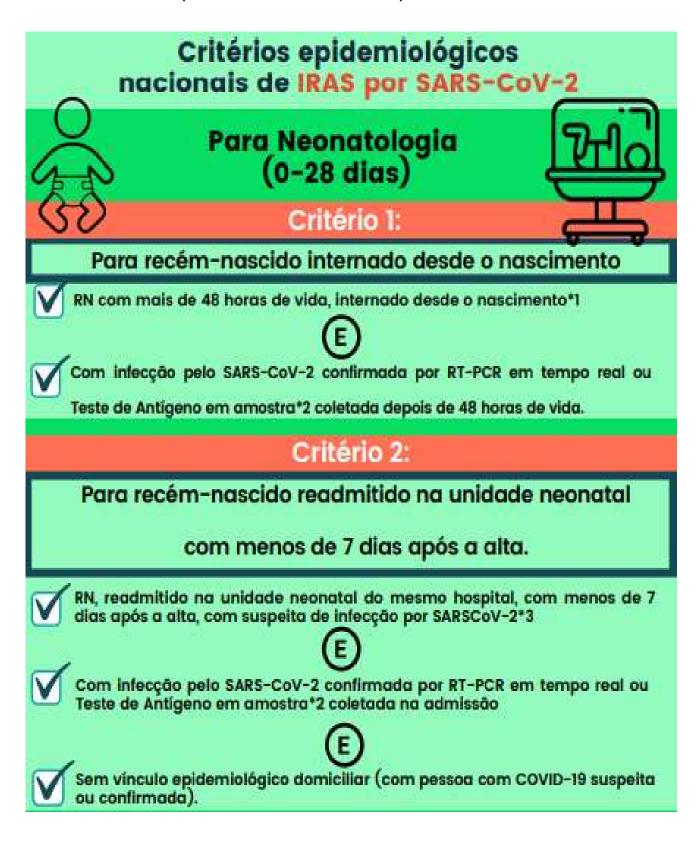
Observações:

- *la Para RT-PCR em tempo real, amostra de: swab de naso ou orofaringe OU aspirado de naso ou orofaringe OU aspiradotraqueal OU lavado broncoalveloar.
- "1b Para pesquisa de antigeno, a amostra deve ter sido coletada por swab de nasofaringe (passar pelas duas narinas), até 7 dias do início dos sintomas.
- *2 Conforme definição de caso suspeito e confirmado do Ministério da Saúde: https://coronavirus.saude.gov.br/definicao-de-caso-e-notificacao
- *3 Para paciente com até 7 días de internação, a infecção por SARS-CoV-2 será considerada de origem comunitária
- *4 Para pacientes com até 7 días de internação, a infecção por SARS-CoV-2 será considerada de origem comunitária ou originária de outro hospital, caso o paciente tenha internação prévia.
- *5 Esse contato desprotegido do paciente com o profissional de saúde ou com outro paciente ou com acompanhante/visitante COVID-19 positivo (por RT-PCR em tempo real ou por Teste de Antigeno *2) deve ter ocorrido a partir de 2 días (48 horas) antes da confirmação da COVID-19 nessas pessoas (devido a fase pré sintomática da doença).



Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA, 2023

3.2.2 NEONATOLOGIA (0-28 DIAS DE NASCIMENTO)



Critério 3:

Para recém-nascido internado por período > 14 dias

RN, procedente do domicílio, internado por período > 14 dias, por outro diagnóstico

Com infecção pelo SARS-CoV-2 confirmada por RT-PCR em tempo real ou Teste de Antigeno em amostra*2 coletada após o 14º dia de internação.

Critério 4:

Para recém-nascido, internado por período > 7 dias e ≤14 dias

RN, proveniente do domicílio, internado por > 7 dias e s 14 dias, por outro diagnóstico *4

Não foi classificado como suspeito ou confirmado de infecção por SARS-CoV-2 durante os 7 primeiros dias de internação*3

Com infecção pelo SARS-CoV-2 confirmada por RT-PCR em tempo real ou Teste de Antigeno em amostra*2 coletada após o 7º dia de internação

Durante a internação, teve vinculo epidemiológico de contato desprotegido *5

 a) profissional de saúde identificado como caso confirmado de infecção pelo SARS-CoV-2 confirmada por RT-PCR em tempo real ou Teste de Antígeno *2

b) outro paciente que foi identificado como confirmado por RT-PCR em tempo real ou Teste de Antígeno na mesma enfermaria ou em leito de UTI sem isolamento*2

c) acompanhante ou visitante que foi identificado por RT-PCR em tempo rec ou Teste de Antígeno *2

OBSERVAÇÕES:

- *1 RN com infecção pelo SARS-CoV-2 confirmada por RT-PCR em tempo real ou Teste de Antigeno, coletado em uma ou mais amostras*2 nas primeiras 48 horas de vida, considerar possível transmissão vertical.
- *2a Para RT-PCR, amostra de: swab de naso ou orofaringe OU aspirado de naso ou orofaringe OU aspirado traqueal OU lavado broncoalveloar.
- *2b Para Teste de Antigeno, a amostra deve ter sido coletada por swab de nasofaringe (passar pelas duas narinas), até o 7 día do início dos sintomas
- *3 Conforme definição de caso suspeito e confirmado do Ministério da Saúde: https://coronavirus.saude.gov.br/definicao-de-caso-e-notificacao
- *4 Para RN com até 7 días de internação, a infecção por SARS-CoV-2 será considerada de origem comunitária ou originária de outro hospital, caso o RN tenha internação prévia.
- *5 Esse contato desprotegido do paciente com o profissional de saúde ou com outro paciente ou com acompanhante/visitante COVID-19 positivo (por RT-PCR em tempo real ou Teste de Antigeno *2) deve ter ocorrido a partir de 2 días (48 horas) antes da confirmação da COVID-19 nessas pessoas (devido a fase pré sintomática da doença).

Observação Importante: Caso de RN seja confirmado para COVID-19, deve-se orientar a obstetrícia para realizar a investigação da mãe do bebê.



FONTE: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023

4 AÇÕES VOLTADAS PARA OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE SAÚDE

Em 17 de janeiro de 2021, após a aprovação pela Anvisa do uso emergencial das primeiras vacinas

contra covid-19, teve início a vacinação no Brasil, sendo que os profissionais que atuam nos serviços

de saúde foram um dos primeiros grupos prioritários a serem vacinados. A partir da maciça

vacinação dos profissionais que atuam nos serviços de saúde, percebeu-se uma redução no número

de infecções sintomáticas e assintomáticas entre os vacinados desse grupo e, consequentemente, a

redução na transmissão do vírus, embora ainda sejam necessários mais estudos para entender melhor

o quanto as vacinas protegem não apenas contra a doença, mas também contra infecções e a

transmissão do SARS-CoV-2.

Contudo, considerando a recomendação de afastamento das atividades laborais para profissionais

sintomáticos ou positivos para covid-19 e outras questões como esgotamento físico e psicológico,

por exemplo, é possível que ainda exista o risco de escassez de profissionais de saúde em alguns

serviços de saúde.

Assim, caso ocorra escassez de profissionais, os serviços de saúde e os empregadores (em

colaboração com as áreas de Recursos Humanos e de Serviços de Saúde Ocupacional) podem

precisar adotar algumas estratégias de enfrentamento de crise para continuar a prestar assistência

aos pacientes. Uma dessas estratégias é a implementação de planos regionais para transferência de

pacientes com covid-19 para unidades de saúde ou locais de atendimento alternativos que possam

receber esses pacientes.

Retorno às atividades laborais: pós covid-19

Recomenda-se que, no retorno ao trabalho pós-covid-19, o profissional se auto-monitore quanto aos

sinais e sintomas da covid-19 e busque uma avaliação médica, caso os sintomas reapareçam.

Outras orientações voltadas para os profissionais que atuam nos serviços de saúde, incluindo aqueles

que retornam as suas atividades laborais depois de terem ficado afastados pela covid-19, também

devem ser consultadas no Guia de Vigilância Epidemiológica covid-19, NOTA TÉCNICA Nº

14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS e no documento "Recomendações de proteção aos

trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de covid-19 e outras síndromes gripais" ambos

publicados pelo Ministério da Saúde.

5 AÇÕES VOLTADAS À PREVENÇÃO DE IRAS E DISSEMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA MICROBIANA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONTEXTO DA COVID-

19

Tendo em vista que as IRAS são um grave problema de saúde pública mundial, relacionadas ao aumento de morbidade, mortalidade e tempo de internação dos pacientes, e que as infecções causadas por microrganismos multirresistentes têm piores desfechos clínicos, aumento no tempo de internação e mortalidade, é imprescindível que os serviços de saúde reforcem ainda mais as ações de prevenção e controle das IRAS e da disseminação da resistência microbiana, durante o enfrentamento da pandemia da covid-19.

Vários fatores, que foram agravados pela pandemia da covid-19, favorecem o aumento no número de IRAS e a disseminação de microrganismos multiresistentes nos serviços de saúde, como por exemplo: superlotação das unidades; escassez ou falta de insumos como medicamentos e EPIs, que são necessários não apenas para o atendimento de pacientes com covid-19, mas de outras doenças infecciosas; profissionais de saúde com sobrecarga de trabalho; uso incorreto de EPIs; grande rotatividade dos profissionais de saúde; realocação de profissionais para abertura ou expansão do número de leitos para atender a demanda; aumento do uso de antimicrobianos de amplo espectro de forma empírica, principalmente em unidades de emergência e UTI; relaxamento das medidas de prevenção, como higiene das mãos correta e isolamento de portadores de microrganismos

covid-19 em vez de exames de rotina e vigilância de multirresistentes.

Além disso, no caso dos pacientes com covid-19, a gravidade do quadro ocasionado pela doença (por ex. eventos trombóticos e/ou risco de sangramento comprometendo acessos vasculares), associada à presença de comorbidades e à necessidade de cuidados intensivos com utilização de procedimentos invasivos por tempo prolongado (dispositivos invasivos, hemodiálise, etc.), predispõe ainda mais esses pacientes já susceptíveis a adquirir infecções.

multirresistentes (MDR); e força de trabalho laboratorial focadas nas demandas relacionadas à

A disseminação da covid-19 no mundo tem sido acompanhada por um aumento do consumo de antibióticos. Isso está relacionado à preocupação com a ocorrência de co-infecção bacteriana em

pacientes com covid-19. No entanto, a prevalência de infecção bacteriana em pacientes com covid-19, ainda não está bem estabelecida.

Lim, et al., encontrou como resultado de revisão sistemática que cerca de 7% dos pacientes hospitalizados com covid-19 tiveram uma coinfecção bacteriana. Sendo que essa proporção foi maior em pacientes internados em UTI (14%) do que aqueles internados em enfermarias (4%) A revisão sistemática de Langford et. al, encontrou uma proporção geral de 6,9% de pacientes com covid-19 e infecção bacteriana, sendo que 70% dos pacientes receberam antibióticos, a maioria de amplo espectro. Revisão publicada por Rawson et al., identificou uma prevalência de 8% de coinfecção bacteriana ou fúngica durante a internação hospitalar. Já um estudo realizado num hospital de Madri / Espanha, avaliou 140 pacientes de UTI e encontrou uma alta incidência de infecções hospitalares nesses pacientes (40,7%), com impacto significativo na mortalidade representando a principal causa de óbito em 33% dos pacientes que faleceram na UTI. No entanto, Clancy et al. chama atenção para o fato de que muitos relatos publicados de infecções secundárias à covid-19, bacterianas e fúngicas, não informam por exemplo, qual foi o critério diagnóstico utilizado para definir as infecções e informações detalhadas são esparsas.

Considerando o que foi mencionado acima, e tendo em vista que as medidas de prevenção e controle de IRAS também podem ajudar a reduzir a carga microbiana, a circulação de patógenos e o uso de antimicrobianos, impactando na redução da disseminação de resistência microbiana mesmo no contexto da pandemia de covid-19, é essencial que os serviços de saúde reforcem medidas como:

- A higiene das mãos nos 5 momentos em serviços de saúde, se atentando inclusive para a realização do procedimento imediatamente após retirar as luvas. A higiene das mãos previne a disseminação de MDRs e infecções que levariam ao uso de antimicrobianos;
- A utilização dos protocolos de prevenção de IRAS. A Anvisa disponibiliza o manual de prevenção de IRAS em: <a href="https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/servic
- A adoção adequada das medidas de precaução e a importância de se trocar avental/capote e luvas a cada paciente atendido. E nunca ficar com o mesmo avental/capote utilizado no atendimento direto aos pacientes em postos de enfermagem/salas de preparo de medicamentos/salas de prescrição;
- Não utilizar duas luvas para o atendimento aos pacientes. Esta ação não garante mais segurança à assistência e acarreta no desperdício de insumos. Deve ser sempre priorizada a higiene

das mãos;

• Limpeza e desinfecção de superfícies e equipamentos;

• A implementação das medidas de gerenciamento do uso de antimicrobianos;

• Implementação de programas de manejo de antimicrobianos;

Monitoramento laboratorial de rotina das infecções causadas por microrganismos

multirresistentes.

Mais informações sobre medidas de prevenção e controle da disseminação de microrganismos

multirresistentes em serviços de saúde no contexto da pandemia da COVID-19 estão descritas

na Nota técnica 05/2021 GVIMS/GGTES/Anvisa disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-

br/assuntos/servicosdesaude/seguranca-do-paciente/covid-19

6 CONTROLE DA EXPOSIÇÃO A FONTES DE INFECÇÃO

O controle da exposição a fontes de infecção, bem como, a implementação rigorosa das medidas de

prevenção de infecção é fundamental para proteger os profissionais que atuam nos serviços de saúde

e prevenir surtos dentro da instituição.

O controle de exposição às fontes de infecção inclui medidas para minimização da exposição,

controles de engenharia e o uso de EPI. Na maioria dos casos, o sucesso do controle da exposição

está associado ao uso combinado dessas e de outras medidas para proteger os profissionais e

pacientes/visitantes dos serviços de saúde da exposição ao SARS-CoV-2.

1. Minimização da chance de exposições

Deve-se garantir que as políticas e práticas de prevenção e controle de infecções do serviço de saúde

estejam em vigor e sejam rigorosamente cumpridas para minimizar a exposição a patógenos

respiratórios, incluindo o SARS-CoV-2. As medidas devem ser implementadas antes da chegada,

durante toda a visita/internação do paciente e até que o quarto/área/box do paciente seja limpo e

desinfetado.

É particularmente importante proteger indivíduos com risco aumentado de complicações e resultados

adversos decorrentes da covid-19 (por exemplo, neonatos, idosos, indivíduos com comorbidades ou

imunocomprometidos), incluindo profissionais de saúdeque estão em uma categoria de alto risco

reconhecida.

Visando minimizar a exposição, principalmente devido à probabilidade de transmissão de vírus por

pessoas com poucos ou nenhum sintoma, os serviços de saúde devem garantir que as medidas físicas

de distanciamento sejam implementadas por todos profissionais, acompanhantes/visitantes e

pacientes, principalmente em localidades com ampla transmissão comunitária.

1.1 Controle de Fonte

A triagem de febre e outros sintomas, isoladamente, pode ser ineficaz na identificação de todos os

indivíduos infectados, incluindo os profissionais de saúde. Dessa forma, são necessárias

intervenções adicionais para limitar a introdução não reconhecida do SARS-CoV-2 nos ambientes

de saúde por estes indivíduos.

Como parte de medidas eficientes de controle de fontes, os serviços de saúde devem considerar a

implementação de políticas que exijam que os pacientes sintomáticos e seus acompanhantes,

assim como pacientes positivos para covid-19, usem máscara facial enquanto estiverem na

instituição, independentemente de estarem vacinados. Caso o acompanhante/visitante esteja

com sintomas respiratórios deve ser orientado a não permanecer no serviço de saúde.

Uso da máscara para controle de fonte também deve ser seguida pela população pediátrica, quando

tiverem sintomas respiratórios. É importante que o serviço oriente a mãe/acompanhante sobre o uso

de máscara na criança sintomática, reforçando a necessidade de uso, mesmo que a máscara não fique

totalmente ajustada na face da criança.

Ressalta-se que, por ainda estarmos com transmissão comunitária do SARS-CoV-2 e pela vacinação

não reduzir 100% a possibilidade de infecção por esse vírus, pessoas com sintomas respiratórios ou

com covid-19 positivos devem continuar utilizando máscara facial como controle de fonte,

independente de já estarem vacinados contra Covid-19 ou não.

a. Pacientes, acompanhantes e visitantes

Na chegada ao serviço de saúde, os pacientes, acompanhantes e visitantes devem ser instruídos a

informar se estão com sintomas respiratórios (por exemplo, tosse, coriza, dificuldade para respirar,

etc). Os pacientes com sintomas respiratórios ou positivos para covid-19 e seus acompanhantes

devem utilizar máscara cirúrgica limpa seca e bem ajustada à face (cobrindo o tempo todo nariz,

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) – 31/03/2023

152

boca e queixo), a partir da entrada do serviço, e durante toda a sua permanência na unidade do

serviço de saúde. Caso esses pacientes e acompanhantes não estejam usando máscara, e os

suprimentos do serviço de saúde permitirem, pode ser oferecida uma máscara cirúrgica, que deve

ser usada enquanto estiverem no serviço de saúde.

Caso o paciente não possa tolerar o uso da máscara cirúrgica devido, por exemplo, à presença de

secreção excessiva ou falta de ar intensa, ele deve ser imediatamente colocado em um local isolado

para ter o atendimento priorizado e deve ser orientado a realizar rigorosamente a etiqueta

respiratória, ou seja, cobrir a boca e o nariz quando tossir ou espirrar com papel descartável

(descartando-o corretamente) e realizar a higiene das mãos com água e sabonete líquido OU

preparação alcoólica para higiene das mãos frequentemente.

Recomenda-se ainda que seja autorizada a presença de acompanhantes para os pacientes somente

quando for extremamente necessário ou nos casos previstos em lei, de modo a reduzir ao mínimo

possível o fluxo de pessoas dentro dos serviços de saúde.

No caso de visitantes com sintomas respiratórios, como já foi mencionado, NÃO podem permanecer

no serviço de saúde.

Todos devem ser instruídos a realizar a higiene das mãos imediatamente antes e depois de tocar ou

ajustar a máscara (de tecido ou cirúrgica). Importante orientar as mães/acompanhantes sobre esse

cuidado com a população pediátrica sintomática.

Crianças menores de 2 anos, pessoas com dificuldade de respirar, inconscientes, incapacitadas ou

incapazes de removê-las sem assistência, não devem utilizar máscaras faciais.

Os pacientes com sintomas respiratórios ou covid-19 positivos podem remover a máscara quando

estiverem em seus quartos individuais, mas devem ser orientados a colocá-la novamente quando

saírem ou quando profissionais do serviço de saúde entrem no quarto para realizar procedimentos

que não necessitem que o paciente esteja sem máscara.

Com a disseminação de variantes mais transmissíveis, é muito importante reforçar as medidas de

prevenção de infecções junto aos pacientes e acompanhantes, destacando o uso correto da máscara

(máscaras limpas, secas, bem ajustadas à face e que cubram durante todo o uso nariz, boca e queixo

pelos pacientes com sintomas respiratórios ou positivos para covid-19 e seus acompanhantes), o

distanciamento mínimo de 1 metro (aumente essa distância quando possível, especialmente em

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) – 31/03/2023

153

ambientes internos e pouco ventilados) e a higiene das mãos com água e sabonete líquido OU preparações alcoólicas. Ademais, é preciso atentar para medidas de controle e reorganização dos serviços de saúde, como manter os ambientes arejados, realização de triagem rápida dos pacientes, evitar a demora na prestação da assistência e a circulação de pessoas em áreas de isolamento, entre outros, com vistas a reduzir situações potenciais de exposição e proteger usuários e profissionais do serviço de saúde.

O quadro 1 dessa nota técnica detalha melhor a recomendação quanto ao uso de máscara nos serviços de saúde. O uso de máscaras continua sendo recomendado para todos, incluindo acompanhantes e visitantes, em áreas de internação de pacientes (incluindo enfermarias, quartos, corredores, etc, dessas áreas).

b. Profissionais do serviço de saúde

• Os profissionais do serviço de saúde devem utilizar EPIs, incluindo máscara facial, seguindo as orientações já descritas no Quadro 1 desta Nota Técnica.

OBS: O controle universal de fonte, considerando a covid-19, não é mais uma recomendação desta Nota Técnica, ficando a recomendação nacional reservada para alguns perfis de pessoas e situações, que são melhores descritas no Quadro 1.

Estas medidas devem se somar, em particular, à rigorosa higiene das mãos por todos os profissionais.

1.2 Gerenciar o acesso e a circulação dos acompanhantes e visitantes dentro dos serviços de saúde

- Deve-se limitar o número de acompanhantes de pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19 apenas àqueles essenciais para o bem-estar físico ou emocional do paciente, aos garantidos por lei e aos que podem ajudar no cuidado do paciente (por exemplo, cuidadores treinados).
- Deve-se restringir o número de visitantes aos pacientes suspeitos ou confirmados de covid 19.
- Incentivar o uso de mecanismos alternativos para interação entre pacientes e visitantes, como aplicativos de videochamadas em telefones celulares ou tablets (atentar para a higienização desses

dispositivos entre os usos, caso sejam ofertados pelo próprio serviço de saúde).

• Limitar os pontos de entrada nas instalações e o horário de visitação para permitir a triagem de todos os visitantes/acompanhantes.

• Avaliar os visitantes/acompanhantes antes da entrada no serviço de saúde. Se for identificada febre ou sintomas respiratórios, não deve ser permitido o acesso aos setores de internação.

• Nas unidades pediátricas deve-se desencorajar a troca de acompanhantes, além de evitar visitas para as crianças.

• Estabelecer procedimentos para orientar, monitorar e gerenciar todos os visitantes, que contemplem:

• instruções para o uso de máscaras faciais por pacientes com sintomas respiratórios, positivos para covid-19 e seus acompanhantes, em todos os locais do serviço de saúde, etiqueta respiratória e higiene frequente das mãos;

 restrição da visita somente ao quarto/box do paciente ou áreas designadas pelo serviço;

• informações para uso apropriado de EPIs, de acordo com a política atual de visitantes da instituição.

• Não tocar ou segurar no colo outras crianças, no caso das unidades pediátricas.

• avaliar os riscos à saúde do visitante (por exemplo, o visitante pode ter uma comorbidade, colocando-o em maior risco para a covid-19) e a capacidade do visitante em cumprir as precauções;

• fornecer instruções, antes da entrada dos visitantes nos quartos/áreas/box dos pacientes, sobre higiene das mãos, superfícies limitadas de serem tocadas e uso de EPI, de acordo com a política atual do serviço de saúde. Além disso, os visitantes devem ser instruídos a restringir sua visita somente ao quarto/box do paciente ou a outra área designada pelo serviço.

2. Implementação de controles de engenharia e medidas administrativas

Recomenda-se projetar e instalar controles de engenharia para reduzir ou eliminar as exposições, protegendo o profissional e pacientes de indivíduos infectados.

Alguns exemplos de controles de engenharia podem incluir:

a. Medidas de engenharia: Ventilação dos ambientes

O risco de transmissão do vírus por aerossol é maior em ambientes internos mal ventilados e / ou

lotados, onde as pessoas passam longos períodos de tempo.

A ventilação de ambientes fechados faz parte de um pacote abrangente de medidas de prevenção e

controle que podem limitar a propagação de algumas doenças respiratórias virais, incluindo a covid-

19. No entanto, a ventilação por si só, mesmo quando corretamente implementada, é insuficiente

para fornecer um nível adequado de proteção. O uso correto de máscaras, a higienização das mãos,

o distanciamento físico, a etiqueta respiratória, a testagem, o rastreamento de contatos, a quarentena,

o isolamento e outras medidas de prevenção e controle de infecções são críticas para prevenir a

transmissão do SARS-CoV-2.

Para mais informações sobre a ventilação dos ambientes dos serviços de saúde, consultar: Roteiro

para melhorar e garantir a boa ventilação de ambientes fechados no contexto da doença causada

pelo novo coronavirus, covid-19. Brasília, D.F.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2021.

Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/53938

O responsável técnico da equipe de manutenção do sistema de climatização deve avaliar a viabilidade

das referidas adaptações, certificando-se que a solução adotada não contaminará os ambientes de

apoio da unidade ou as demais unidades do serviço de saúde;

b. Outras medidas de engenharia

• Adaptação dos ambientes com espaço apropriado para disponibilizar os EPIs e facilitar a

paramentação e desparamentarão dos profissionais;

Barreiras ou partições físicas para orientação e atendimento dos pacientes/acompanhantes

nas áreas de triagem; e

Adoção de divisórias entre pacientes nas áreas compartilhadas.

Além disso, recomenda-se evitar aglomeração de pessoas nas áreas comuns como, por exemplo,

refeitórios, copas, lanchonetes e salas de descanso/repouso; instalação de marcações e sinalizadores

para o controle do distanciamento entre profissionais, pacientes e acompanhantes dentro dos

serviços de saúde; e o estabelecimento das rotinas descritas no Quadro 5 desta Nota Técnica.

Atenção!! Mesmo com o advento da vacinação dos profissionais que atuam nos serviços de saúde contra o SARS-CoV-2, as medidas de prevenção de infecção devem continuar sendo adotadas por todos.

Quadro 5: Orientações de rotinas a serem estabelecidas em áreas ou setores do serviço de saúde.

ÁREAS OU SETORESDO SERVIÇO DE SAÚDE	ORIENTAÇÕES/MEDIDAS ADMINISTRATIVAS QUE PRECISAM SER REFORÇADAS PARA TODOS OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO
	 Disponibilizar condições para higiene das mãos (com água esabonete líquido OU preparação alcoólica); e monitorar frequentemente se esses locais estão abastecidos com os insumos e se os dispensadores estão funcionando adequadamente. Os profissionais que prestam assistência aos pacientes não devem utilizar adornos, principalmente nas mãos ou antebraços (ADORNO ZERO), e sempre devem manter suas unhas limpas e bem aparadas. Criar estratégias de demarcação e orientações para manter distância mínima de 1 metro entre as pessoas (aumente essa distância quando possível, especialmente em ambientes internos e com pouca ventilação); Manter o ambiente ventilado (janelas abertas ou comexaustão); Evitar aglomerações. Estabelecer alguma estratégia de monitoramento para evitar ou dispersar aglomerações; Reforçar a necessidade o uso de máscara facial de acordo com o quadro 1 dessa nota técnica, durante toda a permanência em ambiente do
	 Orientar para que os profissionais não circulem nos ambientes que não fazem parte da área de assistência utilizando EPIs, que só devem ser usados durante a prestação de assistência direta aos pacientes, como por exemplo, o capote/avental e luvas (a máscara sempre deve ser mantida). É importante monitorar o cumprimento dessa medida. Obs.: capotes/aventais e luvas podem ser usados durante o transporte de

	pacientes, porém, é necessário ter-se cuidado para não contaminar os			
	ambientes e superfícies como maçanetas de portas e botões de			
	elevadores com as luvas contaminadas.			
	Além de todas as orientações descritas acima, ainda aplicam-se a essa área:			
	Aumentar o espaçamento entre mesas e cadeiras, para garantir a distância			
	mínima de 1 metro entre as pessoas;			
Refeitórios e	• Reforçar a higiene e desinfecção do ambiente e superficies,			
Copa para	principalmente das mesas, cadeiras, balcões etc., incluindo a higienização			
funcionários/	das mesas após cada uso;			
Lanchonete	• Orientar que as pessoas permaneçam nesses ambientes pelo menor			
	tempo possível;			
	• Aumentar o horário disponível para as refeições, para evitar			
	concentração de colaboradores nos mesmos horários;			
	 Limitar o número de pessoas por mesa; Proibir a entrada nesse ambiente de pessoas em uso de EPI, como capotes/aventais e luvas (exceto máscara). 			
	Além de todas as orientações descritas acima, ainda aplicam-se a essa área: • Manter apenas poltronas, camas e travesseiros de material que permita a limpeza e desinfecção a cada turno de trabalho ou após cada uso (se for utilizado por mais de 1 profissional por turno de trabalho: manhã, tarde e noite);			
Áreas de repouso	Manter poltronas ou camas com pelo menos 1 metro de distância entre			
/ descanso /	elas;			
convivência	Manter o ambiente limpo e bem ventilado;			
	Orientar a permanência nesses ambientes pelo menor tempo possível;			
	• Proibir a entrada nesse ambiente de pessoas em uso de EPIs, como			
	capotes/aventais e luvas (exceto máscara).			
	Além de todas as orientações descritas acima, ainda aplicam-se a essa área:			
	,			
	Disponibilizar condições para higiene das mãos (com água e sabonete líquido OU preparação alcoólica);			

Postos de enfermagem OU Salas de preparo de medicamentos OU Área para prescrição de assistência	 Reforçar a higiene e desinfecção, principalmente das mesas,cadeiras, balcões, pias, torneiras, computadores, armários, locais para a guarda de medicamentos, etc. (pelo menos 2 vezes a cada turno de trabalho: manhã, tarde e noite). Orientar os profissionais a nunca permanecer nesses ambientes com avental/capote e luvas. Reforçar que esses EPIs devem ser imediatamente removidos antes de sair da área de atendimento direto ao paciente. Também não há necessidade do uso de luvas enquanto estiverem no posto de enfermagem, salas de preparo de medicamentos ou área para prescrição de assistência. Esta prática deve ser banida nesses locais com o objetivo de prevenir as infecções cruzadas e a contaminação dos ambientes, produtos/medicamentos e profissionais. 	
Banheiros e vestiários	Reforçar a limpeza e desinfecção, pelo menos 2 vezes a cada turno de trabalho (manhã, tarde, noite).	
Brinquedoteca. Outras áreas infantis	 Preferência por manter fechado, por enquanto. Mas se for utilizar, restringir o número de pessoas nesses ambientes e realizar limpeza e desinfecção de objetos compartilhados após cada uso. 	

Fonte: GVIMS/GGTES/Anvisa, 2023

7 ESTRATÉGIAS PARA OTIMIZAR O FORNECIMENTO E O USO DE EPI

O EPI é usado para proteger o profissional de indivíduos infectados, materiais, superficies e produtos potencialmente infecciosos, medicamentos tóxicos e outras substâncias perigosas usadas na assistência à saúde.

As estratégias de otimização do uso de EPI podem ajudar a manter por mais tempo os volumes dos seus suprimentos, mesmo em situações de escassez. Estratégias decrise podem ser consideradas durante severa escassez de EPI e devem ser usadas com as opções de contingência para ajudar a ampliar os suprimentos disponíveis paraas necessidades mais críticas.

Algumas estratégias que podem facilitar a disponibilidade de EPI diante de situação de escassez global:

1. Educação e monitoramento

O uso inadequado ou excessivo de EPI gera um impacto adicional na escassez de suprimentos e no risco de contaminação do profissional no momento da desparamentação. Dessa forma, todo profissional do serviço de saúde deve receber capacitação e demonstrar capacidade de uso seguro desses equipamentos, a partir, minimamente, dos seguintes treinamentos em serviço:

- quando usar e qual EPI é necessário;
- quando não há necessidade de usar EPI
- como vestir, usar e retirar adequadamente o EPI de maneira a evitar aauto contaminação;
- como descartar os EPI descartáveis após o uso ou desinfetar (óculos de proteção e protetores faciais) e armazenar adequadamente os EPIs reutilizáveis após o uso;
- as limitações do EPI.
- Outras ações educativas podem envolver:
- Realizar a divulgação efetiva de protocolos implantados sobre utilização de EPIs para garantir efetividade do entendimento pelos profissionais.
- Considerar solicitar auxílio de equipe de comunicação e marketing, se disponível;
- Oferecer aos profissionais do serviço de saúde capacitação específica para o exercício de suas atividades e para a prevenção da transmissão de agentes infecciosos, incluindocapacitação em serviço de forma continuada:

- Considerar utilização de ferramentas on-line para educar grandes grupos e manter a consciência

situacional;

Garantir que os profissionais de saúde sejam capacitados e pratiquem o uso apropriado de EPI, antes

de prestar assistência a qualquer paciente;

- Utilizar estratégias de simulação durante as capacitações em serviço;

Além disso, é importante implantar ações de monitoramento contínuo do uso de EPIs pelos profissionais,

incluindo os momentos de paramentação e desparamentação e criar espaços (virtuais ou em algum local do

serviço de saúde) para o recebimento dedenúncias sobre irregularidades quanto ao fornecimento e uso

incorreto de EPIs nos serviços de saúde.

2. Utilização racional de EPI

Para favorecer a utilização racional de EPI é importante que o serviço estabeleça um protocolo de utilização

baseado nos riscos de exposição (por exemplo, tipo deatividade) e na dinâmica de transmissão do patógeno

(por exemplo, contato, gotículaou aerossol).

Algumas estratégias podem ser implementadas pelo serviço de saúde para minimizara necessidade de uso

de EPI, como, por exemplo:

Uso da telemedicina para avaliar casos suspeitos de covid-19, minimizando assim a necessidade

dessas pessoas irem às unidades de saúde para avaliação.

• Utilização de barreiras físicas para reduzir a exposição ao vírus SARS-CoV-2, como

janelas/barreiras de vidro ou plástico. Essa abordagem pode ser implementada em áreas do serviço de saúde

onde os pacientes se apresentarão pela primeira vez, como áreas de triagem, recepção, balcão de

atendimento no pronto-socorro ou na janela da farmácia em que a medicação é coletada.

• Restringir a entrada dos profissionais de saúde nos quartos/áreas/box dos pacientes suspeitos ou

confirmados de covid-19, se eles não estiverem envolvidos no atendimento direto.

Agrupar atividades para minimizar o número de entradas no quarto/área/box do paciente, desde que

não haja prejuízo à segurança do paciente (por exemplo, verificaros sinais vitais durante a administração do

medicamento) e planejar as atividades queserão realizadas à beira do leito.

161

• Realizar uma avaliação criteriosa da prescrição medicamentosa (principalmente em relação aos

horários), rotina de coleta/realização de exames diários e da prescrição de cuidados para os pacientes

suspeitos ou confirmados de covid-19. Essa racionalização se faz importante para diminuir o número de

profissionais que entram em contato direto com o paciente, reduzindo assim a exposição e o uso de EPI de

forma desnecessária. Lembrando sempre de garantir que não haja prejuízo no cuidado com o paciente.

• O profissional de saúde deve utilizar um protetor facial(face shield), para proteger a máscara

N95/PFF2 ou equivalente de contato com as gotículas expelidas pelo paciente, minimizando a

contaminação da máscara.

Idealmente, deve-se liberar o menor número possível de visitantes e estes devem ser orientados a

permanecerem somente nas áreas onde os pacientes com Covid-19 estão sendo isolados, evitando assim

que esses visitantes circulem em outras áreas do serviço de saúde.

É responsabilidade dos gestores dos serviços de saúde o fornecimento aos profissionais do serviço de saúde

dos EPI apropriados e compatíveis com as tarefas desenvolvidas por eles, de qualidade e em quantidade

suficiente.

Além disso, é fundamental que os gestores desses serviços forneçam condições para a implementação das

medidas de prevenção e controle da infecção, incluindo as estratégias de controle de engenharia, de controle

administrativo, e de proteção individual e coletivas.

Nesse sentido, é preciso aprimorar a gestão do estoque de produtos para saúde e promover/intensificar

ações de sensibilização e capacitação dos profissionais, além de ações educativas com foco nos pacientes,

acompanhantes e visitantes, visando à segurança dos pacientes, dos profissionais que atuam no serviço de

saúde e da população geral.

O tipo de EPI usado no atendimento a pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19 vai variar de acordo

com o tipo de assistência que será prestada, risco de exposição e atividade, conforme descrito no Quadro 1

desta Nota Técnica.

NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA № 04/2020 ORIENTAÇÕES PARA SERVIÇOS DE SAÚDE: MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE QUE DEVEM SER ADOTADAS DURANTE A ASSISTÊNCIA AOS CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2) – 31/03/2023

162

REFERÊNCIAS

- 1. Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Operational Considerations for the Identification of Healthcare Workers and Inpatients with Suspected COVID-19 in non-US Healthcare Settings, 06 de Abril de 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/non-us-settings/guidance-identify-hcw-patients.html
- **2.** European Centre for Disease Prevention and Control. Contact tracing: public health management of persons, including healthcare workers, having had contact with COVID-19 cases in the European Union second update, 8 April 2020. Stockholm: ECDC; 2020. Disponível em: https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/Contact-tracing- Public-health-management-persons-including-healthcare-workers-having-had-contact- with-COVID-19-cases-in-the-European-Union%E2%80%93second-update 0.pdf
- **3.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim Infection Prevention and Control Recommendations for Patients with Suspected or Confirmed C oronavirus Disease 2019 (COVID-19) in Healthcare Settings. Update April 13, 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/infection-control-recommendations.html
- **4.** World Health Organization. WHO. Guidance for healthworkers. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical- guidance/health-workers
- **5.** World Health Organization. WHO. Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report 91. 20 de abril de 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200420-sitrep-91-covid-9.pdf?sfvrsn=fcf0670b 4
- **6.** Folgueira M D, Muñoz-Ruipérez C, Alonso-López M A, Delgad R. SARS-CoV-2 infection in Health Care Workers in a large public hospital in Madrid, Spain, during March 2020. Disponível em: https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.04.07.20055723v1.full.pdf
- **7.** World Health Organization. WHO. Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/modes-of-transmission-of-virus-causing-covid-19-implications-for-ipc-precaution-recommendations
- **8.** He X, Lau EH, Wu P, Deng X, Wang J, Hao X, et al. Temporal dynamics in viral shedding and transmissibility of COVID19. Nat Med. 2020;26(5):672-5.
- **9.** Zou L, Ruan F, Huang M, Liang L, Huang H, Hong Z, et al. SARS-CoV-2 viral load in upper respiratory specimens of infected patients. New Engl J Med. 2020;382(12):1177-9.
- **10.** To KK-W, Tsang OT-Y, Leung W-S, Tam AR, Wu T-C, Lung DC, et al. Temporal profiles of viral load in posterior oropharyngeal saliva samples and serum antibody responses during infection by SARS-CoV-2: an observational cohort study. Lancet Infect Dis. 2020;20(5):P565-74.

- **11.** Wölfel R, Corman VM, Guggemos W, Seilmaier M, Zange S, Müller MA, et al. Virological assessment of hospitalized patients with COVID-2019. Nature. 2020;581(7809):465-9.
- **12.** Peter E. Wu, Rima Styra and Wayne L. Gold. Mitigating the psychological effects of COVID-19 on health care workersCMAJ 2020. doi: 10.1503/cmaj.200519; early-released April 15, 2020. Disponível em: https://www.cmaj.ca/content/cmaj/early/2020/04/15/cmaj.200519.1.full.pdf
- **13.** World Health Organization. WHO. Coronavirus disease (COVID-19) outbreak: rights, roles and responsibilities of health workers, including key considerations for occupational safety and health. Interim guidance. 19 March 2020. Disponível em: https://www.who.int/publications-detail/coronavirus-disease-(covid-19)-outbreak-rights- roles-and-responsibilities-of-health-workers-including-key-considerations-for-occupational- safety-and-health
- **14.** Anosmia in a healthcare worker with COVID-19 in Madrid, Spain.Ollarves-Carrero MF, Rodriguez-Morales AG, Bonilla-Aldana DK, Rodriguez-Morales AJ.
- **15.** Travel Med Infect Dis. 2020 Apr 13:101666. doi: 10.1016/j.tmaid.2020.101666. Online ahead of print. PMID: 32298782 No abstract available.
- **16.** Smell dysfunction: a biomarker for COVID-19. Moein ST, Hashemian SMR, Mansourafshar B, Khorram-Tousi A, Tabarsi P, Doty RL. Int Forum Allergy Rhinol. 2020 Apr 17. doi: 10.1002/alr.22587. Online ahead of print. PMID: 32301284
- **17.** Possible link between anosmia and COVID-19: sniffing out the truth.Marinosci A, Landis BN, Calmy A. Eur Arch Otorhinolaryngol. 2020 Apr 17. doi: 10.1007/s00405-020-05966-0. Online ahead of print. PMID: 32303881 No abstract available.
- **18.** World Health Organization. WHO. Infection prevention and control during health care when novel coronavirus (nCoV) infection issuspected. 19 de março de 2020. Disponível em: https://www.who.int/publications-detail/infection-prevention-and-control-during-health-care-when-novel-coronavirus-(ncov)-infection-issuspected-20200125
- **19.** World Health Organization. WHO. Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report 73. Data as reported by national authorities by 10:00 CET 2 April 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200402-sitrep- 73-covid-19.pdf?sfvrsn=5ae25bc7_6
- **20.** World Health Organization. WHO. Coronavirus disease (covid-19) outbreak: rights, roles and responsibilities of health workers, including key considerations for occupational safety and health. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-rights-roles-respon-hw-covid-19.pdf?sfvrsn=bcabd401 0

- **21.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Strategies to Optimize the Supply of PPE and Equipment. 3 de abril de 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019- ncov/hcp/ppe-strategy/index.html
- **22.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. DiscontinuationofTransmission-BasedPrecautionsandDispositionofPatientswith COVID-19 in Healthcare Settings (Interim Guidance). Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/disposition- hospitalized-patients.html
- 23. Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Criteria for Return to Work for Healthcare Personnel with Confirmed or Suspected COVID-19 (Interim Guidance). 13 de abril de 2020. Disponível em:

 https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/return-towork.html?CDC_AA_refVal=https%3A%2F%2Fwww.cdc.gov%2Fcoronavirus%2F2019- ncov%2Fhealthcarefacilities%2Fhcp-return-work.html
- **24.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Strategies to Mitigate Healthcare Personnel Staffing Shortages. 13 de abril de 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/mitigating-staff-shortages.html
- **25.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim U.S. Guidance for Risk Assessment and Public Health Management of Healthcare Personnel with Potential Exposure in a Healthcare Setting to Patients with Coronavirus Disease 2019 (COVID-19). April 15, 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/guidance-risk-assesment-hcp.html
- **26.** BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador. Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais. 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/yxf895xb
- **27.** Morawska, L.; Milton DK. It is Time to Address Airborne Transmission of COVID-19. Clinical Infectious Diseases, ciaa939, https://doi.org/10.1093/cid/ciaa939 Published: 06 July 2020
- **28.** Roger Chou,; Tracy Dana, David I. Buckley; Shelley Selph, Rongwei Fu; and Annette M. Totten.. Epidemiology of and Risk Factors for Coronavirus Infection in HealthCare Workers. Living Rapid Review Ann Intern Med. 5 de maio de 2020 doi:10.7326/M20-1632
- **29.** Gupta, A., Madhavan, M.V., Sehgal, K. et al. Extrapulmonary manifestations of COVID-19. Nat Med 26, 1017–1032 (2020). 10 de julho de 2020. https://doi.org/10.1038/s41591-020- 0968-3. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41591-020-0968-3
- **30.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Duration of Isolation and Precautions for Adults with COVID-19. 22 de julho de 2020. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/duration-isolation.html

- **31.** World Health Organization. WHO. COVID-19 Clinical management. Living guidance 25 January 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-clinical-2021-1 acessado em 31/05/2021.
- **32.** Ministério da Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. Emergência de saúde pública de importância nacional pela doença pelo coronavírus 2019 COVID-19. 3ª versão de 15 de março de 2021. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Guia-de-vigila%CC%82ncia-epidemiolo%CC%81gica-da-covid 19 15.03 2021.pdf acessado em 25/06/2021
- **33.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim Infection Prevention and Control Recommendations for Healthcare Personnel During the Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Pandemic. Revisado em 23/02/21. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/infection-control-recommendations.html e acessado em: 02/06/21.
- **34.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Updated Healthcare Infection Prevention and Control Recommendations in Response to COVID-19 Vaccination. Revisado em 27/04/2021. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/infection-control-after-vaccination.html#anchor 1619116662704 e acessado em: 02/06/21.
- **35.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim U.S. Guidance for Risk Assessment and Work Restrictions for Healthcare Personnel with Potential Exposure to SARS-CoV-2. Revisado em 11/03/21. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/guidance-risk-assesment-hcp.html e acessado em 02/06/21.
- **36.** European Centre for Disease Prevention and Control. Infection prevention and control and preparedness for COVID-19 in healthcare settings Sixth. Revisado em 09/02/21. Disponível em: https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/Infection-prevention-and-control-in-healthcare-settings-COVID-19 6th update 9 Feb 2021.pdf e acessado em 25/06/21.
- **37.** Andraus GS, Dias VMCH, Baena CP. Recurrence of coronavirus disease 2019 (COVID-19), future paths and challenges. Infect Control Hosp Epidemiol. 2021 May 10: 1–3. Published online 2021 May 10. doi: 10.1017/ice.2021.226
- **38.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim Guidance on Ending Isolation and Precautions for Adults with COVID-19. Revisado em 16/03/21. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/hcp/duration-isolation.html e acessado em 25/06/21
- **39.** Hirotsu Y, Maejima M, Shibusawa M, Nagakubo Y, Hosaka K, Amemiya K, Sueki H, Hayakawa M, Mochizuki H, Tsutsui T, Kakizaki Y, Miyashita Y, Yagi S, Kojima S, Omata M. Comparison of automated SARS-CoV-2 antigen test for COVID-19 infection with quantitative RT-PCR using 313 nasopharyngeal swabs, including from seven serially followed patients. Int J Infect Dis. 2020 Oct;99:397-402. doi: 10.1016/j.ijid.2020.08.029. Epub 2020 Aug 12. PMID: 32800855; PMCID: PMC7422837.

- **40.** Albert E, Torres I, Bueno F, Huntley D, Molla E, Fernández-Fuentes MÁ, Martínez M, Poujois S, Forqué L, Valdivia A, Solano de la Asunción C, Ferrer J, Colomina J, Navarro D. Field evaluation of a rapid antigen test (PanbioTM COVID-19 Ag Rapid Test Device) for COVID-19 diagnosis in primary healthcare centres. Clin Microbiol Infect. 2021 Mar;27(3):472.e7-472.e10. doi: 10.1016/j.cmi.2020.11.004. Epub 2020 Nov 13. PMID: 33189872; PMCID: PMC7662075.
- **41.** Fenollar F, Bouam A, Ballouche M, Fuster L, Prudent E, Colson P, Tissot-Dupont H, Million M, Drancourt M, Raoult D, Fournier PE. Evaluation of the Panbio COVID-19 Rapid Antigen Detection Test Device for the Screening of Patients with COVID-19. J
- **42.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Interim Guidance on Testing Healthcare Personnel for SARS-CoV-2 . Revisado em 16/02/21. Disponível em: Interim Guidance on Testing Healthcare Personnel for SARS-CoV-2 | CDC e acessado em 15/07/21
- **43.** Clin Microbiol. 2021 Jan 21;59(2):e02589-20. doi: 10.1128/JCM.02589-20. PMID: 33139420; PMCID: PMC8111145.
- **44.** World Health Organization. WHO. Antigen-detection in the diagnosis of SARS-CoV-2 infection using rapid immunoassays. Interim guidance 11 September 2020. Disponível em: Antigen-detection in the diagnosis of SARS-CoV-2 infection using rapid immunoassays (who.int) accessado em: 15/07/21
- **45.** World Health Organization. WHO. Infection prevention and control during health care when coronavirus disease (COVID-19) is suspected or confirmed. Interim guidance 12 July 2021 Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-IPC-2021.1 Acessado em: 20/07/21
- **46.** Rawson TM, Moore LSP, Zhu N, Ranganathan N, Skolimowska K, et al. Bacterial and Fungal Coinfection in Individuals With Coronavirus: A Rapid Review To Support COVID-19 Antimicrobial Prescribing. Clin Infect Dis. 2020 Dec 3;71(9):2459-2468. doi: 10.1093/cid/ciaa530.
- **47.** Ministério da Saúde. PLANO NACIONAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19. 5ª edição. Março/2021, disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/23/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19-de-2021
- **48.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Science Brief: COVID-19 Vaccines and Vaccination. 72/03/21. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/science/science-briefs/fully-vaccinated-people.html#ref23 Acessado em 15/07/21
- **49.** World Health Organization. WHO. COVID-19 vaccines. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/covid-19-vaccines. Acessado em 06/07/21.

- **50.** World Health Organization. WHO. Guidelines on Core Components of Infection Prevention and Control Programmes at the National and Acute Health Care Facility Level. World Health Organization, 2016.
- **51.** Hall VJ, Foulkes S, Saei A, Andrews N, Oguti B, et al. COVID-19 vaccine coverage in health-care workers in England and effectiveness of BNT162b2 mRNA vaccine against infection (SIREN): a prospective, multicentre, cohort study. The Lancet. Vol 397 May 8, 2021
- **52.** Lumley SF, Rodger G, Constantinides B, Sanderson N, Chau KK, et al. An observational cohort study on the incidence of SARS-CoV-2 infection and B.1.1.7 variant infection in healthcare workers by antibody and vaccination status. Preprint from medRxiv, 12 Mar 2021 DOI: 10.1101/2021.03.09.21253218
- **53.** Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Return to Work Criteria for Healthcare Personnel with SARS-CoV-2 Infection (Interim Guidance). Updated June 2, 2021. Disponível em: Return-to-Work Criteria for Healthcare Workers | CDC Acessado em 06/07/21
- **54.** Cantón R, Gijón D, Ruiz-Garbajosa P. Antimicrobial resistance in ICUs: an update in the light of the COVID-19 pandemic. Curr Opin Crit Care. 2020 Oct;26(5):433-441. doi: 10.1097/MCC.0000000000000755.
- **55.** Rawson T, Ming D, Ahmad R, Moore LSP, Holmes AH. Antimicrobial use, drug-resistant infections and COVID-19. Nat Rev Microbiol 2020 Aug;18(8):409-410. doi: 10.1038/s41579-020-0395-y.
- **56.** Lucien MAB, Canarie MF, Kilgore PE, Jean-Denis G, Fénélon N. Antibiotics and antimicrobial resistance in the COVID-19 era:Perspective from resource-limited settings. PMID: 33434666 PMCID: PMC7796801 DOI: 10.1016/j.ijid.2020.12.087
- **57.** Monnet DL, Harbarth S. Will coronavirus disease (COVID-19) have an impact on antimicrobial resistance? Euro Surveill. 2020;25(45):pii=2001886. https://doi.org/10.2807/1560-7917.ES.2020.25.45.2001886
- **58.** Langford BJ, So M, Raybardhan S, Leung V, Westwood D, et al. Bacterial co-infection and secondary infection in patients with COVID19: a living rapid review and meta-analysis. Clin Microbiol Infect. 2020 Dec;26(12):1622-1629. doi: 10.1016/j.cmi.2020.07.016. Epub 2020 Jul 22.
- **59.** Lansburya L, Lim B, Baskarana V, Lim WS. Co-infections in people with COVID-19: a systematic review and meta-analysis. PMID: 32473235 PMCID: PMC7255350 DOI: 10.1016/j.jinf.2020.05.046
- **60.** Bardi T, Pintado V, Gomez-Rojo M, Escudero-Sanches R, Lopez AA, Diez-Remesal Y, et al. Nosocomial infections associated to COVID-19 in the intensive care unit: clinical characteristics and outcome. PMID: 33389263 PMCID: PMC7778834 DOI: 10.1007/s10096-020-04142-w

- 61. Clancy CJ, Buehrle DJ, Nguyen MH. PRO: The COVID-19 pandemic will result in increased antimicrobial resistance rates. JAC Antimicrob Resist. 2020 Sep; 2(3): dlaa049. Published online 17. doi: 10.1093/jacamr/dlaa049
- 62. Wee LEI, Conceicao EP, Tan JY, Magesparan KD, Amin, IBM, Ismail BBS, Toh HX, et al. Unintended consequences of infection prevention and control measures during COVID-19 pandemic
- 63. Bentivegna E, Luciani M, Arcari L, Santino I, Simmaco M, Maratelletti P. Reduction of Multidrug-Resistant (MDR) Bacterial Infections during the COVID-19 Pandemic: A Retrospective Study. Int J Environ Res Public Health. 2021 Jan 23;18(3):1003. doi: 10.3390/ijerph18031003.
- 64. Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS; 2021. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. https://doi.org/10.37774/9789275723807. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53938/9789275723807 por.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- 65. Roteiro para melhorar e garantir a boa ventilação de ambientes fechados no contexto da doença causada pelo novo coronavirus, COVID-19. Brasília, D.F.: Organização Pan-Americana da Saúde; 2021. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. https://doi.org/10.37774/9789275723807. Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/53938
- 66. Centers for Disease Control and Prevention. CDC. Scientific Brief: SARS-CoV-2 transmission. Disponível em: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/science/science-briefs/SARS-CoV-2 -transmission.html
- 67. Jansen L, Tegomoh B, Lange K, et al. Investigation of a SARS-CoV-2 B.1.1.529 (Omicron) Variant Cluster Nebraska, November-December 2021. MMWR Morb Mortal Wkly Rep 2021;70:1782-1784. DOI: http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.mm705152e3
- 68. https://www.who.int/multi-media/details/use-of-antigen-detection-rapid-diagnostic-testing.
- 69. https://www.who.int/publications/i/item/antigen-detection-in-the-diagnosis-of-SARS-CoV-2 infection-usingrapid-immunoassays
- **70**. BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador. Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais. 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/yxf895xb (e suas atualizações)
- 71. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. NOTA TÉCNICA Nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/sei ms-0030035449-nt-14-cggripe-atualizacoes-ve-covid-19.pdf
- **72**. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Orientações de Vigilância Epidemiológica da covid relacionada trabalho. Disponível ao em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/08/1116664/covid-orienta-es-trabalho.pdf>.
- 73. Brasil. Ministério da Saúde. BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO ESPECIAL. Doença pelo Coronavírus Covid-19. Ministério da Saúde número 52. Semana Epidemiológica 8 (21 a 27/2/2021).

ANEXO 7 - ORIENTAÇÕES PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DAS INFECÇÕES PELO SARS-CoV-2 EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS (antiga NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 06/2020)

INTRODUÇÃO

O mundo viveu um período sem precedentes com a pandemia da covid-19. Essa pandemia interferiu em todos os aspectos da vida cotidiana, com implicações de longo alcance, especialmente na área da saúde.

A prática cirúrgica foi afetada diretamente durante a pandemia da covid-19, pela suspensão de procedimentos eletivos e pela priorização de cirurgias de urgência e emergência, objetivando a reserva de leitos para pacientes com infecção respiratória, principalmente em unidades de terapia intensiva.

No contexto epidemiológico atual, muitos serviços já retomaram a realização dos procedimentos cirúrgicos de forma geral, mas é necessário continuar considerando as práticas para prevenção e controle da transmissão da covid-19 dentro dos serviços de saúde.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) continua a monitorar as informações nacionais referentes ao SARS-CoV-2 e, em parceria com diversos especialistas de notório saber de todo país e apresenta neste documento informações atualizadas para apoiar a tomada de decisão durante a prática Perioperatória no contexto da covid-19.

I - PROGRAMAÇÃO CIRÚRGICA

1. Procedimentos cirúrgicos eletivos

Tendo em vista o cenário epidemiológico atual, os serviços de saúde vêm retomando a "normalidade" na programação das cirurgias eletivas.

Em situações de crise, nas quais ainda seja necessário decidir sobre a priorização ou não de cirurgias eletivas essenciais em relação às não essenciais, é importante considerar.

A situação epidemiológica local, visto que a ocorrência da covid-19 não tem uma distribuição

uniforme no país;

A avaliação dos gestores de saúde locais e do diretor técnico do serviço de saúde sobre a capacidade de receber pacientes eletivos (infraestrutura, profissionais de saúde e de apoio

e insumos em geral);

2. Investigação de suspeição de covid-19

Triagem de pacientes

Recomenda-se realizar o exame TR-Ag ou o RT-PCR em pacientes que tiveram contato próximo com pessoas com covid-19, em período de quarentena, e aqueles que apresentam sintomas respiratórios, visto que a realização de cirurgias em pacientes portadores do SARS-CoV-2 aumenta muito o risco de complicações pós-operatórias.

Em caso de paciente com covid-19, proceder com o agendamento da cirurgia eletiva, conforme

orientado no Quadro 6 desta Nota Técnica.

A definição de contato próximo consta no "Guia de Vigilância Epidemiológica covid-19: Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019" publicado pelo Ministério da

Saúde e foi atualizada pela Nota Técnica nº 14/2022-CGGRIPE/DEIDT/SVS/MS (31/10/2022), disponível em:

https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/sei ms-0030035449-

nt-14-cggripe-atualizacoes-ve-covid-19.pdf

2.1 Agendamento de cirurgias eletivas para pacientes expostos, suspeitos ou

confirmados para covid-19

Pacientes com covid-19 apresentam maior morbimortalidade no período pós-operatório. Uma

análise demonstrou que 44,1% dos pacientes com COVID-19 submetidos a alguma cirurgia necessitaram de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), apresentando uma taxa de mortalidade de 20,5% após admissão nessa unidade (Lei, S. 2020).

O quadro 6 mostra os tempos de espera sugeridos para a realização de cirurgias eletivas em pacientes confirmados para covid-19 Esses tempos são contados a partir da data do diagnóstico de covid-19 até a cirurgia e consideram risco de complicações pós operatórias.

Quadro 6 – Agendamento de cirurgias eletivas para pacientes confirmados para covid-19

Paciente	Orientação
	A cirurgia eletiva deve ser adiada por 7
	semanas após uma infecção por SARS-
	CoV-2 em pacientes <u>não vacinados</u> e
	assintomáticos no momento da
	cirurgia.
	As evidências são insuficientes para fazer
Após uma infecção por covid-19**	recomendações para aqueles que se
	infectam após a vacinação contra a
	covid-19.
	Embora haja evidências de que, em geral,
	a vacinação reduz a morbidade pós-
	infecção, o efeito da vacinação no
	tempo adequado entre a infecção e a
	cirurgia/procedimento é desconhecido.

Fontes: **Adaptado da American Society of Anesthesiologists - ASA and APSF Joint Statement on Elective Surgery/Procedures and Anesthesia for Patients after COVID-19 Infection

Atualizado em 22/02/22. Disponível em: https://www.asahq.org/about-asa/newsroom/news-releases/2022/02/asa-and-apsf-joint-statement-on-elective-surgery-procedures-and-anesthesia-for-patients-after-covid-19-infection

Observações:

1. Os procedimentos cirúrgicos eletivos devem ser adiados até que o paciente não esteja mais no período de transmissibilidade e tenha demonstrado recuperação da covid-19. Caso não seja possível adiar, a cirurgia pode ser realizada desde que sejam seguidas as

- recomendações quanto ao uso de EPIs pelos profissionais de saúde e sejam tomados os devidos cuidados previstos nesta Nota Técnica.
- O adiamento da cirurgia descrito no Quadro 6 deve ser estendido se o paciente permanecer com sintomatologia não exclusiva de sintomas pulmonares.
- 3. Qualquer atraso na cirurgia precisa ser ponderado em relação às necessidades individuais do paciente.
- 4. Se a cirurgia for considerada necessária durante um período de risco provavelmente aumentado, esses riscos potenciais devem ser incluídos no consentimento informado e na tomada de decisão compartilhada com o paciente.
- 5. Qualquer decisão de prosseguir com a cirurgia deve considerar:
 - A gravidade da infecção inicial
 - O risco potencial de sintomas contínuos
 - Comorbidades e estado de fragilidade
 - Complexidade da cirurgia

II. PROFISSIONAIS DE SAÚDE E ORGANIZAÇÃO DAS EQUIPES

- 1. Todos os profissionais que atuam em qualquer etapa dos procedimentos cirúrgicos (pré, trans ou pós operatório) ou que atuam nas unidades onde são realizados estes procedimentos devem receber capacitação sobre os principais sinais e sintomas da covid-19, como realizar a higiene das mãos de forma correta, como devem utilizar e descartar os EPIs de maneira segura e demais orientações, de acordo com a realidade do serviço de saúde, para prevenir a contaminação dos profissionais, pacientes e acompanhantes.
- Adotar escalas racionais de trabalho.
- a) Evitar aglomeração de profissionais de saúde no mesmo ambiente.
- b) Poupar força de trabalho para momentos críticos, como, por exemplo, quando parte da equipe estiver afastada por motivo de doença ou em isolamento de casos suspeitos sintomáticos e contactantes.
- c) Manter constante reavaliação da escala para flexibilizar o quantitativo de profissionais de acordo com o momento local da pandemia.

- d) Remanejar profissionais entre as unidades de forma a melhor atender a demanda e o aumento do fluxo de pacientes.
- 3. Adotar medidas individuais de proteção e cuidados relativos à saúde mental da equipe.
- a) Atenção a potenciais transtornos mentais como síndrome de "Burnout", transtornos de ansiedade e depressão. Estudo publicado na Revista Brasileira do Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC) mostrou que em um hospital de emergência do Brasil, cerca de metade dos cirurgiões que trabalham no setor de Emergência apresentavam quadro compatível com síndrome de "Burnout" (Novais, R, 2016).
- b) Profissionais com fatores de risco para desenvolvimento de transtornos dessa natureza podem ser afetados pela vivência de situações críticas. Tais pessoas devem ser identificadas e acolhidas pela equipe e profissionais de saúde mental.
- 4. Estimular cooperação, tolerância e confiança, entre os membros da equipe cirúrgica e demais profissionais que atuam na unidade, considerando a proficiência dos profissionais durante o procedimento.
- 5. Adotar recursos para telessaúde/telemedicina:
- a) Evita a possível exposição de toda a equipe ao vírus;
- b) Possibilidade de trocar experiências, como sessões clínicas e rodadas de discussão com vários membros da equipe sem necessidade de aglomerações. Ainda é possível a realização de consultas de enfermagem pré-operatória e avaliação pré-anestésica, entre outros;
- c) Existe a experiência prévia de sucesso dessa ferramenta em outras pandemias, bem como em catástrofes naturais, além de permitir a colaboração de especialistas de diferentes localidades e mesmo países, em tempo real.

6. Composição da equipe cirúrgica

Para a composição da equipe cirúrgica, recomenda-se:

- Diminuir ao máximo o número de pessoas dentro da sala cirúrgica. Somente os profissionais considerados essenciais devem participar do procedimento cirúrgico e, a menos que haja uma emergência, não deve haver troca de profissionais da sala durante os procedimentos.
- Não permitir a participação no ato operatório de qualquer membro da equipe cirúrgica, anestésica ou colaborador que apresente sintomas respiratórios. Este deverá ser testado para covid-19 (exame de RT-PCR ou Teste de Antígeno) e em caso de confirmação do diagnóstico, deve ser afastado do trabalho, seguindo as orientações do Ministério da Saúde.

III. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E ORIENTAÇÕES GERAIS

Todos os membros da equipe da sala cirúrgica devem usar EPIs, a depender da situação de risco (para precaução padrão + contato + gotículas ou aerossóis), conforme recomendado nesta Nota Técnica. O **Quadro 7** apresenta a indicação de EPI para as equipes do centro cirúrgico e da internação cirúrgica, de acordo com o tipo de situação de risco.

Antes de iniciar um procedimento cirúrgico é importante ter certeza que existem equipamentos de proteção individual (EPI) disponíveis para toda a equipe e que sejam adequados para o atendimento de pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19.

Quadro 7: Indicação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para as equipes do centro cirúrgico e da internação cirúrgica.

Situação	Equipe do Centro Cirúrgico	Equipe da internação cirúrgica
Triagem de sintomas respiratórios OU exame de RT- PCR disponíveis e o paciente é sintomático OU suspeito OU confirmado de COVID-19	Equipe Cirúrgica - Gorro descartável - Protetor facial ou óculos de proteção - Máscara N95/PFF2 ou equivalente - Avental cirúrgico* - Luvas estéreis Anestesista - Gorro descartável - Protetor facial ou óculos de proteção - Máscara N95/PFF2 ou equivalente - Avental* - Luvas	Para situações sem risco de aerossolização**: - Protetor facial ou óculos de proteção - Máscara cirúrgica - Avental* - Luvas Para situações com risco de aerossolização**: - Gorro descartável - Protetor facial ou óculos de proteção - Máscara N95/PFF2 ou equivalente - Avental* - Luvas Nota 1. Prosseguir com a investigação clínica-laboratorial para confirmar ou descartar a suspeita de covid-19 e rever as medidas de precaução, se necessário Nota 2. A máscara cirúrgica deve ser utilizada como medida de precaução por gotícula e N95/PFF2 ou equivalente como precaução por aerossol.
Paciente é assintomático OU exame de RT-PCR pré- operatório negativo (quando disponível)	Equipe Cirúrgica - Gorro descartável - Protetor facial ou óculos de proteção - Máscara cirúrgica - Avental cirúrgico* - Luvas estéreis Anestesista - Gorro descartável - Protetor facial ou óculos de proteção - Máscara cirúrgica - Avental* - Luvas	Usar EPIs, conforme precauções-padrão.

Fonte: GVIMS/GGTES/ANVISA, 2023.

*O profissional deve avaliar a necessidade do uso de avental impermeável, a depender do quadro clínico do paciente e do risco de exposição a sangue, vômitos, fezes, secreção orotraqueal etc.

**Cirurgias ou procedimentos com potencial risco para aerossolização com partículas infectantes: intubação orotraqueal; cirurgias de cavidade oral, faringe, laringe e tórax; cirurgias abdominais com acesso ao trato gastrointestinal laparoscópicas ou abertas etc.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- **1.** Não se deve utilizar máscaras N95/PFF2 ou equivalente com válvula de expiração durante procedimentos cirúrgicos. Essas válvulas permitem a saída do ar expirado pelo profissional que está usando esse EPI e pode contaminar o campo operatório, paciente e outros profissionais.
- 2. Seguir rigorosamente as recomendações dessa Nota Técnica para escolha de EPIs e paramentação e desparamentação de forma segura.
- **3.** Para o transporte de pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19 da sala cirúrgica ao local de internação, o profissional deverá trocar avental e luvas. Os demais EPIs devem ser mantidos até que a ação tenha sido concluída e o profissional tenha acessado local adequado para a sua desparamentação, dentro do centro-cirúrgico.
- **4.** Para evitar a saída do profissional circulante de sala durante o procedimento cirúrgico, recomenda-se disponibilizar um profissional da equipe fora da sala operatória para providenciar materiais, equipamentos e insumos que sejam essenciais para o ato operatório.
- **5.** Se paciente cirúrgico for sintomático respiratório ou positivo para covid-19, deve utilizar a máscara cirúrgica, para controle de fonte, durante sua circulação para o centro cirúrgico, anestesias e para o local de internação após o procedimento.

IV. MEDIDAS A SEREM ADOTADAS NO AMBIENTE CIRÚRGICO

1. Adoção de Protocolos e "Checklists" específicos

- a) A comunicação entre os membros da equipe cirúrgica deve sempre ser eficiente para evitar eventos adversos e a possibilidade de contaminação com o SARS-CoV-2.
- b) É importante a elaboração e implementação de protocolos e *checklists* específicos (recomenda-se minimamente, o Protocolo de Cirurgia Segura Lista de verificação de segurança cirúrgica e um protocolo para paramentação e desparamentação de EPIs) com o objetivo de otimizar o fluxo de trabalho e prevenir infecções e outros eventos adversos.

- c) É indispensável a adoção de um *checklist* de conferência de itens essenciais que deverão permanecer dentro da sala operatória (equipamentos e insumos), a ser conferido junto com a equipe médica antes de chamarem o paciente para o centro cirúrgico.
- d) Garantir a capacitação das equipes para a implementação desses protocolos e a realização de auditorias para verificação de seu seguimento por parte dos profissionais de saúde.

2. Recomendações para as salas de cirurgias

a) Considerar a definição de salas de cirurgias exclusivas para pacientes suspeitos ou confirmados de covid-19.

Esta orientação é importante devido à dificuldade de descontaminação de várias salas cirúrgicas e para a minimização da contaminação de vários ambientes do centro cirúrgico, comprometendo o funcionamento da unidade. Além disso, essa ação tende a otimizar a alocação de recursos humanos e o uso de equipamentos de proteção.

- b) Preparo da sala operatória: somente equipamentos, mobiliários e medicamentos necessários devem ser levados à sala de cirurgia. Além disso, monitores anestésicos e superfícies de equipamentos de ultrassom, etc podem ser cobertos com filme plástico para diminuir o risco de contaminação e facilitar a limpeza sem danificar os equipamentos.
- c) Disponibilizar sinalização na porta da sala cirúrgica quanto à precaução recomendada.
- d) Manter as salas de cirurgias para pacientes com suspeita ou confirmação de covid-19 com filtragem do ar ambiente adequada. Se possível, devem ser usadas salas diferentes para outros pacientes cirúrgicos emergenciais.
- e) Durante os procedimentos como a indução anestésica, intubação e extubação orotraqueal e procedimentos cirúrgicos com geração de aerossóis, é recomendável que o paciente permaneça em sala com pressão negativa, com filtro HEPA, que permita a filtração entre 6 e 25 vezes/hora e com a pressão negativa de pelo menos -5Pa em relação a antessala (para reduzir a disseminação do vírus para além da sala cirúrgica ABNT 7256).
- f) Na indisponibilidade de sala cirúrgica que evite a dispersão dos aerossóis carreados com o vírus para fora da sala ou de sala com pressão negativa, recomenda-se desligar o equipamento de ar condicionado da sala cirúrgica durante a realização de procedimentos potencialmente geradores de aerossóis (pressão neutra).

g) Em cirurgias com risco de aerossolização (uso do aparelho de bisturi, videolaparoscópicas etc.), quando disponível, utilizar o filtro HEPA no aparelho de anestesia para evitar a contaminação do mesmo e proceder a troca da cal sodada.

Observações:

1. Normalmente, os centros cirúrgicos possuem pressão positiva, as salas não são

independentes e o sistema de climatização é geral. Assim, desligando o sistema de uma sala,

desliga-se todo o sistema. Dessa forma, em cirurgias em pacientes com suspeita ou confirmação

de covid-19, é recomendado desligar o sistema de ar central no centro cirúrgico, se tiver pressão

positiva. Porém, é importante consultar a equipe responsável pela operação do sistema de

climatização, certificando-se de que essas adaptações são possíveis e que não contaminará os

ambientes de apoio da unidade ou outras unidades do serviço de saúde.

2. Enquanto a limpeza terminal estiver sendo realizada, após a cirurgia ou procedimento e antes

da liberação para utilização da sala por outros pacientes e equipes, a sala deverá ser mantida com

a mesma pressão (negativa ou neutra).

3. Objetos pessoais no ambiente cirúrgico

a) Reforçar as orientações de que objetos pessoais como bolsas, carteiras, telefones celulares,

chaves etc. ou alimentos NÃO devem ser levados para o ambiente cirúrgico, visando minimizar a

chance de levar contaminação ao centro cirúrgico, bem como, de contaminar tais objetos e torná-

los fômites fora do ambiente hospitalar.

b) Reforçar a orientação para os profissionais NÃO utilizarem adornos dentro do ambiente

cirúrgico.

4. Durante a cirurgia

- Manter as portas da sala cirúrgica fechadas durante todo o procedimento / cirurgia;

- Os patologistas devem receber a peça do lado de fora da sala e o diagnóstico deverá ser informado

pelo telefone, evitando-se assim adentrar a sala cirúrgica.

4. Cuidados na intubação e na extubação orotraqueal

a) O acesso às vias aéreas é um momento crítico de dispersão viral. Assim deve-se restringir
 o quantitativo de pessoal na sala cirúrgica durante a intubação e extubação orotraqueal.

b) Os demais membros da equipe devem retornar à sala cirúrgica quando a equipe de anestesiologia tiver uma via aérea segura e adaptada ao aparelho de anestesia em sistema fechado. A equipe cirúrgica deve estar paramentada e fora da sala de cirurgia, para assim que terminar a intubação, o ato operatório possa ser iniciado sem atraso.

c) Se necessário e possível, a intubação e a extubação devem ocorrer dentro de uma sala de pressão negativa.

d) Durante a extubação traqueal, a equipe cirúrgica não deverá permanecer na sala de cirurgia ou, nesta impossibilidade, deve manter-se afastada o máximo possível do paciente.

V. PROCEDIMENTOS LAPAROSCÓPICOS EM PACIENTES SUSPEITOS/CONFIRMADOS DE COVID-19

É importante que as recomendações abaixo sejam seguidas quando a videolaparoscopia for a via de acesso escolhida para o procedimento cirúrgico.

Já existem diversas evidências científicas que tratam sobre os riscos relativos as Cirurgias Minimamente Invasivas versus a abordagem aberta convencional, em pacientes com covid-19 suspeita ou confirmada. O SARS-CoV-2 já foi encontrado em várias células do trato gastrointestinal e em todos os fluidos, incluindo saliva, conteúdo entérico, fezes e sangue. Além disso, pacientes podem apresentar manifestações gastrointestinais da COVID-19 e, por este motivo, todos os procedimentos endoscópicos de emergência realizados atualmente devem ser considerados de alto risco de infecção/contaminação pelo SARS-CoV-2.

Porém, existem benefícios comprovados da cirurgia minimamente invasiva na redução do tempo de permanência e complicações que devem ser considerados nesses pacientes, além do potencial de ultrafiltração da maioria ou de todas as partículas em aerossol, pois a filtragem de partículas em aerossol pode ser mais difícil durante a cirurgia aberta.

Considerando isso, é altamente recomendável que medidas de proteção sejam empregadas para

garantir a segurança da equipe e a manutenção da força de trabalho considerando a possibilidade de contaminação viral para a equipe em cirurgias abertas, laparoscópicas ou robóticas.

Recomendações:

- a) O procedimento cirúrgico deve ser realizado pelo cirurgião com mais proficiência, visando diminuir o tempo operatório e consequentemente a exposição à contaminação.
- b) Verificar a vedação dos trocartes antes do procedimento:
 - Possibilidade de extravasamento do pneumoperitônio contaminado sob pressão.
 - Verificar se as válvulas estão adequadas e as borrachas de vedação não estão rompidas antes de iniciar o pneumoperitônio.
- c) Usar trocartes descartáveis

Devido a menor possibilidade de desgaste por uso com consequente falha nos mecanismos de vedação. Principalmente os trocartes de maior calibre (com espessura 10 mm ou superior) devem ser descartáveis, nos quais a retirada e colocação de instrumentos como óticas, pinças de trabalho, grampeadores etc. é mais constante durante a cirurgia.

d) Escolher um único trocarte para esvaziamento do pneumoperitônio durante a cirurgia, em sistema fechado e com dispositivos de filtragem.

Para evitar a dispersão de gás contaminado para o ambiente cirúrgico. Na ausência de insufladores com dispositivos fechados de desinsuflação, deve-se conectar o sistema fechado a um único trocarte. Muitos autores têm advogado pelo uso de dispositivos em selo d'água com filtros e em sistema fechado (respiro conectado ao vácuo). Uma publicação da *European Society of Endoscopic Surgery* recomenda o uso de filtros de ventilação mecânica, por serem eficazes e baratos. Entretanto, filtros específicos para laparoscopia são altamente recomendados.

- e) Cerclagem em torno dos trocartes com suturas (principalmente acima de 10 mm) ou uso de trocartes-balão para evitar escape de gás em torno dos trocartes.
- f) Retirada de peças cirúrgicas e trocartes somente após total desinsuflação e com uso de dispositivos ("bags") próprios.
 - Evitar dispersão não controlada do pneumoperitônio com a abertura da cavidade e/ou retirada dos trocartes com o abdome insuflado.

 O uso de "bags" próprios para extração de peças cirúrgicas minimiza a perda do gás do pneumoperitônio, mesmo após a desinsuflação. Dispositivos artesanais com o uso de luvas e outros materiais não são apropriados para tal finalidade e são desaconselhados.

Considerações gerais sobre os procedimentos laparoscópicos:

- As incisões nos orifícios devem ser as menores possíveis para permitirem a passagem dos equipamentos/instrumentos, mas não o vazamento ao redor dos orifícios;
- A pressão de insuflação de CO2 deve ser mantida no padrão mínimo, e recomenda-se o uso de uma ultrafiltração (sistema de evacuação de fumaça ou filtragem), se disponível;
- Todo pneumoperitônio deve ser evacuado com segurança por um sistema de filtragem antes do fechamento, remoção do trocarte, extração da amostra ou conversão para abrir;
- Como o SARS-CoV-2 foi encontrado em várias células do trato gastrointestinal e em todos os fluidos, incluindo saliva, conteúdo entérico, fezes e sangue, o uso de qualquer forma de energia para hemostasia cirúrgica deve ser minimizado;
- Procedimentos endoscópicos que requerem insuflação adicional de CO2 ou ar ambiente por fontes adicionais devem ser evitados, pois geram aerossóis. Isso inclui muitos procedimentos de ressecção endoscópica da mucosa e endoluminal;
- A remoção das tampas nos endoscópios pode liberar fluidos ou ar e deve ser evitada.
- A decisão de usar ou não a via laparoscópica deve ser individualizada a critério clínico e do cirurgião, levando em consideração o risco de contágio por questões técnicas inerentes ao material cirúrgico apresentado.
 - Alguns procedimentos se beneficiam mais ou menos com o acesso laparoscópico.
 - O acesso laparoscópico pode reduzir morbidade e tempo de internação (26). Deve-se avaliar o risco de contaminação da equipe e aumento de morbimortalidade específica no pós-operatório versus benefício do acesso laparoscópico.

V. CIRURGIAS E VACINAS

Não há registros na literatura científica quanto à necessidade de intervalos entre a vacinação para covid-19 e a realização de cirurgias. Porém, sugere-se aguardar pelo menos 7 dias entre a vacinação para covid-19 e o procedimento cirúrgico, a fim de evitar confusão quanto às possíveis

reações à vacina ou as complicações cirúrgicas, caso surjam sintomas clínicos no paciente.

Da mesma maneira, não há intervalo mínimo recomendado para a administração de vacinas para covid-19 após procedimentos cirúrgicos, desde que o paciente esteja clinicamente estável. As vacinas para covid-19, atualmente regularizadas, não são de vírus vivos atenuados, portanto, não possuem contraindicações para uso em pacientes imunocomprometidos (oncológicos, transplantados etc.).

ATENÇÃO!

Essa Nota Técnica apresenta medidas de prevenção e controle de infecções causadas por um vírus novo e, portanto, essas orientações são baseadas no que se sabe até o momento.

Porém, os profissionais de saúde ou os serviços de saúde brasileiros podem determinar ações de prevenção e controle MAIS RIGOROSAS que as definidas nesta Nota Técnica, a partir de uma avaliação caso a caso, de acordo com a sua realidade e a disponibilidade de recursos.

REFERÊNCIAS

- 1- Aminian A, Safari S, Razeghian-Jahromi A, Ghorbani M, Delaney CP. COVID-19 Outbreak and Surgical Practice: Unexpected Fatality in Perioperative Period. Ann Surg. 2020 Mar 26. [Epub ahead of print]
- 2- Lei S, Jiang F, Su W, Chen C, Chen J, Mei W, Zhan LY, Jia Y, Zhang L, Liu D, Xia ZY, Xia Z. Clinical characteristics and outcomes of patients undergoing surgeries during the incubation period of COVID-19 infection. EClinicalMedicine. 2020 Apr 5:100331.
- 3- A. Spinelli and G. Pellino. COVID-19 pandemic: perspectives on an unfolding crisis. Br J Surg. 2020 Mar 19. doi: 10.1002/bjs.11627. [Epub ahead of print]
- 4- 2nd Updated Intercollegiate General Surgery Guidance on COVID-19 (https://www.asgbi.org.uk/userfiles/file/covid19/2nd-update-intercollegiate-general-surgery-guidance-on-covid-19-6-april- -1.pdf)

- 5- Tian Y, Rong L, Nian W, He Y. Review article: gastrointestinal features in COVID-19 and the possibility of faecal transmission. Aliment Pharmacol Ther. 2020 May;51(9):843-851. doi: 10.1111/apt.15731. Epub 2020 Mar 31.
- 6- Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 02/2021-Critérios Diagnósticos das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde.
- 7- Brindle M, Gawande A. Managing COVID-19 in Surgical Systems. Ann Surg, March 2020 [Epub ahead of print]
- 8- Brat GA, Hersey SP, Chhabra K,Gupta A, Scott J. Protecting Surgical Teams During the COVID-19 Outbreak: A Narrative Review and Clinical Considerations. Ann Surg, March 2020 [Epub ahead of print]
- 9- Novais RN, Rocha LM, Eloi RJ, Santos LM, Ribeiro MV, Ramos FW, Lima FJ, Sousa-Rodrigues CF, Barbosa FT. Burnout Syndrome prevalence of on-call surgeons in a trauma reference hospital and its correlation with weekly workload: cross-sectional study. Rev Col Bras Cir. 2016 Sep-Oct;43(5):314-319.
- 10- Mason DJ, Friese CR. Protecting health care workers against COVID-19—and being prepared for future pandemics. JAMA Health Forum. 2020;1(3):e200353.
- 11- Lai J, Ma S, Wang Y, et al. Factors associated with mental health outcomes among health care workers exposed to coronavirus disease 2019. JAMA Netw Open. 2020;3(3):e203976
- 12- Delivering the Emergency General Surgery service in the UK during the coronavirus COVID-19 pandemic. Association of Surgeons of Great Britain and Ireland (ASGBI). Disponível em: https://www.asgbi.org.uk/
- 13- Ting DSW, Carin L, Dzau V, Wong TY. Digital technology and COVID-19. Nat Med. 2020 Apr;26(4):459-461.
- 14 SOBECC, Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Centro de Material e Esterilização e Recuperação Anestésica. Recomendações relacionadas ao fluxo de atendimento para pacientes com suspeita ou infecção confirmada pelo covid-19 em procedimentos cirúrgicos ou endoscópicos. 2 ed. 2020.
- 15- Federico Coccolini, Gennaro Perrone, Massimo Chiarugi, Francesco Di Marzo, Luca Ansaloni, Ildo Scandroglio, Pierluigi Marini, Mauro Zago, Paolo De Paolis, Francesco Forfori, Ferdinando Agresta, Alessandro Puzziello, Domenico D'Ugo, Elena Bignami, Valentina Bellini, Pietro Vitali, Flavia Petrini, Barbara Pifferi, Francesco Corradi, Antonio Tarasconi, Vittoria Pattonieri, Elena Bonati, Luigi Tritapepe, Vanni Agnoletti, Davide Corbella, Massimo Sartelli and Fausto Catena. Surgery in COVID-19 patients: operational directives. World Journal of Emergency Surgery (2020) 15:25.
- 16- Forrester JD, Nassar Ak, Maggio, PM, Hawn MT. Precautions for operating room team members during COVID-19 pandemic. Journal of American College of Surgeons, 30 March 2020 [Epub ahead of print]
- 17- Correia MITD, Ramos RF, LC Von Bahten. Os cirurgiões e a pandemia do COVID-19. Rev Col Bras Cir 47(1):e20202536.
- 18- Australian Society of Anaesthetists (ASA). Anaesthesia and caring for patients during the COVID-19 outbreak. 02 de abril de 2020. Disponível em: https://anaesthetists.org/Home/Resources-publications/Anaesthetic-Management-of-Patients-During-a-COVID-19-Outbreak.
- 19- Hyun Joo Kim, Justin Sangwook Ko, Tae-Yop Kim, Scientific Committee of the Korean Society of Anesthesiologists. Recommendations for anesthesia in patients suspected of COVID-19 Coronavirus infection. Korean J Anesthesiol 2020;73(2):89-91.
- 20- Understanding the "Scope" of the Problem: Why Laparoscopy Is Considered Safe during the COVID-19 Pandemic. Disponível em: https://www.jmig.org/article/S1553-4650(20)30171-0/pdf

- 21- Laparoscopic surgery and coronavirus disease: What do we know now? Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/clin/v75/1807-5932-clin-75-e2083.pdf
- 22- Surgery during the COVID-19 pandemic Disponível em: https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2932281-9
- 23- Zheng MH, Boni L, Fingerhut A. Minimally invasive surgery and the novel coronavirus outbreak: lessons learned in China and Italy. Ann Surg 2020; March [Epub ahead of print]
- 24- Heniford BT, Shao J, Deerenberg E, Brown J, and the MIS Task Force. Statement for Laparoscopic Surgery During the COVID-19 Pandemic.
- 25- Mintz Y, Arezzo A, Boni L, Chand M, Brodie R, Fingerhut A and the Technology Committee of the European Association for Endoscopic Surgery. A Low Cost, Safe and Effective Method for Smoke Evacuation in Laparoscopic Surgery for Suspected Coronavirus Patient. Ann Surg. April 2020 [Epub ahead of print].
- 26- Morris SN, Fader NF, Milad MP, Humberto J Dionisi HJ. Understanding the "Scope" of the Problem: Why Laparoscopy is Considered Safe During the COVID-19 Pandemic. The Journal of Minimally Invasive Gynecology (2020), April [Epub ahead of print].
- 27- SAGES AND EAES RECOMMENDATIONS REGARDING SURGICAL RESPONSE TO COVID-19 CRISIS. Disponível em: https://www.sages.org/recommendations-surgical-response-covid-19/
- 28- Orientações para o retorno de cirurgias eletivas durante a pandemia de COVID-19. Maio de 2020. Disponível em: https://cbc.org.br/wp-content/uploads/2020/05/PROPOSTA-DE-RETOMADA-DAS-CIRURGIAS-ELETIVAS-30.04.2020-REVISTO-CBCAMIBSBASBOT-ABIH-SBI-E-DEMAIS.pdf
- 29 Royal College of Surgeons of England. Information for surgeons on vaccination of patients awaiting surgery. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2021_01_22_Vaccine%20position%20statement%20FINAL.pdf . Acesso em 13 de março de 2021.
- 30- Lima DS, Ribeiro Junior MF, Vieira-Jr HM, Campos T, Di Saverio S. Alternativas para o estabelecimento de via aérea cirúrgica durante a pandemia de COVID-19. Rev. Col. Bras. Cir. 2020;47(1); e20202549.
- 31- 19. Li C I, Pai J Y, Chen C H. Characterization of smoke generated during the use of surgical knife in laparotomy surgeries. J Air Waste Manag Assoc, 2020, Feb 12 [online ahead of print].
- 32- Yeo C, Kaushal S, Yeo D. Enteric involvement of coronaviruses: is faecal-oral transmission of SARS-CoV-2 possible? Lancet Gastroenterol Hepatol. 2020 Apr;5(4):335-337
- 33- Rebmann, T., S. Alexander, T. Cain, B. Citarella, M. Cloughessy, and B. Coll "APIC position paper: extending the use and/or reusing respiratory protection in healthcare settings during disasters. Disponível em http://www.apic.org/Resource_/TinyMceFileManager/Advocacy-PDFs/APIC_Position_Ext_the_Use_and_or_Reus_Resp_Prot_in_Hlthcare_Settings1209l.pdf
- 34- https://www.segurancadopaciente.com.br/protocolo-diretrizes/mascaras-n95-recomendacoes-para-uso-prolongado-e-reutilizacao/
- 35- Gloster H M, Roenigk R K. Risk of acquiring human papillomavirus from the plume produced by the carbon dioxide laser in the treatment of warts J Am Acad Dermatol 1995; 32: 436-441
- 36- Johnson G K, Robinson W S. Human immunodeficiency virus-1 (HIV-1) in the vapors of surgical power instruments, 1991, 33: 47-50.
- 37- Linton NM, Kobayashi T, Yang Y, Hayashi K, Akhmetzhanov AR, Jung SM, et al. Incubation period and other epidemiological characteristics of 2019 novel coronavirus infections with right truncation: a statistical analysis of publicly available case data. J Clin Med. 2020;9(2):E5
- 38- Graham LA, Maldonado YA, Tompkins LS, Wald SH, Chawla A, Hawn MT. Asymptomatic SARS-CoV-2 Transmission from Community Contacts in Healthcare Workers. Ann Surg. 2020

[Epub ahead of print]

- 39- A. Nair, J.C.L. Rodrigues, S. Hare, A. Edey, A. Devaraj, J. Jacob, A. Johnstone, R. McStay, Erika Denton, G. Robinson. A British Society of Thoracic Imaging statement: considerations in designing local imaging diagnostic algorithms for the COVID-19 pandemic. Clinical Radiology 75 (2020) 329e334.
- 40 American College of Surgeons. COVID-19 and Surgery. Disponível em https://www.facs.org/covid-19
- 41 The Royal College of Surgeons of England. Coronavirus (COVID-19). Last updated: Saturday 18 April. Disponível em: https://www.rcseng.ac.uk/coronavirus/
- 42 Society of American Gastrointestinal and Endoscopic Surgeons. SAGES. SAGES and European Association for Endoscopic Surgery and other Interventional Techniques EAES recommendations regarding surgical response to covid-19 crisis. March 29, 2020. Disponível em: https://www.sages.org/recommendations-surgical-response-covid-19/
- 43 Association of periOperative Registered Nurses. AORN. Disponível em: https://www.aorn.org/about-aorn/aorn-newsroom/covid-19-coronavirus
- 44 Anesthesia Patient Safety Foundation. Perioperative Considerations for the 2019 Novel Coronavirus (COVID-19). February 12, 2020 https://www.apsf.org/news-updates/perioperative-considerations-for-the-2019-novel-coronavirus-covid-19/
- 45 American College of Surgeons. COVID-19: Considerations for Optimum Surgeon Protection Before, During, and After Operation. Updated on April 1, 2020. Disponível em https://www.facs.org/covid-19/clinical-guidance/surgeon-protection
- 46 Joseph D. Forrester, Aussama K. Nassar, Paul M. Maggio, Mary T. Hawn. Precautions for Operating Room Team Members during the COVID-19 Pandemic. Journal of the American College of Surgeons, 2020; DOI: 10.1016/j.jamcollsurg.2020.03.030
- 47 Australian Orthopaedic Association March 2020. Position statement: Orthopaedic surgery during the COVID-19 pandemic. Disponível em: https://www.aoa.org.au/docs/default-source/advocacy/aoa-position-statement-orthopaedic-surgery-during-the-covid-19-pandemic march-2020.pdf?sfvrsn=957fdd04 4
- 48 Zheng Liu, Yawei Zhang, Xishan Wang, Daming Zhang, Dechang Diao, K. Chandramohan, corresponding author and Christopher M. Booth. Recommendations for Surgery During the Novel Coronavirus (COVID-19) Epidemic. Indian J Surg. 2020 Apr 11: 1–5.
- 49 American College of Surgeons. New algorithm aims to protect surgical team members against infection with COVID-19 virus. April 6, 2020. Disponível em: https://www.sciencedaily.com/releases/2020/04/200406112526.htm
- 50 Royal College of Surgeons in Ireland. Disponível em: https://www.rcsi.com/dublin/coronavirus/surgical-practice/clinical-guidance-for-surgeons
- 51 World Federation of Societies of Anesthesiologists. WFSA. Coronavirus guidance for anaesthesia and perioperative care providers. Disponível em: https://www.wfsahg.org/resources/coronavirus
- 52 Shaoqing Lei, Fang Jiang, Wating Sua, Chang Chen, Jingli Chen, Wei Mei, Li-Ying Zhan, Yifan Jia, Liangqing Zhangg, Danyong Liu, Zhong-Yuan Xia, Zhengyuan Xi. Clinical characteristics and outcomes of patients undergoing surgeries during the incubation period of COVID-19 infection Published: April 04, 2020DOI:https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2020.100331. Disponível em: https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2589-5370%2820%2930075-4
- 53 Royal Australasian College of Surgeons. COVID-19 information hub. Disponível em: https://www.surgeons.org/media-centre/covid-19-information-hub
- 54 Philip F. Stahel. How to risk-stratify elective surgery during the COVID-19 pandemic? Published

- online 31 de março de 2020. doi: 10.1186/s13037-020-00235-9 Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7107008/
- 55 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7256: Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) Requisitos para projeto e execução das instalações. Rio de Janeiro, 2005.
- 56 American Society of Anesthesiologists ASA and APSF Joint Statement on Elective Surgery/Procedures and Anesthesia for Patients after COVID-19 Infection
- . Disponível em: https://www.asahq.org/about-asa/newsroom/news-releases/2022/02/asa-and-apsf-joint-statement-on-elective-surgery-procedures-and-anesthesia-for-patients-after-covid-19-infection
- 57 Lei S, Jiang F, Su W, Chen C, Chen J, Mei W, Zhan LY, Jia Y, Zhang L, Liu D, Xia ZY, Xia Z. Clinical characteristics and outcomes of patients undergoing surgeries during the incubation period of COVID-19 infection. EClinicalMedicine. 2020 Apr 5;21:100331. doi: 10.1016/j.eclinm.2020.100331. PMID: 32292899; PMCID: PMC7128617.
- 58 Novais, R.N., Rocha, L.M., Eloi, L. J., Santos, L.M., et al. Prevalência da Síndrome de Burnout em cirurgiões plantonistas de um hospital de referência para trauma e sua correlação com carga horária semanal de trabalho: estudo transversal. Artigo Original Rev. Col. Bras. Cir. 43 (05) Sep-Oct 2016 https://doi.org/10.1590/0100-69912016005003